



FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO
SANDRA FLORINDA DE ALMEIDA MACIEL TABOSA

A SOCIOLOGIA E OS INDICADORES SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO

Recife
2017

SANDRA FLORINDA DE ALMEIDA MACIEL TABOSA

**A SOCIOLOGIA E OS INDICADORES SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE
MEDIÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em
Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação
Joaquim Nabuco para obtenção do grau de Mestre em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Fusco.

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Zarias.

**Recife
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO


FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional
Rua Costa Lima, 82 - Campus Ailene Teófilo - Assunção Recife - PE
Fone: (81) 3073.6706/Fax: (81) 3073.6961 | CNPJ: 09.772.109/0001-09
www.fundaj.gov.br | formacao@fundaj.gov.br

**ATA DA DÉCIMA OITAVA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO
PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS PARA O ENSINO MÉDIO.
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 9 DE OUTUBRO DE 2017**

Aos nove do mês de outubro de dois mil e dezessete, às catorze horas, no Auditório Gilberto Osório, na Fundação Joaquim Nabuco, em sessão pública, iniciou-se a defesa da Dissertação de Mestrado intitulada **'A SOCIOLOGIA E OS INDICADORES SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO'**, da mestranda **SANDRA FLORINDA DE ALMEIDA MACIEL TABOSA**, sob a orientação do Professor Wilson Fusco e coorientação do Professor Alexandre Zarias. A mestranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de MESTRE em CIÊNCIAS SOCIAIS. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, em seis de setembro de dois mil e dezessete, segundo o Processo nº **23130001001/2017-48**, em **dezessete de setembro de dois mil e dezessete** sendo composta pelos Professores: Alexandre Zarias (presidente), do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da FUNDAJ; Paulo de Martino Jannuzzi (examinador externo), da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE e Allan Rodrigo Arantes Monteiro (examinador interno), do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da FUNDAJ. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e, por unanimidade, julgou a dissertação **APROVADA**. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Coordenador do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 09 de outubro de 2017.


Allan Rodrigo Arantes Monteiro

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alexandre Zarias: 

Prof. Allan Rodrigo Arantes Monteiro: 

Prof. Paulo de Martino Jannuzzi: 

Allan Monteiro
Coordenador do Mestrado Profissional em
Ciências Sociais para o Ensino Médio
Slap: 1444125

Aos meus pais Luiz e Carmita Maciel (in memoriam), meus primeiros mestres, que me ensinaram, com palavras e com exemplos, os valores da vida e me mostraram que o conhecimento é o maior bem que devemos adquirir.

Ao meu irmão Tomaz (in memoriam) por ter acreditado em mim e por ter sido para nós, os seus alunos, o grande, o melhor professor de literatura e redação. Mais do que construir conhecimentos, ele ajudou a formar cidadãos que aprenderam a ver a beleza da vida e a acreditar em si mesmos.

A minha filha Maria Alice, que esteve comigo em todos os momentos do mestrado procurando sempre motivar, colaborar, apoiar e iluminar os caminhos que eu deveria percorrer com sua sabedoria, alegria e determinação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, inteligência suprema e causa primária de todas as coisas, que nos permite vivenciar todas as experiências e todas as lições que precisamos na nossa caminhada evolutiva. Aos meus pais, Luiz e Carmita (in memoriam) por todo o legado de amor, de honestidade, de determinação e de valorização do conhecimento que me deixaram. A eles o meu eterno agradecimento com a certeza que continuam torcendo e protegendo-me, sempre!

Ao meu marido Yrageu, aos meus filhos André Luiz, Maria Alice e Maria Laís pelo apoio, torcida, paciência que me presenteiam todos os dias. Dividir a vida com vocês é um presente de Deus. Vocês dão sentido e alegria a minha vida.

Aos meus familiares que torceram por mim e que me honram com os seus exemplos de vida.

Ao meu irmão Tomaz (in memoriam), que me incentivou, apoiou e acreditou que eu sempre podia mais. Infelizmente, partiu muito cedo e não está aqui para colaborar com a minha dissertação da forma que tínhamos combinado. Mas tenho certeza que ele está feliz com essa minha conquista.

Ao Prof. Dr. Wilson Fusco, meu orientador e professor, que mais do que um mestre foi um amigo. Muito obrigada por tudo que me ensinou, pela sua gentileza, presteza, paciência e profissionalismo. Muito obrigada por acreditar e confiar em mim.

Ao Prof. Dr. Alexandre Zarias, meu coorientador e professor, por toda a sua dedicação ao ensino da Sociologia. Os seus ensinamentos, o seu exemplo levarei sempre comigo. E se um dia me fizerem a pergunta que você nos fez na sala de aula em relação ao professor que nos marcou, eu acrescentarei sem vacilar: Prof. Alexandre Zarias!

A todos os professores do Mestrado Profissional em Ciências Sociais (MPCS) da Fundação Joaquim Nabuco. Vocês nos mostraram o quanto vale a pena ser professor. O quanto vale a pena compartilhar conhecimentos. Obrigada por todos os ensinamentos. E foram muitos!

A minha turma do MPCS, a melhor! E um agradecimento especial ao meu amigo Joseildo pelo seu apoio e pelas viagens, quando trocamos tantos conhecimentos. João, Eduardo, Elton, Vinícius foi muito bom conviver com vocês. Sentirei saudades.

A Vera pela grande amizade, apoio, incentivo, paciência e importante colaboração.

As minhas amigas Silvaney, Socorro, Zivaneide, Cintya, Márcia, Fabiana Júlia e Lucide pela amizade, torcida e pela colaboração para que esta dissertação fosse concluída.

Aos meus amigos Francisco, Bartolomeu também reservo os meus agradecimentos pelo incentivo e valiosa colaboração. Muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma coleção de aulas que utiliza indicadores sociais como recurso facilitador do processo de mediação pedagógica para aulas de Sociologia do Ensino Médio. O trabalho desenvolvido consiste numa metodologia de ensino que contribui para a consolidação dessa disciplina na última etapa da Educação Básica. Parte-se do pressuposto que a utilização de indicadores sociais como recurso pedagógico é importante para a explicação dos fenômenos sociais, porém é pouco utilizado nas aulas de Sociologia, restringindo-se muitas vezes a uma mera ilustração, conforme se observa nos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015. A coleção de aulas é constituída de seis planos elaborados a partir da concepção de ensinagem apresentada pela pedagoga Léa das Graças Camargos Anastasiou e tem como base o modelo utilizado no Portal do Professor do Ministério da Educação. Direcionados aos professores de Sociologia do Ensino Médio, estes planos de aulas, produzidos com a utilização de indicadores sociais, tais como taxa de analfabetismo, taxa de urbanização, taxa de natalidade, abordam temas relevantes presentes nos livros didáticos da disciplina: desigualdades sociais, religião, família, urbanização, educação e Estado. Neles são definidos os objetivos da aprendizagem, os conteúdos, as atividades práticas e avaliativas. Além disso, esse material tem como base metodológica o desenvolvimento do que o sociólogo americano Wright Mills chamou de Imaginação Sociológica, em 1975, que possibilita desenvolver uma conexão entre os conteúdos da disciplina e a realidade dos alunos do Ensino Médio.

Palavras-chave: sociologia, ensino médio, indicadores sociais, mediação pedagógica.

ABSTRACT

This dissertation aims to present a didactic material that uses social indicators as a facilitating resource in the classes of sociology in high school. This work consists of a teaching methodology that contributes to the consolidation of this discipline in the last stage of basic education. This work is based on the assumption that such a resource is important for explaining social phenomena, but it is little used in the classes of this discipline, often restricted to a mere illustration, as was observed in textbooks approved by the National Textbook Plan (*Plano Nacional do Livro Didático, PNLD*) 2015. This collection of classes is made up of six plans elaborated from the teaching concept presented by the pedagogue Léa das Graças Camargos Anastasiou and is based on the model used in the Teacher Portal (*Portal do Professor*) of the Brazilian Ministry of Education. These lesson plans, produced using social indicators, such as illiteracy rate, urbanization rate, birth rate, are addressed to the professors of sociology of secondary education. They cover relevant topics present in the textbooks of the discipline: social inequalities, religion, family, urbanization, education and State. They define the learning objectives, the contents, the practical and evaluative activities. Furthermore, this material has as a methodological basis the development of what the American sociologist Wright Mills called the Sociological Imagination in 1975, which makes it possible to develop a connection between the contents of the discipline and the reality of the high school students.

Keywords: sociology, high school, social indicators, pedagogical mediation.

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONDEPE	Conselho do Desenvolvimento de Pernambuco
ENEM	Exame Nacional para o Ensino Médio
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPE	Instituto Federal de Educação Tecnológica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPCS	Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio
OCNEM	Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SESI	Serviço Social da Indústria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição das pessoas com 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor/raça e os estratos de rendimento mensal familiar per capita dos 1% mais ricos, 2012.....	59
Gráfico 2. Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça e os estrato de rendimento mensal familiar per capita de 10% mais pobres, 2012.....	60
Gráfico 3. Valor médio dos rendimentos mensais segundo cor/raça e sexo. Brasil,2010.....	65
Gráfico 4. Número de pessoas, segundo as quatro principais categorias religiosas. Brasil.....	72
Gráfico 5. Nível de instrução das pessoas, segundo preferência religiosa. Brasil, 2010.....	74
Gráfico 6. Percentual de pessoas, segundo a preferência religiosa. Brasil,1970-2000.....	76
Gráfico.7. Distribuição percentual das famílias por tipo. Brasil,1992-2002.....	80
Gráfico 8. Taxa de natalidade. Brasil, 2000-2012.....	81
Gráfico 9. Taxa de mortalidade. Brasil, 1940-1999.....	81
Gráfico 10. Número médio de pessoas por família residentes em domicílios.....	85
Gráfico 11. Taxa de Urbanização (Brasil-1940-2010).....	90
Gráfico 12. População residente, urbana e rural. Brasil, 1991-2010.....	91
Gráfico 13. População urbana e rural, segundo as grandes regiões. Brasil, 1991/2010.....	92
Gráfico 14. Grau de urbanização, segundo as grandes regiões, Brasil, 1950-2000.....	93
Gráfico 15. Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo. Brasil, 2007/2015.....	100
Gráfico 16. Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade. Brasil e grandes regiões 1992/2002.....	101
Gráfico 17. Média de anos de estudo, por sexo e cor/raça. Brasil, 2011.....	102
Gráfico18. Proporção de analfabetos, segundo grupo de idade e sexo. Brasil,2000 e 2010.	104
Gráfico 19. Evolução do eleitorado, Brasil, 2000-2017.....	109
Gráfico 20. Eleitorado segundo o sexo. Brasil, 2017.....	109
Gráfico 21. Percentual de eleitores segundo a escolaridade. Brasil,2016.....	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Religiões no Brasil de 1940 a 2010 (%).....	43
Figura 2. A corrupção internacional.....	44
Figura 3. Evolução do emprego formal no Brasil.....	46
Figura 4. Média de anos de estudo, segundo cor/raça e faixa etária.....	48
Figura 5. Taxa de fecundidade total.....	49
Figura 6. Taxa de mortalidade.....	50
Figura 7. Taxa média de desemprego.....	51
Figura 8. Taxas de analfabetismo no Brasil.....	51
Figura 9. Índice de desigualdades econômicas.....	52
Figura 10. Desigualdades sociais.....	53
Figura 11. Evolução do salário mínimo real e do PIB <i>per capita</i>	54
Figura 12. Porto Alegre.....	88
Figura 13. Porto Alegre 2.....	88
Figura 14. Recife. Praça do Entroncamento.....	89
Figura 15. Cidade Estrutural. Distrito Federal.....	89
Figura 16. Charge: educação.....	99
Figura 17. Escola municipal de Barueri-SP.....	99
Figura 18. Escola na periferia.....	100
Figura 19. Os Poderes da República.....	108
Figura 20. Escolaridade e faixa etária dos deputados eleitos. Brasil, 2014.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. O uso de indicadores sociais, segundo eixos temáticos e os livros didáticos de sociologia aprovados pelo PNLD 2015.....	42
Tabela 2. População segundo declaração de religião. 1970/2000. Brasil.....	68
Tabela 3. Taxa de nupcialidade legal. Brasil e Grandes Regiões(casamentos por 1000 hab).81	
Tabela 4. Ranking das maiores taxas de IDHM. Brasil. 2010.....	94
Tabela 5. Número de eleitores segundo sexo e faixa etária. Brasil, 2017.....	114
Tabela 6. Número de eleitores segundo sexo e grau de instrução. Brasil, 2017.....	32
Tabela 7. Números absolutos e percentuais de eleitores segundo grau de instrução. Brasil. 2017.....	114

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A SOCIOLOGIA E O ENSINO MÉDIO.....	18
2.1. O Ensino Médio e a Sociologia segundo a legislação educacional brasileira.....	18
2.2. A Sociologia como disciplina escolar.....	25
2.3. A Sociologia chega às salas de aulas.....	29
3. A SOCIOLOGIA E OS INDICADORES SOCIAIS.....	34
4. OS INDICADORES SOCIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS PELO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO-PNLD (2015).....	40
5. COLEÇÕES DE AULAS.....	55
PLANO DE AULA 1: Desigualdades Sociais.....	56
PLANO DE AULA 2: Religião.....	66
PLANO DE AULA 3: Família.....	77
PLANO DE AULA 4: Urbanização.....	86
PLANO DE AULA 5: Educação.....	97
PLANO DE AULA 6: Estado.....	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	118

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é apresentar uma coleção de aulas para ser utilizada pelos professores de Sociologia do Ensino Médio, que possibilite o uso de indicadores sociais como um recurso auxiliar nas explicações dos temas abordados por esta disciplina.

Compreender o ensino da Sociologia no âmbito escolar e desenvolver metodologias e técnicas pedagógicas contribui para a superação de obstáculos que dificultam a consolidação desse componente curricular no Ensino Médio.

Um desses obstáculos está relacionado com a falta de uma identidade da Sociologia, enquanto disciplina escolar, causando com isso uma dispersão de conteúdos e metodologias de ensino. Estes fatores, associados a uma carga horária deficitária, criam um arcabouço que gera essa situação de fragilidade.

Portanto, o desenvolvimento deste trabalho vem colaborar com essa disciplina, uma vez que se trata de planos de aulas produzidos a partir de indicadores sociais que estimulam o desenvolvimento do raciocínio ou imaginação sociológica na explicação dos temas, conceitos e teorias das Ciências Sociais.

Colaborando com essa discussão, Meucci e Bezerra (2014) afirmam que o problema da identidade da Sociologia não é decorrente da ausência de rotinização dos conteúdos. Para eles, os conteúdos estão sendo definidos a partir de três instâncias: pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Exame Nacional para o Ensino Médio (ENEM) e pelos formatos em que são desenvolvidas as licenciaturas.

Com isso, não se pode atribuir à suposta ausência de um currículo mínimo a causa da falta de identidade da Sociologia no Ensino Médio. Este fato está mais relacionado à falta de metodologias e técnicas pedagógicas e à determinação de uma carga horária mínima. Os conteúdos podem variar de acordo com a realidade de cada escola, uma vez que o objeto da Sociologia está em constante transformação. O que dará sentido a essa disciplina é a sua forma específica de compreender a sociedade, que surge com o desenvolvimento do raciocínio sociológico. É essa forma de pensar, que a difere das demais disciplinas. Portanto, é importante saber não apenas o que se deve ensinar, mas como se deve ensinar e qual a intencionalidade desse currículo na formação dos jovens da Educação Básica.

A decisão em realizar um trabalho que fosse uma contribuição para as aulas de Sociologia foi decorrente de uma inquietação profissional que surgiu durante a minha formação em bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, na década de 1980. Essa inquietação continuou por mais de vinte anos, durante o meu exercício profissional como técnica em assuntos educacionais do Instituto Federal de Educação Tecnológica de

Pernambuco (IFPE), *Campus Pesqueira*. Ela é decorrente das perguntas que escuto desde que resolvi estudar Ciências Sociais: para que estudar Sociologia? Para que serve a Sociologia? Além disso, constatei, ao conversar com alguns alunos durante todos esses anos, que eles não compreendiam a importância dessa disciplina e com isso se limitavam a decorar alguns conteúdos suficientes para obterem a nota necessária a sua aprovação.

Para responder as perguntas formuladas a respeito da Sociologia, é necessário compreender o papel que ela exerce como um conhecimento científico e como uma disciplina escolar. Na área acadêmica, a Sociologia, está voltada para produções sociológicas e experiências sociais, que procuram apreender, analisar e registrar como a sociedade se desenvolve. Além de compreender como a sociedade é criada pelos indivíduos e como os indivíduos a criam em um processo de interação entre as biografias, a história e as estruturas sociais. Estes saberes produzidos e contextualizados na academia são recontextualizados pelos órgãos oficiais por meio de parâmetros, diretrizes e currículos e enviados para as escolas transformando-se em disciplina escolar (SILVA, 2007).

Este fato reflete um grande desafio para a Sociologia no Ensino Médio, que é a transposição dos conteúdos produzidos na academia para a sala de aula de uma forma que possibilite ao jovem perceber a importância dessa disciplina para a sua formação. Isso ocorrerá quando o aluno compreender que, apesar dos fenômenos sociais possuírem um caráter de exterioridade, eles são determinados pelas ações dos indivíduos e com isso estão presentes no cotidiano de cada um.

Portanto, não é tarefa desta disciplina escolar formar “pequenos sociólogos”, bem como o seu ensino não deve ser transformado em atividade de memorização de obras e autores. E nem deve se limitar a discutir problemas sociais de forma isolada sem o devido embasamento teórico. O grande desafio consiste em desenvolver nos alunos uma nova forma de compreender a realidade, a partir da articulação de teorias e conceitos sociológicos, que os fará perceber que nem tudo é natural e nem tudo é como aparenta ser.

Este desafio da transposição dos saberes acadêmicos para o ambiente escolar possui mais um entrave: a formação profissional dos professores que lecionam essa disciplina. Há um grande número de professores que para complementar a carga horária, aceita lecionar o ensino da Sociologia sem ter, no entanto, a formação específica para estimular o desenvolvimento do “pensar sociologicamente”, que é o principal objetivo da Sociologia nas escolas de Ensino Médio. Para Zarias, Ferreira e Fusco (2017, p. 36):

Um dos principais desafios atuais, no que diz respeito à Sociologia no Ensino Médio, é a formação dos profissionais para essa área. [...] Exige-se dos professores do Ensino Médio, com ou sem formação em Sociologia, que assumam sua responsabilidade social e política, e possam conduzir a disciplina de forma que ela promova nos alunos uma consciência crítica que

supere o senso comum e, assim, possam elaborar suas concepções de mundo e se reconheçam como cidadãos.

Soma-se a esse desafio a determinação de uma carga-horária reduzida para essa disciplina, que leva a uma dispersão dos professores em diversas escolas, dificultando, a construção dos saberes experienciais necessários à formação de um bom professor. Quando o professor consegue concentrar as suas aulas em apenas uma escola, geralmente precisa assumir diversas disciplinas para complementar a sua carga horária. Esta situação comum ao sistema escolar brasileiro repercute não somente na qualidade das aulas de Sociologia, mas também em outras disciplinas, fazendo com que não haja o reconhecimento delas por parte da comunidade escolar e da sociedade.

De acordo com os dados do MEC/INEP¹ (2016), no Brasil, apenas 25,8% dos professores de Sociologia do Ensino Médio possuem formação na área. Os programas de formação continuada, principalmente aqueles voltados para a prática profissional, muito têm a contribuir para a superação desse desafio. A respeito desse assunto, Zarias, Monteiro e Barreto (2014), ao analisar a experiência do Mestrado Profissional em Ciências Sociais (MPCS) promovido pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), confirmam a importância desse tipo de formação para que haja uma maior integração entre a graduação e o Ensino Médio. Além disso, essa formação vem atender a uma grande demanda de professores de Sociologia que ministram aulas dessa disciplina sem ter o conhecimento específico. Segundo os dados apresentados por Zarias, Ferreira e Fusco (2017), por exemplo, apenas 4,7% dos professores e professoras de Sociologia no Ensino Médio de Pernambuco possuíam formação específica na área em 2011.

A formação específica para o ensino da Sociologia no Ensino Médio vai permitir aos professores aprofundar teoricamente os conteúdos, bem como compreender o sentido que ela possui na formação dos jovens. Com isso, essa disciplina se tornará mais sólida em relação aos seus conteúdos e metodologias nos currículos escolares.

Para Bauman (2015, p.104), “[...] a Sociologia é importante por sua relevância para a experiência e os confrontos dos seres humanos com seus problemas cotidianos, e não por sua lealdade à metodologia.” Para ele, a vocação da Sociologia é retirar do mundo a invisibilidade do senso comum, irrefletido para torná-lo foco de atenção e campo de ação deliberada com o objetivo de tornar o mundo um pouco melhor. É esse o objetivo que torna a Sociologia relevante para a sociedade. A partir do momento em que ela aborda situações ou fenômenos sociais que parecem naturais, ela provoca a compreensão da realidade, ultrapassando o senso-

¹

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf

comum, possibilitando escolhas viáveis para solucionar problemas socialmente produzidos. Portanto, mais importante do que a escolha dos conteúdos a ser abordados em sala de aula está o estímulo ao desenvolvimento do olhar sociológico nos alunos, a partir de um distanciamento e de comparações de diversas visões de mundo. O desenvolvimento dessa forma de perceber o mundo é tão importante para a formação acadêmica quanto para a formação do aluno no âmbito escolar.

Para isso, a Sociologia dispõe de recursos didáticos facilitadores ao desenvolvimento do raciocínio ou olhar sociológico na explicação dos problemas cotidianos, que ultrapassem o senso comum. Um desses recursos são os indicadores sociais que possibilitam essa compreensão por permitir recortes comparativos e explicativos da realidade, não só dentro do campo da Sociologia, como também podendo envolver outras disciplinas, tais como a Geografia, a Matemática, a História.

Mesmo sem ter experiência com a docência, resolvi me submeter ao processo seletivo do MPCPS oferecido pela Fundaj. Essa decisão representa um marco na minha formação profissional, além de despertar em mim, com mais profundidade, o interesse pelo ensino da Sociologia. Mesmo tendo que enfrentar muitos obstáculos, a experiência que adquiri durante o mestrado permitiu que eu também desenvolvesse o olhar sociológico, não só diante dos fenômenos sociais, mas diante da construção da minha história. Mais do que conhecimentos, experiências ou perspectivas profissionais, o MPCPS proporcionou a ampliação do meu olhar para a minha vida e para o meio social em que vivo.

Com o meu ingresso nesse programa de formação continuada, surgiu inicialmente uma ideia de propor um trabalho voltado para a melhoria do ensino da Sociologia e que contribuísse para o seu fortalecimento nos currículos do Ensino Médio. No decorrer do curso, com a orientação dos professores, que posteriormente iriam ser os orientadores da dissertação, a proposta evoluiu para a construção de uma coleção de aulas que fizesse uma intersecção entre os temas sociológicos e os indicadores sociais. A escolha dos indicadores sociais deve-se ao fato de que eles permitem capturar, quantificar e compreender determinados fenômenos sociais de uma forma cada vez mais precisa e elaborada.

Com isto, os alunos podem não só compreender melhor os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, mas poderão levar esta compreensão para além dela, na qual a veiculação de informações nos meios de comunicação, tais como jornais, televisão e redes sociais tem se valido frequentemente dos indicadores sociais para exemplificar a informação que querem transmitir.

Este trabalho visa, portanto, apresentar uma coleção de aulas de Sociologia para o Ensino Médio que utilize os indicadores sociais na explicação dos conteúdos disciplinares.

Para atender a esse objetivo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, que seguiu os seguintes passos: pesquisa bibliográfica a respeito da Sociologia como disciplina do Ensino Médio; pesquisa bibliográfica a respeito de uma metodologia didática que atendesse aos objetivos do ensino da Sociologia; pesquisa bibliográfica em relação à origem e aos conceitos dos indicadores sociais; análise dos livros didáticos do PNLD (2015) em relação ao uso de indicadores sociais. E, para finalizar, a elaboração de planos de aulas que utilizam os indicadores sociais como recurso facilitador para as explicações dos temas abordados pela Sociologia.

O processo de construção dos planos de aula teve como pressuposto pedagógico o processo de ensinagem apresentado pela pedagoga Léa das Graças Camargos Anastasiou (2004). Além disso, buscou-se associar a esse processo de ensino e aprendizagem o que o sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, em 1975, chamou de Imaginação Sociológica para explicar os fenômenos sociais. Com isso, espera-se contribuir para que haja uma maior compreensão dos temas abordados por essa disciplina, tornando-a mais interessante para os alunos dessa modalidade de ensino.

Esses planos de aulas abordarão temas relevantes não só para a Sociologia, mas para a Ciência Política e para a Antropologia, escolhidos nos livros didáticos aprovados pelo PNLD (2015) para o Ensino Médio. Essa escolha reforça o objetivo desse trabalho de construir um recurso didático facilitador para as aulas de Sociologia nessa modalidade de ensino. A partir da análise dos livros, percebeu-se que os indicadores sociais, apesar de pouco usados, poderiam contribuir para a compreensão dos conteúdos apresentados. O modelo escolhido para a apresentação da coleção de aulas é o sugerido no Portal do Professor, disponível no site do Ministério da Educação².

A partir disso, a dissertação foi estruturada buscando apresentar uma contextualização que possibilitasse a compreensão da Sociologia desde os seus pressupostos legais até a sua chegada às salas de aulas.

No primeiro capítulo, *A Sociologia e o Ensino Médio*, serão abordados todos os aspectos necessários à compreensão dessa disciplina escolar, não só em relação às exigências legais, mas em relação à sua prática pedagógica nas escolas que possuem as últimas séries da educação básica.

No item, *O Ensino Médio e a Sociologia segundo a legislação educacional brasileira*, foi feita uma reflexão a respeito do que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) no que se refere aos objetivos do Ensino Médio e da Sociologia nessa

² <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>

modalidade de ensino. Segundo a LDB (1996), Artigo 35, parágrafo II, o Ensino Médio tem como finalidade “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores.” Portanto, a Sociologia como componente curricular deve contribuir para que os seus alunos estejam aptos para o exercício da cidadania e para se inserir no mundo do trabalho.

Com a recente reforma do Ensino Médio, houve uma mudança nos parâmetros que norteavam a LDB (1996) e a Lei 11.494 (2007), que instituiu o Fundo Nacional e Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEF, 1998). Essas mudanças trazem uma instabilidade não só em relação à presença da Sociologia nos currículos, mas em relação às finalidades do Ensino Médio. Com essa nova lei, a formação dos jovens do Ensino Médio passa a ser voltada para a qualificação para o mercado de trabalho em detrimento da formação humana integral determinada pela LDB (1996). Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho, isto é, analisar a reforma educacional determinada pela Lei 13.415 (2017) que altera a LDB, estas observações são necessárias para que se possa perceber o papel que essa disciplina possui na formação dos jovens nesse novo modelo de ensino.

No segundo item, *A Sociologia como disciplina escolar*, são feitas reflexões acerca do poder que os currículos exercem no sistema educacional, definindo não só o que será ensinado, mas como será ensinado. Em seguida, para compreender o espaço que essa disciplina ocupa nos currículos escolares, é analisado o papel da Sociologia como componente curricular, bem como os seus objetivos e os seus métodos, conforme determinam as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM, 2006). A Sociologia, segundo Giddens (2012, p. 19), “nos ensina que aquilo que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não ser, e que coisas que consideramos como normais são profundamente influenciadas por fatos históricos e processos sociais”. Portanto, a definição dos objetivos da Sociologia deve ser precedida da compreensão do que seja o fenômeno social, a partir do processo de desnaturalização e de estranhamento, o que possibilita um entendimento mais amplo das relações sociais, ultrapassando as interpretações imediatistas criadas pelo senso comum.

Para que esse processo de compreensão dos fenômenos sociais ocorra, a Sociologia dispõe, segundo as OCNEM (2006), de três princípios metodológicos que facilitam a compreensão dos conteúdos dessa disciplina. São os temas, os conceitos e as teorias que devem ser aplicados nos recortes da realidade que esteja sendo estudada. A pesquisa também se constitui em uma atividade importante na prática docente por estimular nos alunos a curiosidade e a criticidade. Portanto, nesse capítulo foi feita uma contextualização do que é a

Sociologia, enquanto disciplina do Ensino Médio, para que se possa perceber o seu papel na formação dos jovens dessa modalidade de ensino.

No terceiro item, *A Sociologia chega às salas de aula*, é o momento no qual é observada a prática docente, o como ensinar a Sociologia no Ensino Médio. Para isso, é observado o papel do docente como um construtor de conhecimentos, no qual os saberes experienciais propostos por Tardif (2002) possuem uma função importante no desenvolvimento da prática pedagógica.

Apesar da legislação e das orientações curriculares, os professores ainda enfrentam os mesmos desafios de décadas passadas. O avanço da legislação educacional não chegou às salas de aula como deveria e, para enfrentar esta situação, os professores devem procurar desenvolver mediações pedagógicas que fortaleçam o seu exercício profissional e que venham contribuir com a consolidação da disciplina que lecionam. Para isso, tais mediações precisam estar em consonância com os objetivos propostos.

Em se tratando da Sociologia, que é o foco deste trabalho, essa mediação pode ter como pressuposto pedagógico o processo de ensinagem, que possibilita a construção de um conhecimento que substitui o sentido de aprender pelo apreender.

No segundo capítulo, *A Sociologia e os Indicadores Sociais*, é feita uma abordagem que apresenta os indicadores sociais como um recurso facilitador para a explicação dos fenômenos sociais apresentados na sala de aula. Para isso, é descrito, inicialmente, o conceito de indicadores sociais e a sua ligação com a Sociologia. Em seguida é abordado como eles devem ser analisados, uma vez que eles não apresentam a neutralidade que normalmente é atribuída aos números.

No terceiro capítulo, *Os indicadores sociais nos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 2015)*, são feitas algumas considerações a respeito da importância do uso desses livros didáticos pelos professores e pelos alunos. Em seguida, é apresentada uma tabela na qual são quantificados o uso dos indicadores sociais representados por gráficos, mapas, quadros e tabelas nos livros didáticos.

No quarto capítulo é proposta uma coleção de aulas na qual serão apresentados seis planos de aulas com os objetivos da aprendizagem relacionados a cada tema, além da seleção dos conteúdos a serem abordados, indicações de propostas práticas e avaliativas.

Em seguida, no quinto capítulo, são feitas as considerações finais da dissertação.

Com este trabalho, espera-se contribuir com a consolidação da Sociologia na última etapa da Educação Básica, a partir investigação de mais um recurso didático, que possibilite uma maior compreensão dos conteúdos apresentados por esta disciplina, tornando-a mais interessante para os alunos desta modalidade de ensino.

2. A SOCIOLOGIA E O ENSINO MÉDIO

Para compreender o ensino da Sociologia como uma disciplina escolar é necessário observar, inicialmente, o que a legislação educacional brasileira determina em relação a essa modalidade de ensino. Em seguida, é importante contextualizá-la em relação aos currículos do Ensino Médio e como ela é abordada em sala de aula.

2.1. O Ensino Médio e a Sociologia segundo a legislação educacional brasileira

As reformas educacionais brasileiras ocorridas a partir da Constituição Federal de 1988 e da LDB (Lei Darcy Ribeiro, de 1996), determinaram mudanças no sistema educacional do país.

É importante observar que a elaboração de uma lei, normalmente, é resultado de confrontos de diversos interesses, muitas vezes contraditórios e inconciliáveis. Em se tratando de uma lei educacional, esse confronto torna-se ainda mais significativo e acirrado devido à escola ser, segundo Nogueira e Nogueira (2002, p. 28): “uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes”. Ainda segundo esses autores, até meados do século XX, era atribuída à escolarização o papel de promover a superação das desigualdades sociais, bem como a construção de uma sociedade justa, moderna e democrática.

A partir dos anos de 1960, há uma reinterpretação radical dessa concepção, entre elas encontra-se a Sociologia da Educação do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que passa a ver no sistema educacional a reprodução e a legitimação das desigualdades sociais. Segundo Bourdieu (PENA, 2012, apud BOURDIEU, p. 5), “o sistema escolar é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e trata o dom social como dom natural”. Portanto, segundo esse autor, o sistema educacional possibilita a reprodução da cultura e a estrutura de classes.

O debate a respeito do papel da educação como uma das instituições sociais responsáveis pela socialização deu origem a várias interpretações desde os trabalhos apresentados por Émile Durkheim no final do século XIX. Para compreender o papel da educação é necessário inicialmente separar o conceito de educação como instituição social do processo de escolarização, embora ambos estejam ligados. Educação envolve um processo de socialização mais amplo que ultrapassa os muros escolares. Escolarização é o processo por meio do qual ocorre a aprendizagem.

Portanto, ao se observar a educação brasileira, percebe-se que, por mais que seja disseminada a ideia que ela é um instrumento de superação das desigualdades e que a meritocracia é um “prêmio” para o esforço individual, ela é seletiva. A escolarização no sistema educacional brasileiro é um reflexo de uma sociedade ainda com grandes desigualdades sociais, que precisam ser superadas através de políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades com a implementação de uma escola pública de qualidade em todos os níveis.

É importante reiterar que os confrontos dos diversos interesses em relação à educação não ocorrem apenas na definição do sistema educacional. Irão ocorrer também nas definições específicas relacionadas às disciplinas que compõe os currículos. Assim, para Silva (2007, p. 405):

[...] o processo de institucionalização do ensino da Sociologia no Brasil, em suas dimensões burocráticas e legais, depende de contextos histórico-culturais, das teias complexas das relações sociais, educacionais e científicas, que atuam na configuração do campo da Sociologia a partir de sua relação com o sistema de ensino.

Essa percepção é fundamental para que se compreenda a dimensão política do sistema educacional brasileiro e como a Sociologia está inserida nesse sistema.

A partir da legislação, o Ensino Médio deixou de ser a mediação entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior e tornou-se a etapa final da Educação Básica, conforme determina o Artigo 35 da LDB (1996), “o Ensino Médio, etapa final da Educação básica, com duração de três anos...” Segundo Carneiro (1998, p. 99), “não se fala mais em ensino médio propedêutico, ensino médio de formação geral, ensino médio profissionalizante e expressões outras que transfiguram a compreensão.” A lei é clara: “o ensino médio, etapa final da Educação Básica...”. Com esta determinação finalística, o Ensino Médio deveria perder a função de preparação para o ingresso no Ensino Superior e passaria a formar cidadãos produtivos, conforme o Artigo 35, parágrafo II da LDB (1996).

Portanto, o trabalho passa a ser visto como um dos princípios educativos, refletindo o pensamento dominante da época da promulgação da lei. Segundo, Linhares, Mesquita e Souza (2007), na medida, em que a escola qualifica para o mundo do trabalho é reproduzida uma ideologia que possibilita a aceitação da condição de classe de acordo com o esquema da dominação vigente.

O sentido do trabalho é um tema sempre presente nas discussões a respeito da finalidade do Ensino Médio. Esse fato é decorrente da faixa etária em que se encontram os jovens inseridos nessa modalidade de ensino. É o momento em que eles, algumas vezes de forma prematura, são socialmente estimulados ou forçados, por necessidades financeiras, a

vislumbrar a sua entrada no mercado de trabalho e para isto começam a fazer as suas escolhas profissionais. Essa concepção da preparação para o trabalho vem também atender àquela parcela de alunos que está fora da faixa etária de 15 a 17 anos e que busca, na conclusão desta modalidade de ensino, uma possibilidade de se inserir nesse mercado.

Segundo Demo (1997), o desafio está em encontrar um termo médio que atenda ao mercado, mas não perca o foco na formação ética e da cidadania desses jovens para que eles possam se contrapor aos interesses exclusivos da economia. Ao mesmo tempo, espera-se que possam acompanhar a velocidade em que os conhecimentos são construídos e reconstruídos na sociedade.

A cidadania é o outro princípio educativo presente nas diretrizes educacionais para o Ensino Médio. Na LDB (1996), o Artigo 36, Parágrafo 1º, Inciso III determina que “ao fim do Ensino Médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Embora esta seja uma prerrogativa de todas as disciplinas, a Sociologia assume uma maior responsabilidade devido a sua especificidade e os seus conteúdos, que possibilitam aos alunos obter uma formação para a cidadania. Para Pereira e Fusco (2017, p. 75):

A implantação da sociologia e da filosofia para a formação cidadã foi algo enfatizado desde a consulta até a sua efetivação (no artigo 36, parágrafo IV, da LDB - lei 9394/96). Portanto, o ensino médio, a partir da obrigatoriedade curricular nas escolas dessas ciências, pode contar com um bom reforço e subsídio conteudista para a promoção da cidadania.

Não se pode pensar em formação cidadã sem o conhecimento da realidade social. E para isto a Sociologia dispõe de teorias e métodos que permitem aos alunos compreenderem e interferirem na sociedade em que vivem a partir de uma atuação cidadã e não individualizada.

A escola, portanto, deve acompanhar e possibilitar que o estudante entenda os contextos e as modificações sociais. Para isso, a Sociologia no Ensino Médio contribui de modo decisivo, pois o saber sociológico sistematizado se vincula de modo incisivo ao desenvolvimento da reflexão e da crítica do educando, mesmo, e talvez principalmente, diante do complexo mundo contemporâneo. (PEREIRA; FUSCO, 2017, p. 81).

Portanto, um dos avanços que a LDB (1996) apresentou e que foi aprimorado nos anos seguintes foi à discussão de uma educação para a vida, na qual a formação cidadã deveria estar presente em todas as disciplinas do Ensino Médio e não apenas no ensino da Sociologia. Com isso, coube a essa modalidade de ensino a responsabilidade de desenvolver nos seus alunos uma percepção crítica e reflexiva da sua realidade que possibilite o exercício da cidadania, conforme determina a LDB (1996).

Para que se cumpram os pressupostos legais, ainda é necessário superar grandes desafios relacionados não só ao Ensino Médio e ao ensino da Sociologia, mas à própria concepção de educação. Assim, para Martins e Silva (2014, p. 6):

[...] os estudos e os debates sobre o ensino médio, de maneira geral, indicam que o Brasil e em especial a rede pública ofertam, na atualidade, um ensino médio deficiente, sem perspectivas, o que resulta em exclusão de alunos do sistema educacional ou em dificuldades para a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

É dentro deste contexto que a Sociologia chegou legalmente às salas de aulas na última etapa da Educação Básica. Entretanto, essa determinação legal não foi suficiente para que essa disciplina se consolidasse, uma vez que ela não estava presente no núcleo comum e podia ser abordada como um tema transversal. Somente a partir da promulgação da Lei nº 11.684 de junho de 2008 é que se tornou obrigatória a inclusão da Sociologia e da Filosofia nas três séries do Ensino Médio. Apesar dessa lei, ainda é necessário que sejam feitos estudos e pesquisas voltados para a escolha dos conteúdos a serem abordados, bem como em relação à escolha das metodologias de ensino. O seu lugar ainda é instável, embora a escolha dos livros didáticos de Sociologia pelo PNLD e a presença no ENEM tenham sido importantes marcos para a sua consolidação como uma disciplina da Educação Básica.

Contudo, há um contexto que vem na contramão do esforço para que a Sociologia se efetive como disciplina escolar. Este contexto contraditório é decorrente das concepções dos grupos dominantes, da interferência das religiões mais tradicionais, do modelo político e econômico e do fortalecimento da mídia como indutora ou formadora da opinião pública. A articulação dessas forças será um fator determinante na definição do modelo de sociedade e de educação que a sociedade irá adotar. Consequentemente, será também responsável pelo espaço que a Sociologia ocupará no sistema educacional.

Em um momento de incertezas e de intensas mudanças sociais e políticas não só no Brasil, mas no mundo, o objeto da Sociologia, que é a sociedade, torna-se ainda mais mutável e vulnerável a interferências de toda ordem. Porém, são nesses momentos que cresce a importância das análises sociológicas, pois elas possibilitam não só aos estudiosos da academia, mas aos alunos do Ensino Médio, a compreensão da realidade social e consequentemente o poder de agir e transformar o meio em que vivem. Além disso, o desenvolvimento da percepção sociológica vai de encontro ao individualismo e à competitividade tão presentes em nossas sociedades, uma vez que essa percepção permite que o indivíduo se veja como parte e responsável pela sua realidade social.

Esse contexto se reflete na instabilidade em que novamente se encontra o ensino da Sociologia no Ensino Médio, com a promulgação da Lei nº13.415, de 2017, que altera a LDB

(2016). Esta lei institui a Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e altera também a Lei nº11.494 (2007), que regulamenta o FUNDEF (1998).

Com isso, retornam as discussões a respeito do papel do Ensino Médio e da inclusão da Sociologia e da Filosofia como disciplinas obrigatórias nessa modalidade de ensino. Essa discussão esteve e continua fazendo parte dos debates a respeito das reformas educacionais do país, uma vez que a presença dessas disciplinas nos currículos está fortemente atrelada às concepções de sociedade e de educação que se deseja executar no país.

Mesmo considerando a importância de realizar mudanças em todo o sistema educacional, a análise dessa reforma não é objeto de estudo deste trabalho, principalmente porque, embora seja possível analisar cenários, no ponto de vista prático não se pode avaliá-la, uma vez que é uma reforma recente, que ainda não foi executada. Entretanto, algumas observações precisam ser feitas para que se possa compreender o contexto escolar onde os planos de aulas propostos serão vivenciados. Além disso, essa compreensão é fundamental para que sejam realizadas ações para que a Sociologia esteja presente nos currículos do Ensino Médio.

Com a Lei nº13.415 de 2017, percebe-se uma forte presença de uma educação tecnicista. Segundo Carneiro (2017):

O grande interesse do governo é implementar a área de qualificação para o mercado de trabalho, substituindo educação por treinamento técnico-profissional, com apoio de “professores de notório saber”. Neste caso, a pedagogia das competências – importante, mas não suficiente no processo de formação para a cidadania (LDB, art. 22) – buscará sobrepor-se às pedagogias de relevância social, radicadas na teoria crítico-social dos conteúdos, na teoria da aprendizagem significativa e nas perspectivas educacionais freireanas.

Retoma-se a discussão a respeito de uma educação que faça sentido para os jovens, a partir de uma perspectiva de mercado, na qual os conteúdos sejam aplicados a uma realidade imediata, atendendo às necessidades do trabalho no capitalismo contemporâneo. Entretanto, ao se pensar em uma educação voltada para a formação dos jovens, é importante compreender sociologicamente o significado das palavras jovem/juventude, a partir de uma perspectiva que supere a condição biológica. Ser jovem, sociologicamente falando, é um modo de vida, uma construção social, que não se refere exclusivamente à idade daqueles que são denominados jovens. Para Burgos (2015):

A escola pública de ensino médio é talvez a instituição mais importante para a construção social da juventude. Em contextos de democracia mais consolidada, a massificação do Ensino Médio foi um dos fatores que mais pesou para ampliar a fruição da juventude, tornando possível a indivíduos oriundos das classes operárias viverem também essa experiência.

Portanto, o destino da juventude possui uma importante ligação com a sua inserção no Ensino Médio, uma vez que é nessa modalidade de ensino que surgem as oportunidades dos jovens mostrarem a sua força transformadora da sociedade.

Mas não basta ampliar as vagas de acesso ao Ensino Médio. É preciso questionar como está sendo estruturada essa modalidade de ensino em relação ao currículo, às condições materiais de ensino, à formação dos professores e às possibilidades de acesso e permanência dos alunos. “Atualmente, apenas a metade dos jovens brasileiros está no Ensino Médio na idade certa, o que já revela enorme desigualdade de acesso no direito de ser jovem” (BURGOS, 2015). Além disso, muitos desses jovens que chegam do Ensino Fundamental apresentam enormes defasagens de conhecimentos, o que acaba provocando a evasão escolar desses alunos. Com isso, constata-se que os problemas enfrentados nessa modalidade de ensino estão relacionados a todo o sistema escolar e não especificamente ao Ensino Médio. Segundo Sposito (2008, p. 85):

Apesar das alterações quantitativas, o sistema escolar está ainda muito distante da população jovem. Parcela significativa ainda não tem possibilidades efetivas de acesso ou de permanência em função das funções precárias da vida. Por outro lado, a própria expansão produz desigualdades internas aos sistemas de ensino: ausência de recursos materiais e humanos para assegurar uma escola minimamente capaz de ser significativa para ambos os segmentos juvenis e escolas com qualidade diversa para públicos socialmente diversos (patamares de funcionamento diferentes entre a rede pública e privada ou mesmo no interior da rede pública). Essa mesma escola que se faz presente para muitos jovens convive com o mundo do trabalho que também marca a vida da maioria dos segmentos juvenis no Brasil.

Embora esses dados tenham sido apresentados em 2008, atualmente a inserção dos jovens no Ensino Médio não apresenta alterações significativas, tanto em relação ao acesso, quanto à permanência. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) referente ao biênio 2014-2016, ao analisar o quadro de acesso à escola dos jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos, constata-se, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2014), “que mais de 16% dos jovens não frequentavam a escola e não possuíam educação básica completa, patamar que se manteve relativamente estável desde o ano de 2012”. Em termos absolutos, este percentual significa que 1.657.622 de jovens brasileiros dessa faixa etária não estudavam ou ainda não haviam concluído a Educação Básica.

Portanto, uma reforma educacional que tenha como objetivo promover uma educação de qualidade e que tenha como meta a universalização do acesso à educação escolar deve observar as necessidades do público a que se destina. Sem esse conhecimento, provavelmente, o que se propõe vai atender a outros propósitos diferentes de uma formação cidadã.

Segundo Ferreira (2013), não se pode falar no exercício pleno da cidadania sem uma educação de qualidade, que forme cidadãos conscientes dos seus direitos políticos, civis e sociais e que desenvolva nos alunos uma mudança na forma de perceber a realidade com a aceitação da diversidade. Ser cidadão não é apenas ter o direito de votar, estar quite com o pagamento dos impostos ou estar inserido no mundo do trabalho. É exercer também o seu direito de transformar a realidade a partir de uma compreensão crítica e participativa, respeitando a diversidade presente na sociedade, o direito de cada um, visando o bem comum.

O aumento da carga horária do Ensino Médio, o aumento da oferta de cursos de ensino técnico profissionalizante, o aprofundamento da aprendizagem de português e matemática representam avanços na Lei da Reforma do Ensino Médio. Porém, é necessário discutir os princípios que irão nortear as alterações na LDB (1996), uma vez que há uma valorização da formação técnica em detrimento da formação cidadã. Agora, a preocupação é com os métodos e com a necessidade do mercado, e não com a formação de uma consciência crítica, que possa formar os jovens de uma forma que eles possam fazer as suas escolhas sabendo o que querem e porque querem.

Com essa reforma, o ensino da Sociologia, assim como o ensino da Filosofia, da Educação Física e de Artes, fica diante de grandes obstáculos para se consolidar. A lei não determina a forma como essas disciplinas deverão fazer parte do currículo do Ensino Médio, uma vez que elas podem fazer parte do currículo como estudos e práticas, o que permite que os seus conteúdos possam ser diluídos em outras disciplinas. Nesse momento, para que a Sociologia esteja presente no núcleo comum como disciplina é fundamental que seja esclarecida exhaustivamente para a sociedade a importância do ensino da Sociologia para a formação dos jovens que se encontram nessa modalidade de ensino. Esse esclarecimento é importante para que a sociedade compreenda e apoie a inclusão da Sociologia nesse novo modelo educacional. Segundo Bodard (2016):

As especificidades da Sociologia e sua importância precisam ser repetidas exhaustivamente, sobretudo para que a classe dirigente política e legislativa compreenda a Sociologia para além dos estereótipos absurdos que temos ouvido nos últimos dias. Essa compreensão é fundamental para o aprimoramento da prática docente, sua manutenção e consolidação no currículo escolar.

A Sociologia deve fazer parte do currículo, mas não de qualquer currículo e nem de qualquer Ensino Médio. A sua especificidade deve ser preservada para que os seus conteúdos não sejam dissolvidos em outras disciplinas, cujos professores não possuem a formação necessária para compreender as relações sociais de uma forma mais ampla e que supere as análises imediatas sugeridas pelo senso comum.

2.2. A Sociologia como disciplina escolar

As diretrizes educacionais que foram elaboradas a partir da Constituição de 1988 e da LDB (1996) propuseram mudanças na sistematização e na organização escolar. Porém, o que se observa é que mudou a concepção, mas não mudou a prática.

Dentro do ambiente escolar, os métodos pedagógicos tradicionais ainda não foram alterados e se constituem em um conjunto de tarefas escolares, que devem ser cumpridas por professores e por alunos. Assim, a escola permanece como uma instituição que visa reproduzir conhecimentos que mantem intencionalmente a estrutura social.

É nessa escola reprodutora que o currículo exerce um papel fundamental, pois ele é, segundo Arroyo (2007), a carta de intenções da escola e é o determinante da prática educacional. De acordo com o autor, “o currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, suas hierarquias e cargas horárias são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano das escolas, dos tempos e espaços, das relações entre educadores e educandos, da diversificação que se estabelece entre os professores”. (ARROYO, 2007, p. 18).

Portanto, o currículo é uma expressão de poder contribuindo para que seja reproduzido culturalmente e socialmente o pensamento da classe dominante. Segundo Silva (1990), selecionar os conteúdos é uma forma de poder, pois independentemente do caráter político ou pedagógico, esses conteúdos refletem o seu viés de poder em duas instâncias. A primeira, determinada pelos documentos oficiais, e a segunda, quando o professor escolhe os conteúdos e a metodologia que serão abordados. Para Galdino (2015, p. 12):

Os currículos, tanto o oficial, quanto o real são uma colagem de recortes e uma seleção dos variados saberes científicos produzidos pela academia e influenciados por visões sociais de mundo. Portanto, o currículo, seja o oficial ou o real, não é um objeto neutro ou apenas uma peça técnica. Pressupõe-se que são poucos os docentes que dominam a literatura e o conteúdo dos currículos oficiais do componente curricular que lecionam. Ou seja, muito dos documentos que são produzidos para nortear o currículo real, sequer são de conhecimento dos docentes.

Analisar o currículo a partir dessa perspectiva permite a sua compreensão mostrando que ele possui intencionalidade, e isto vai ser um fator fundamental para que se compreenda o espaço que a Sociologia ocupa no sistema de ensino, como também na compreensão da escolha de temas e autores que ela aborda. Para Silva (2007, p. 408), “os currículos são a materialização das lutas em torno de que tipo de educação os grupos sociais desejam implementar na sociedade”.

A partir da compreensão do viés de poder exercido pelo currículo, seja pelos documentos oficiais, seja pela prática dos docentes, é necessário refletir a respeito do que seja a Sociologia enquanto uma ciência social, para que se possa perceber qual o seu espaço nesse contexto.

Segundo Giddens (2012, p.19), “a Sociologia é o estudo científico da vida humana, de grupos sociais, de sociedades inteiras e do mundo humano. [...] seu tema de estudo é o nosso próprio comportamento como seres sociais”. Portanto, o objetivo dessa disciplina é o de possibilitar a análise desses fenômenos nos diversos campos sociais, a partir de um processo de compreensão do indivíduo e das relações que ele desenvolve com os outros e com a sociedade numa perspectiva de reconstrução e de transformação. Ainda segundo esse autor, “[...] estudar sociologia não é apenas um processo rotineiro de adquirir conhecimento. Um sociólogo é alguém que consegue se libertar da imediatez das circunstâncias pessoais e colocar as coisas num contexto mais amplo”. (GIDDENS, 2012, p. 19)

Para compreender o objetivo da Sociologia, é necessário definir o que são os fenômenos sociais. Social, segundo o senso comum, são ações desenvolvidas visando amenizar ou solucionar problemas relacionados a pessoas que estejam à margem da sociedade por problemas econômicos ou de comportamentos. Para a Sociologia:

Social é o conjunto de formas de agir e pensar que são comuns aos indivíduos que vivem numa mesma sociedade. Ou seja, é um conjunto de regras ou princípios que orientam as percepções, as ações, os valores, as formas de convivência e de poder numa determinada sociedade (BARBOSA; QUINTANEIRO; RIVERO, 2012, p. 54).

Ainda segundo essas autoras, os fenômenos sociais são representações coletivas que existem fora das consciências individuais. Portanto, em uma abordagem sociológica, identificar os efeitos de um determinado fenômeno social não é suficiente. É necessário verificar as causas e as relações que se estabelecem entre os diversos fenômenos. É necessário desenvolver um olhar mais amplo que ultrapasse as individualidades.

Para isso, a Sociologia como disciplina escolar deve estimular nos alunos o desenvolvimento de novas formas de perceber a realidade a partir da problematização dos fenômenos sociais. Esta problematização é fruto, segundo Sarandy (2001, p. 6), “de uma apropriação, por parte dos educandos, de um modo de pensar distinto sobre a realidade humana, não pela aprendizagem de uma teoria, mas pelo contato com diversas teorias e com a pesquisa sociológica, seus métodos e seus resultados”. Para que esta problematização ocorra, é necessário que se desenvolva nos alunos um olhar de estranhamento e de desnaturalização nos fenômenos sociais.

Segundo as OCNEM (2006, p.105), “o papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais”. A desnaturalização vai permitir aos alunos compreender que os fenômenos sociais, objetos de seu estudo, são resultados de relações sociais dinâmicas, desenvolvidas ao longo da história e passíveis de transformações.

Em face do mundo considerado familiar, governado por rotinas capazes de reconfirmar crenças, a sociologia pode surgir como alguém estranho, irritante e intrometido. Por colocar em questão aquilo que é considerado inquestionável, tido como dado, ela tem o potencial de abalar as confortáveis certezas da vida, fazendo perguntas que ninguém quer se lembrar de fazer e cuja menção provoca ressentimentos naqueles que detêm interesses estabelecidos. Essas questões transformam o evidente em enigma e podem desfamiliarizar o familiar [...]. Obviamente isso não é para agradar a todo mundo, sobretudo aqueles cuja situação lhes confere grande vantagem. (BAUMAN, 2010, p. 24-25).

Nessas orientações também vai ser definido “o outro papel que a Sociologia realiza, mas não exclusivamente ela, e que está ligado aos objetivos da Filosofia e das Ciências, humanas ou naturais, que é o estranhamento” (OCNEM, 2006, p. 106). É a capacidade de estranhamento que vai possibilitar aos alunos questionarem o porquê dos fenômenos sociais a partir do desenvolvimento do senso crítico. Com isso, espera-se que os papéis de desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais, quando relacionados ao estudo das teorias sociológicas, contribuam para compreensão da sociedade e para a formação de cidadãos aptos a interferir na sociedade em que estão inseridos. Portanto, é necessário que os alunos desenvolvam um processo de desconstrução e reconstrução da realidade social, nos quais eles sejam desafiados a reconstruir o conhecimento dado como pronto a partir da associação de ideias, de concepções e de reflexões que os levará a apropriar-se da realidade de uma forma significativa.

Um dos caminhos para que esse processo ocorra é o da abordagem dos temas sociológicos na sala de aula que estimule a troca do olhar imediato, pessoal, para um olhar mais amplo. É quando se desenvolve a imaginação sociológica, conceito criado pelo sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, que nos permite compreender a complexidade da sociedade a partir das relações que ocorrem entre os indivíduos. Essa compreensão é mediada, segundo o autor, por três componentes: a biografia, a história e a estrutura social em que estão inseridos os indivíduos e possibilita um inconformismo intelectual que leva a uma desconstrução e reconstrução da sociedade. Para Mills (1975, p.11-12):

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. [...] o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro do seu período.

A escolha da “imaginação sociológica” ou do raciocínio sociológico na interpretação da sociedade deve-se ao fato de possibilitar o despertar da consciência social a partir da ampliação do olhar diante dos fatos sociais. A imaginação sociológica exige, acima de tudo, que nos afastemos em nosso pensamento das rotinas de nossas vidas familiares para enxergá-las como algo novo (GIDDENS, 2012).

Portanto, a finalidade do ensino da Sociologia no Ensino Médio está em auxiliar os alunos a compreenderem as relações sociais que se estabelecem no seu cotidiano a partir de um olhar sociológico que ultrapasse o senso comum. Não é atribuição dessa modalidade de ensino formar sociólogos, mas é importante que a comunidade escolar conheça a finalidade dessa disciplina para que constate a sua importância. Esse fato não exclui a apresentação aos alunos dos clássicos: Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim. Não de uma forma profunda, mas considerando o importante legado que eles deixaram para as Ciências Sociais na explicação da realidade social. Além dessa tríade, devem ser apresentados alguns sociólogos contemporâneos que complementam o pensamento dos autores clássicos ou apresentam outras perspectivas de explicação da sociedade.

Pensar sociologicamente é também perceber a diferença que existe entre o senso comum e o conhecimento sociológico, que embora apresentem uma estreita relação vão se diferenciar pela forma que entendem e explicam os fenômenos sociais. Enquanto o senso comum está baseado na rotina e na ausência de questionamento, “pensar sociologicamente é *dar sentido* à condição humana por meio de uma análise das numerosas teias de interdependência humana- aquelas mais árduas realidades a que os referimos para explicar nossos motivos e os efeitos de suas ativações.” (BAUMAN, 2010, p. 24). Ainda, segundo esse autor:

Quando aborda e desafia nosso conhecimento partilhado, a Sociologia nos incita e encoraja a reaccessar nossas experiências, a descobrir novas possibilidades e a nos tornar, afinal mais abertos e menos acomodados à ideia de que aprender sobre nós mesmos e os outros levam a um ponto final, em lugar de construir um processo dinâmico e estimulante cujo objetivo é a maior compreensão. (BAUMAN, 2010, p. 25).

Para que seja desenvolvido esse processo, o ensino da Sociologia no nível médio, segundo as OCNEM (2006), dispõe de três pressupostos metodológicos: teorias, conceitos e temas. A eles deve ser incorporada a pesquisa como um recurso fundamental para a prática docente.

As teorias são recortes feitos por pensadores que buscam explicar os fenômenos sociais de uma forma coerente, sistematizada. Devem ser observadas dentro do contexto em que foram produzidas, pois refletem o olhar de quem as produziu. Em relação ao Ensino Médio, elas devem ser traduzidas de forma que faça sentido para o aluno no desenvolvimento de uma melhor compreensão da sociedade.

O conceito, segundo Moraes e Guimarães (2010, p. 49), “é um registro linguístico da ciência, com que se propõe a definir terminologicamente um fenômeno, uma concepção, uma relação.” Ainda segundo esses autores, o conceito também deve ser compreendido

historicamente e distinguido do significado apresentado nos dicionários, quando a dicionarização for imperfeita ou insuficiente. Deve ser analisado a partir de uma teoria em contraponto a um fenômeno social concreto.

O tema permite ao professor fazer um recorte da realidade dos alunos relacionando-a com os conteúdos clássicos e contemporâneos da Sociologia. Com isso, as aulas de Sociologia no Ensino Médio tornam-se mais atrativas e conseguem responder a uma pergunta tão presente entre os jovens dessa modalidade de ensino: para que estudar Sociologia?

Para complementar o processo de ensino dos conteúdos sociológicos em sala de aula, os professores têm como um recurso complementar a pesquisa sociológica. Este recurso oferece instrumentos que podem estimular a curiosidade e o pensamento crítico dos alunos a partir de um processo investigativo, além de possibilitar a comprovação ou não dos temas que estão sendo abordados. A pesquisa como ferramenta de ensino deve ser conduzida pelo professor e “deve-se pautar em atitudes de análise, reflexão e busca por perguntas e respostas a problemas, que tanto podem partir de interesses do aluno como de propostas formuladas pelo professor, desde que a aprendizagem alcance o aluno” (HOLANDA, 2015, p.11). Ela colabora, segundo Pereira e Fusco (2017), para a aproximação entre a escola e a comunidade.

Portanto, é importante saber não só o que está sendo ensinado, mas se a forma do que está sendo ensinado está gerando interesse nos alunos e os capacitando para compreender as informações que estão sendo apresentadas pelos diversos meios de comunicação.

Pensar as aulas de Sociologia é pensar também a respeito de educação, sociedade e senso comum. É pensar em aprender a aprender, mas aprender também a ler textos e contextos, a escrever, a pensar, interpretar dados e informações. É perceber que todas as relações sociais que aparentavam ser naturais e imutáveis são passíveis de transformações. Só assim se pode falar em uma formação que promova a cidadania e a formação para o trabalho.

2.3. A Sociologia chega às salas de aulas

Como ensinar a Sociologia no Ensino Médio? Inicialmente, os professores devem refletir a respeito das suas práticas docentes observando se no seu exercício profissional são produtores ou reprodutores de conhecimentos. Em se tratando de uma disciplina que tem como princípio a desnaturalização das relações sociais com o objetivo de transformar a sociedade, o professor, como condutor da construção dos conhecimentos, deve sempre observar se a sua prática docente está contribuindo para a construção de novos saberes.

Para Tardif (2002), a transmissão do conhecimento é produto da relação dos saberes docentes, que são os saberes produzidos e mobilizados pelos professores dentro do sistema escolar para atender a diversos fins. Para este autor, durante a sua formação, os professores adquirem um saber plural formado por saberes oriundos da formação profissional e dos

saberes disciplinares, curriculares e experienciais. Dentro dessa perspectiva, é importante observar o caráter de exterioridade que possuem estes saberes. Esse caráter vai ser refletido na prática docente, uma vez que esses saberes são produzidos pela universidade e os professores tornam-se reprodutores de um saber que não foi produzido por eles.

Portanto, segundo esse autor, o professor ideal é alguém que deve conhecer a sua matéria e seu programa, possuir conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos e com professores da mesma disciplina.

Diante na realidade das escolas de Ensino Médio do país, o saber experiencial é o saber mais difícil de ser adquirido. Como a Sociologia possui uma carga horária reduzida, as escolas de Ensino Médio não possuem no seu quadro uma quantidade de professores que desenvolvam o saber experiencial, a partir da discussão e do debate a respeito de suas experiências docentes.

Mesmo com a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio, em 2008, observa-se que essa realidade não sofreu mudanças significativas. Os professores, no exercício docente, continuam enfrentando esses problemas que vão refletir na sua atuação profissional. Segundo, Queiroz (2015, p. 84):

Falta de tempo sempre será um problema para o professor, porque ele sempre será obrigado a ocupar todo ou quase todo o seu tempo diário, seja trabalhando nesta ou em outra profissão – como constatamos nas entrevistas – pois como vimos anteriormente, os baixos salários sempre os levam a trabalharem mais para complementarem a renda e garantir o mínimo para suprir suas necessidades básicas. Esse descaso com o profissional de educação não é nenhuma novidade, mas é interessante perceber como dificuldades desta natureza se refletem no fazer pedagógico em sala de aula.

Para amenizar essa situação, o professor deve procurar focar o seu trabalho na busca de mediações didáticas que possibilitem aos alunos compreenderem os conteúdos abordados, e a partir dessa compreensão, serem capazes de desenvolver seus próprios saberes. Esse processo, que parece simples, não se destina apenas ao ensino da Sociologia, mas a qualquer processo de ensino e aprendizagem que tenha como objetivo promover a construção de novos conhecimentos. Segundo Moura (2015, p. 75):

A mediação didática entra justamente para ajudar ao professor atingir o seu objetivo profissional: fazer com que o aluno compreenda o mundo ao seu redor. E, mais, dar ao discente, a autonomia de, a partir do conhecimento, transformar as suas próprias estruturas de significado de maneira crítica.

Alguns autores utilizam o termo “mediações pedagógicas” para descrever o mesmo processo. Assim, segundo, Moraes e Guimarães (2010, p. 54), “mediações pedagógicas referem-se às diferentes e possíveis maneiras de se traduzir o conhecimento sociológico

tornando-o compreensível e interessante para os estudantes do Ensino Médio.” É mais do que uma ação de transmissão de conhecimentos, pois pressupõe uma nova forma de relacionamento entre professor e aluno que visa abrir novos caminhos para a construção dos saberes. Portanto, não há um único modelo de mediações didáticas ou pedagógicas, pois ela vai se adaptando de acordo com a interação entre o professor e os alunos, tendo como elemento fundamental a participação dos discentes.

Essas mediações, segundo as OCNEM (2006), podem ser desenvolvidas a partir de diferentes recursos didáticos tais como a aula expositiva, leitura e análises de textos, visitas aos museus, aulas musicais, filmes, entre outros recursos.

Entretanto, é importante que a utilização de qualquer um destes recursos tenha uma dimensão dialógica transformadora. Ou seja, o conhecimento construído deve ser resultado de reflexões desenvolvidas pela troca de conhecimentos entre professor e alunos, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma nova ação. Com essa dimensão, haverá um maior interesse e compreensão pelos temas sociológicos debatidos em sala de aula.

Diante desse fato, e com objetivo de contribuir com a consolidação da disciplina Sociologia nos currículos do Ensino Médio, constata-se a necessidade de propor uma mediação didática visando estimular o uso dos indicadores sociais como um recurso didático auxiliar nas explicações dos temas sociológicos.

Para isso, é importante a escolha de um processo de ensino e aprendizagem que venha atender às necessidades contemporâneas e que promova uma aprendizagem efetiva e não uma memorização de fatos isolados, superando, assim, as formas tradicionais do trabalho docente. Um desses processos é o de ensinagem, que, segundo Anastasiou (2015, p. 20):

Trata-se de uma ação de ensino da qual resulta a aprendizagem do estudante, superando o simples dizer do professor, pois é sabido que na aula tradicional, que se encerra numa simples exposição de tópicos, somente há garantia da citada exposição, e nada que se possa afirmar acerca da apreensão dos conteúdos pelo aluno.

Esse processo de ensinagem permite uma nova visão do ato de ensinar, superando o processo tradicional, por meio do qual o professor fala e o aluno memoriza. Agora, o processo de reter na memória deve ser substituído pelo processo de apreender, que envolve apropriação e compreensão. “O apreender, do latim *apprehendere*, significa segurar, prender, assimilar mentalmente, entender, compreender, agarrar. Não se trata de um verbo passivo; para apreender é preciso agir, exercitar-se, informar-se, tomar para si, apropriar-se, entre outros fatores.” (ANASTASIOU, 2015, p. 19).

Para a autora, a prática de ensinagem é mais que pedagógica. É uma prática social complexa que ocorre entre o professor e os alunos, visando à construção do conhecimento.

Para que este processo se desenvolva, é necessário que os professores adotem uma postura pedagógica, substituindo o “assistir aulas” pela ação conjunta do “fazer aulas”.

O “fazer aulas” vem ao encontro da superação da forma tradicional de transmissão de conteúdos prontos, que são determinados por uma “grade” curricular oficial e rígida. Para que haja esta superação, a ação de “fazer aulas” deve ser resultado de um trabalho conjunto envolvendo professor e aluno, os quais definirão claramente os objetivos da aprendizagem, bem como a responsabilidade de cada um nesse processo. Esta ação mediadora deve possibilitar a reconstrução dos conteúdos, a partir da contextualização entre o que está posto e a realidade de cada um. Para Anastasiou (2015, p. 21), “o estudante tem que ativamente refletir, no sentido de dobrar-se de novo e de novo, tantas vezes quanto seja preciso, para apropriar-se do quadro teórico prático objetivado pelo professor e pela proposta curricular, em relação à realidade visada no processo de ensino.”

Portanto, cabe ao professor organizar as suas ações de uma forma que possibilite ao aluno realizar um método dialético na construção do conhecimento. Para isso, o aluno deve generalizar, diferenciar, abstrair e simbolizar os conceitos trabalhados a partir de uma estratégia que se inicia com a mobilização para o conhecimento. Nessa fase inicial, o aluno, baseado na sua prática social, expõe a sua visão não elaborada do tema a ser estudado. Essa exposição pode ser estimulada por frases, figuras ou indicadores sociais que estimulem a reflexão a respeito do conhecimento que se pretende construir. O importante nessa fase é despertar o interesse do aluno para o tema a ser abordado. Os indicadores sociais podem fazer esse papel, pela possibilidade de retratar uma realidade que pode ser confirmada ou contestada pelos alunos.

Em seguida, há o momento da construção do conhecimento por meio do questionamento do que foi apresentado. Essa análise crítica pode ser feita a partir dos diversos recursos didáticos que possibilitem o confronto da teoria com a realidade dos alunos. Um desses recursos é a interpretação dos indicadores sociais, que vão demonstrar quantitativamente (de modo geral) um fenômeno social a partir da sua contextualização.

E, finalmente, tem-se o momento da síntese, quando aluno constrói, por meio de situações organizadas pelo professor, uma nova visão a respeito do conhecimento apreendido. Para Anastasiou (2015, p. 30), “a síntese, embora seja qualitativamente superior à visão sincrética inicial, é sempre provisória, pois o pensamento está em constante movimento e, conseqüentemente, em constante alteração.” Em seguida, a autora afirma:

O caminho da síntese para a síntese, qualitativamente superior, via análise, é operacionalizado nas diferentes estratégias que o professor organiza, visando sistematizar o saber escolar. É um caminho que se processa no pensamento e pelo

pensamento do aluno, sob a orientação e acompanhamento do professor, possibilitando o concreto pensado (ANASTASIOU, 2015, p. 30)

A síntese pode ser apresentada pelos alunos de forma escrita ou oral e será o mecanismo para obter a avaliação final. Nessa fase também podem ser utilizados indicadores sociais como uma forma de apresentar o novo conhecimento ou como uma reconstrução dos dados inicialmente apresentados.

Essa avaliação vai permitir tanto ao professor quanto aos alunos verificarem os avanços realizados em relação aos objetivos definidos no início dos planos de aulas. Para isso, cabe ao professor desenvolver um olhar sociológico diante do sistema avaliativo determinado pela legislação. Esse olhar sociológico possibilita ao professor e aos alunos perceberem que o fracasso ou êxito escolar são construções sociais, que envolvem a família, a escola, o trabalho, a cultura, entre outros fatores. Portanto, a escolha da avaliação deve ser voltada para a formação dos alunos considerando as individualidades, o nível de domínio de cada um, além de propor formas de intervenção diferenciadas que possibilitem a superação das suas dificuldades. (PERRENOUD, 1999)

Avaliar é um processo dinâmico, que não se reduz a apenas realizar uma prova e verificar se alguns conteúdos foram memorizados. Segundo Perrenoud (1999, p. 11):

Bem antes de regular as aprendizagens, a avaliação regula o trabalho, as atividades, as relações de autoridade e a cooperação em aula e, de uma certa forma, as relações entre família e a escola ou entre profissionais da educação. Um olhar sociológico tenta constantemente considerar as lógicas do sistema que dizem respeito ao tratamento das diferenças e das desigualdades e, ao mesmo tempo, a lógica dos agentes, que envolvem questões mais cotidianas, de coexistência, de controle, de poder.

Portanto, a avaliação escolar é necessária para o desenvolvimento e o acompanhamento do aluno dentro de uma perspectiva pessoal e institucional, mas deve ser voltada para uma reflexão da aprendizagem, a partir de uma perspectiva sociológica.

Com isso, define-se o processo que norteou a elaboração dos planos de aulas que propõem a utilização dos indicadores sociais como um recurso didático facilitador para as explicações dos temas abordados pela Sociologia no Ensino Médio.

Os temas e indicadores sociais abordados foram escolhidos a partir de uma análise dos livros didáticos de Sociologia do PNLD (2015), que é o maior referencial didático dos professores desta disciplina.

Esses planos seguirão o modelo disponibilizado pelo Portal do Professor³, no site do Ministério da Educação, e ficarão disponíveis virtualmente para o público, facilitando assim o compartilhamento entre os professores de Sociologia.

³ <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>. Acesso em: 3 abr. 2017

Para isso, alguns passos devem ser adotados para a publicação desses planos de aula no site Portal do Professor do Ministério da Educação. Eles são dados em cinco etapas autoexplicativas:

- 1º passo: corresponde a autoria da aula. As informações apresentadas devem possuir uma linguagem informal e devem se resumir na formação e nas atividades profissionais do autor;
- 2º passo: corresponde à estrutura curricular. São as informações relativas à modalidade de ensino, componente curricular e tema a ser tratado;
- 3º passo: corresponde à estrutura da aula. Neste campo é informado o título da aula, o que o aluno deverá apreender, o tempo de duração da aula, os conhecimentos prévios necessários e as palavras-chave. É o momento em que é apresentada a estrutura do curso a partir do esclarecimento do objetivo da aula e do registro de um programa de aprendizagem definidos pelo professor e pelos alunos;
- 4º passo: corresponde às estratégias e aos recursos que serão utilizadas para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra. Neste campo podem ser inseridos diversos recursos audiovisuais, sites, links, textos, que venham a contribuir para que os alunos possam apreender os conteúdos abordados;
- 5º passo: corresponde à escolha dos critérios de avaliação das aulas.

Definidas as estratégias do trabalho docente, conclui-se que a escolha do processo de ensinagem para as aulas de Sociologia contribui para que se atinjam os objetivos desta disciplina, pois possibilita aos alunos desenvolverem ações que os levem a construir, desconstruir e reconstruir a sua realidade social, a partir compreensão ou apreensão dos conceitos sociológicos já presentes no seu cotidiano.

O que e como ensinar, em consonância com o tipo de educação que se deseja, são princípios que devem nortear o ensino da Sociologia no seu esforço constante de compreender e transformar a realidade.

3. A SOCIOLOGIA E OS INDICADORES SOCIAIS

A Sociologia, para atingir o seu objetivo, dispõe de diversos métodos de pesquisa, que podem ser divididos em dois grandes tipos: quantitativos e qualitativos. Esses métodos servem para a investigação, identificação, classificação, interpretação dos fenômenos sociais e para controlar as possíveis interferências dos sentimentos e convicções de quem está analisando o objeto social, segundo Barbosa, Quitandeiro e Rivero (2012). Eles são, portanto, os instrumentos de investigação científica da Sociologia diante de um grande número de problemas sociológicos. Para Giddens (2012, p. 43), “a Sociologia é uma atividade científica,

[...] pois envolve métodos sistemáticos de investigação empírica, análise de dados e avaliação de teorias à luz de evidências e argumentos lógicos.” Ainda para esse autor, em Sociologia:

Costuma-se distinguir tradições e métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos [...] os métodos quantitativos tentam mensurar fenômenos sociais e usam modelos matemáticos e, com frequência, análises estatísticas para explicá-los. [...] muitos projetos atualmente fazem uso de métodos mistos-quantitativos e qualitativos para obter uma compreensão e uma explicação mais ampla do tema em estudo.

A utilização desses métodos específicos é que vai atestar, a partir de uma construção racional, a existência de um determinado fenômeno social. Para isso, é importante que se perceba a diferença entre problemas sociológicos, objetos de investigação da Sociologia, e os problemas sociais. Os primeiros existem quando determinadas questões são vistas a partir de um olhar sociológico. Para Barbosa, Quitandeiro e Rivero, (2012, p. 184), “problema social é uma construção social e política. Problema sociológico é uma construção científica”. Ou seja, para analisar determinado fenômeno ou problema como sociológico, devem-se seguir regras, métodos e, conceitos, que caracterizem a análise como científica. Essa definição é importante para que se possa distinguir o que é um fenômeno social, objeto de análise nas aulas de Sociologia, da percepção proveniente do senso comum ou dos problemas sociais. Uma pessoa que se encontra numa situação de extrema pobreza e passa fome é um problema social. As causas e consequências dessa situação são problemas sociológicos.

Para interpretar esses fenômenos de forma clara e simplificada, geralmente são necessários recursos facilitadores. Um desses recursos pode ser a utilização dos indicadores sociais que permitem mensurar, explicar e comparar os fenômenos sociais e com isso determinar a sua relevância como objeto de estudo sociológico.

Para Schmidt (2012, p. 2):

Assim, a estatística é, para a Sociologia, um instrumento não só de diagnóstico das ‘patologias sociais’, como diria Émile Durkheim, mas também de constatações de diversos aspectos da realidade, possibilitando delimitação e análises dos mesmos. Em sala pode tornar as aulas de Sociologia bastante dinâmicas, pois possui uma linguagem visual (representada em gráficos e tabelas) e, evidentemente, mais imediata, podendo facilitar a identificação e diagnóstico das questões sociais e a compreensão das mesmas quando estas se somam às teorias sociológicas.

Com a disponibilidade de recursos provenientes da informática, essa linguagem visual dos gráficos e tabelas pode ter a sua utilização dinamizada a partir de mecanismos que promovam a interatividade e uma maior exploração do uso dos dados.

Para compreender o uso dos indicadores sociais como um recurso didático é importante compreender como surgiu esse conceito e o que os diferencia dos dados estatísticos.

A estatística surgiu inicialmente com uma função meramente censitária destinada aos administradores fiscais, policiais ou militares do Estado. Segundo Martin (2001), a partir de meados do século XVIII até o início do século XX, a utilização destes dados passaram a ter finalidades científicas, transformando-se gradativamente em indicadores sociais. Para este autor “ela se torna ao mesmo tempo ciência da descrição, isto é, fonte de informações que serve à ciência do registro, da conservação e análise dos fatos” (MARTIN, 2001, p. 31).

Muitos sociólogos dessa época passaram a utilizar as estatísticas para a formulação de suas teorias ou na execução de suas atividades. Entre eles, pode-se citar Gabriel Tarde, François Simiand, Maurice Halbwachs.

Porém, foi Émile Durkheim quem deu maior visibilidade ao uso dos indicadores sociais, inicialmente na sua obra *As Regras do Método Sociológico* (1895). Em seguida, na análise do suicídio, em 1897, ele utilizou de forma comparativa vários dados estatísticos tornando-se, assim, uma obra clássica em relação à utilização de dados quantitativos. Para ele, a estatística é uma ciência auxiliar da Sociologia por permitir isolar as manifestações individuais dos fatos sociais, e foi através desse recurso que ele explicou o suicídio como um fenômeno social e não individual.

Max Weber também utilizou indicadores sociais na obra *Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo* (1904) quando analisou as relações da economia capitalista com a religião protestante a partir das estatísticas ocupacionais.

Nesse período, também se destacou Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play, que apesar de economista teve grande influência no desenvolvimento da Sociologia. Criou o periódico *Les Ouvriers de Deux Mondes*, em 1857, que reunia monografias e estatísticas sobre as condições de vida dos trabalhadores.

Esse histórico mostra como a Sociologia começou a utilizar as estatísticas para explicar os fenômenos sociais. Segundo Martin (2001, p. 31):

Ao participar da objetivação da sociedade, contribuindo com a ideia de que a sociedade não se confunde com o Estado, a estatística é associada à construção da sociologia. O ato de nascimento da sociologia não é evidentemente único; nem o são os fatores de seu desenvolvimento. Ela incontestavelmente se construiu dialogando ou disputando seu território com a filosofia, a psicologia, a biologia, a história ou o direito. Mas ela nasceu também aproveitando os saberes e dados que a estatística lhe ofereceu. A estatística é um terreno no qual a sociologia vai fixar suas raízes.

Porém, “a expressão ‘indicadores sociais’ surgiu nos EUA em 1966, tendo sido veiculada em uma obra coletiva organizada por Raimond Bauer, intitulada *Social Indicators*” (SANTAGADA, 2007, p. 118). Nesse período, os indicadores sociais vão adquirir um caráter investigativo e vão apresentar uma estreita relação com o modelo de desenvolvimento capitalista, a partir de uma perspectiva funcionalista. Assim, eles passam a servir ao

planejamento governamental por permitir que fossem explicados os dados relativos à qualidade de vida de uma forma sistemática e que justificassem o sistema capitalista sem atingir a sua estrutura.

Esse fato estimula a produção de índices e medidas sociais por organismos internacionais, que passam a interpretar esses dados de forma também subjetiva, ou seja, as informações não se limitam apenas a retratar dados essencialmente quantitativos limitados por indicadores puramente econômicos e passam a retratar aspectos relacionados ao bem-estar e à mudança social das populações. Com isso, esses dados passam a fazer parte das análises sociais não só no meio acadêmico, mas também nos órgãos oficiais de planejamento e nas organizações não governamentais nacionais e internacionais, com o objetivo de monitorar a qualidade de vida no mundo, os direitos humanos, as liberdades políticas, a dívida externa dos países pobres e a biodiversidade (SANTAGADA, 2007).

Portanto, a estatística passa a ser utilizada na construção de um indicador social quando ela retrata aspectos da sociedade a partir de observações normalmente quantitativas, possibilitando o controle e a intervenção sociais. O que diferencia um dado estatístico do indicador social é a contextualização, a ligação do dado apresentado com uma teoria social que permita uma explicação mais aprofundada da realidade, Segundo Jannuzzi (2002, p. 55):

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significação social substantiva, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É um recurso metodologicamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma [...] Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos a teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.

Para esse autor, “uma cifra estatística isolada é como um poste com luz queimada: pode servir de apoio, mas sozinha não ilumina nada” (2012, p. 11). É a matéria-prima para a construção dos indicadores sociais, uma vez que as estatísticas públicas (dados censitários, estimativas amostrais e registros administrativos) correspondem ao dado social na sua forma bruta e não contextualizado (taxas de natalidade, taxa de evasão escolar etc.). Além disso, podem ser classificados de acordo com a área temática da realidade social a que se refere. Assim, temos indicadores de saúde, de educação, de mercado de trabalho, demográficos, de renda e desigualdade, de infraestrutura urbana, habitacionais, de segurança pública e justiça, renda e pobreza, meio-ambiente e qualidade de vida (JANNUZZI, 2012).

No Brasil, os indicadores sociais vão ter maior visibilidade a partir de 1975, quando passam a ser utilizados como uma ferramenta de planejamento, não só pelo Estado, mas pela sociedade civil e pelas universidades (SANTAGADA, 2007). A partir dessa época, a

elaboração desses indicadores sociais, seguindo o modelo utilizado nas pesquisas americanas e pelos organismos internacionais, vai procurar superar as análises econômicas na explicação dos problemas sociais. Nesse modelo, predominam as pesquisas sociodemográficas nas quais são mostradas diversas variantes como origem, renda, faixa etária, raça, entre outras, o que torna os indicadores sociais uma importante ferramenta metodológica para a explicação da realidade social e para a avaliação das políticas sociais e alocação de recursos públicos ou privados.

Portanto, por enriquecer a interpretação empírica da sociedade a partir da mensuração e da desnaturalização dos fenômenos sociais, a utilização dos indicadores sociais é crescente não só no meio acadêmico, como também nos órgãos de planejamento e nos meios de comunicação. Isso vai provocar a necessidade de uma maior compreensão na análise de dados também no ensino da Sociologia, seja pelos professores ou pelos alunos. Segundo Santagada (2007, p. 135):

Os indicadores sociais, desde a sua origem, estão inseridos num contexto socioeconômico amplo, além de manter uma forte presença no campo teórico acadêmico. Os indicadores sociais devem responder às preocupações quanto à dinâmica social [...] elucidar questões que não atenham somente ao que pode ser mensurado, mas ir além da informação quantitativa e dessa forma aproximar-se dos conflitos de interesse que são o motor do processo social. [...]. Os indicadores sociais podem ajudar no conhecimento da realidade social brasileira...

No mundo contemporâneo, globalizado, a informação passou a ter um impacto decisivo na vida em sociedade. Essas informações muitas vezes são apresentadas com uma ênfase quantitativa, mostrando os dados de forma bruta, por meio de indicadores sociais. Entretanto, para que os indicadores sociais possam contribuir para a interpretação da realidade, é necessário que esses dados sejam analisados sociologicamente. Isso significa dizer que eles devem ser olhados de forma crítica, observando a sua natureza, a sua intencionalidade e o seu contexto. Eles não possuem a neutralidade que se imagina (JANNUZZI, 2012). Portanto, devem ser vistos a partir da sua dimensão política e ideológica, uma vez que a “a realidade social é por demais abrangente e complexa para comportar a pretensão de um verdadeiro e definitivo olhar, a partir de uma abordagem supostamente abrangente” (BRANDÃO, 2008, p. 610). Para Arregui (2012, p. 7):

Com isso se explicita cada vez mais a necessidade de se recuperar uma postura crítica quanto ao processo de quantificação, em que se torna essencial a interrogação de o que medir e para que medir. [...] O questionamento sobre os dados estatísticos é natural nos contextos de crise porque é justamente nesses momentos que se produzem profundas mudanças no mapa cognitivo da realidade social e consequentemente na paisagem dos indicadores.

Com isso, os indicadores sociais podem contribuir com a Sociologia por ser uma ponte para que se responda às problematizações formuladas pelo estranhamento dos fenômenos sociais, bem como um mecanismo na superação do senso comum. Além disso, permite a visualização de dados relativos a diversas sociedades ou mesmo dentro da própria sociedade, possibilitando que se façam analogias entre realidades distintas, o que possibilitará aos alunos construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da sociedade. Saber interpretar informações a partir de indicadores sociais também faz parte da formação voltada para a cidadania.

A quantificação apresentada por meio dos indicadores sociais pode contribuir para a comprovação ou a negação da teoria social. Ela não é apenas uma ilustração de um recorte dessa realidade. É um instrumento questionador e uma das formas de interpretação e análise dos fenômenos estudados pela Sociologia. Para isso, é importante que se analise as diversas dimensões que compõem um indicador social, uma vez que eles diferem de acordo com o tempo e com o local que foram produzidos. Para Arregui (2012, p. 9) “quantificar, no seu sentido mais amplo, significa expressar e dar existência sobre uma forma numérica àquilo que antes estava expresso em palavras, mas ainda não em números.” Para esta autora, deve ser observada a dimensão social do ato de quantificar, que além de técnico é também político, uma vez que determinados aspectos importantes da realidade podem ser escondidos no processo de compreensão e problematização da realidade. Portanto, ao se analisar um determinado indicador social, deve-se observar qual o conceito utilizado e a qual realidade ele está se reportando. A abordagem escolhida para apresentar um indicador social é um fator determinante para uma compreensão que ultrapasse a informação quantitativa.

Portanto, a leitura dos indicadores sociais a partir de um olhar sociológico contribui para desvendar as relações sociais trazendo para a reflexão as causas dos problemas da sociedade que se refletem principalmente em um sem número de desigualdades sociais. Mas a leitura desses dados pode servir também, quando manipulados, de apoio à manutenção de situações que favoreçam aos grupos dominantes. Daí a importância de contextualizá-los com o objetivo de compreender o que de fato eles representam para que eles não sejam usados para justificar e sim para explicar.

A utilização dos indicadores sociais apresentados em forma de “mapas, tabelas e gráficos são usados pela Sociologia como recurso importante de veiculação de informações, fonte de pesquisa e outros.” (TAKAGI, 2007, p. 204). Porém, é um recurso pouco utilizado pelos professores no ensino dessa disciplina, apesar da sua linguagem visual proporcionar uma melhor compreensão de determinados fenômenos sociais e da sua presença crescente no ENEM, em questões interpretativas elaboradas a partir de dados quantitativos. Este fato é

facilmente comprovado quando, por exemplo, os temas da redação do ENEM 2015 e 2016 são formulados a partir de indicadores sociais apresentados em forma de gráficos.

A compreensão da dimensão técnica e política dos indicadores sociais vai possibilitar também o desenvolvimento de uma postura crítica diante dos dados apresentados pela mídia e que chegam às escolas e alcançam toda a sociedade. Atualmente, esses dados são comumente utilizados para justificar as informações veiculadas pelos diversos meios de comunicação, o que, somado à intencionalidade da veiculação das informações, fortalece a necessidade de que esses dados sejam vistos a partir de um olhar sociológico. Para Melo e Assis (2016, p. 251):

Estar ciente de que a notícia é uma mercadoria à venda é um pressuposto fundamental para a percepção crítica daquilo que se impõe diante de nós cotidianamente, a partir de jornais online, impressos, em rádio e televisão. Por isso é preciso levar em consideração as condições sociais, políticas e culturais de produção da informação, sua intencionalidade e o interesse do veículo que a produz como fato representado a ser consumido como fato objetivo da vida social.

Portanto, os indicadores sociais são um importante recurso didático para as aulas de Sociologia no Ensino Médio, por contribuírem para a identificação e a análise de questões sociais abordadas não só em sala de aula, mas pelas mídias. Porém, eles são uma descrição da realidade, uma forma de compreendê-la melhor e de verificar o quão é relevante um determinado fenômeno social, mas não retratam a sua totalidade, uma vez que eles não falam por si mesmos e nem possuem a objetividade que se imagina. Os indicadores sociais, segundo Arregui (2012, p. 7), “possuem uma natureza provisória, contextual e, portanto, evolutiva”.

4. OS INDICADORES SOCIAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS APROVADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO-PNLD (2015)

No nosso sistema educacional, frequentemente, o livro didático possui uma posição central no processo pedagógico. Para Meucci (2014, p. 211), “os livros são ao mesmo tempo, mercadoria, objeto de política pública, ferramenta de ensino e aprendizagem, artefato intelectual caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular.” Entre as características apresentadas pelo livro didático, destaca-se a de ferramenta de ensino e aprendizagem, uma vez que o livro é muitas vezes o único recurso didático seguido pelo professor no planejamento das suas aulas. Nesse contexto, o livro torna-se um importante instrumento para a pesquisa de conteúdos e metodologias utilizadas no ensino da Sociologia nas escolas de nível médio do país. Esse fato é constatado por Queiroz (2015, p. 85), quando afirma que:

A maioria dos professores não formados na área específica apresentaram algumas dificuldades em lecionar a disciplina e basicamente sua fonte de conhecimento sobre

a Sociologia provém do livro didático, que neste caso cumpre um papel que de certa forma se duplica, pois ao mesmo tempo em que serve como uma bússola de orientação para o fazer pedagógico, assume um caráter de instrumento de formação do próprio professor, o qual vai internalizando os temas, conteúdos e conceitos sociológicos durante sua utilização. Essa particularidade coloca o livro didático como de fundamental importância para auxiliar o trabalho de qualquer professor, mas principalmente aos que não têm formação específica.

Em relação aos alunos, o livro didático vai desempenhar um papel relevante, pois em muitos casos ele será o único material pedagógico que eles terão acesso. Além disso, permitirá que o professor possa desenvolver atividades sobre as quais todos terão o mesmo material de apoio. Portanto, o livro didático pode ser analisado também como um recurso democrático nas escolas, por permitir o acesso de todos os alunos às mesmas informações, embora não deva ser o único recurso para se obter o conhecimento escolar. De acordo com Cavalcante (2015. p. 48):

O livro didático figura, portanto, como espaço para a transposição do conhecimento acadêmico ao escolar, ou seja, é responsável pela circulação, difusão, rotinização e popularização de um conhecimento científico, originalmente denso e complexo - e essa função é muito útil para os docentes e sua possível adoção em sala de aula.

No ano de 2015, o PNLD aprovou seis livros com edições de 2013, para serem adotados pelas escolas públicas de Ensino Médio no país. São eles: *Sociologia para o Ensino Médio* (Editora Saraiva), *Sociologia para Jovens do Século XXI* (Imperial Novo Milênio), *Tempos Modernos*, *Tempos de Sociologia* (Editora do Brasil), *Sociologia Hoje* (Editora Ática), *Sociologia em Movimento* (Moderna) e *Sociologia* (Scipione).

Para analisar o uso dos indicadores sociais nesses livros, foram utilizados os mesmos critérios recomendados pelo PNDL (2015): “nos mapas, as legendas devem respeitar as convenções cartográficas, nos gráficos e tabelas, constar títulos, fontes, datas; e as ilustrações, acompanhadas dos respectivos créditos” (BRASIL, 1999b, p. 464). Ainda há a recomendação de que estes recursos façam parte do texto como uma forma de contribuir com a explicação aos alunos.

Representados por tabelas, gráficos e mapas, os indicadores sociais nos livros didáticos foram analisados a partir dos quatro eixos temáticos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000): indivíduo e sociedade, trabalho e sociedade, cultura e sociedade e política e sociedade. Esta análise considerou as representações gráficas nas quais constassem os indicadores sociais ou dados que servissem para classificar, hierarquizar ou avaliar os mesmos.

Ao se analisar os livros selecionados na Tabela 1, constata-se que há uma preferência para representar as informações pesquisadas por meio de gráficos (64%). Esse fato possivelmente está relacionado ao fato deles possuírem um maior apelo visual, tornando-se

assim mais fáceis de serem interpretados, embora nem sempre seja apresentado um maior aprofundamento na análise dos mesmos.

Esta preferência é seguida pelas tabelas (20%) e pelos mapas (16%). É importante observar que em todos os livros há uma preferência pelas figuras e charges como recursos facilitadores nas explicações dos conteúdos, sendo as fotos o recurso mais utilizado. Os dados estatísticos aparecem como mais um recurso para exercitar o olhar diferenciado nos alunos.

Em relação aos eixos temáticos, conforme os dados apresentados na Tabela 1, o que mais apresenta indicadores sociais é o que se refere ao “trabalho e sociedade” (50%). De acordo com o PCN (2000), o trabalho é um dos temas fundamentais para a Sociologia e o debate a seu respeito deve levar o aluno a identificar, analisar e comparar os diversos modos de organização do trabalho, bem como sua relação com as outras estruturas sociais.

O segundo tema que mais apresenta indicadores sociais é o referente ao eixo temático indivíduo e sociedade, que segundo o PCN (2000, p. 93) deve “fazer com que o aluno se perceba como integrante do todo social e, ao mesmo tempo, dos vários grupos e subgrupos que formam a sociedade.” Os demais eixos: política e sociedade e cultura e sociedade apresentam, apenas 8% e 5% (respectivamente), das representações gráficas que utilizam esse recurso.

Ainda de acordo com a Tabela 1, observa-se que o uso de indicadores sociais como um recurso didático não é muito utilizado pelos autores dos livros recomendados pelo PNLD (2015). Essa lacuna pode ser preenchida pelo professor, desde que esteja apto para realizar uma interpretação dos dados que vá além de sua simples apresentação. Para isso, é importante que o professor e os alunos saibam ler e interpretar as tabelas, os gráficos, os mapas, ou seja, é importante que eles conheçam a terminologia estatística pelo menos no que se refere aos principais conceitos apresentados nos livros didáticos e nas informações veiculadas pela mídia.

Segundo Schmidt (2012, p. 2) “a linguagem visual da estatística pode facilitar a compreensão de algumas questões sociais pelos alunos, proporcionando melhora no processo de ensino e aprendizagem”. E é este um grande desafio para o ensino da Sociologia no nível médio: tornar esse conhecimento significativo para os alunos e desenvolver uma nova forma de pensar a sociedade.

Tabela 1. O uso de indicadores sociais, segundo eixos temáticos e os livros didáticos de sociologia aprovados pelo PNLD, 2015.

	Eixos Temáticos	Indivíduo e Sociedade	Cultura e Sociedade	Trabalho e Sociedade	Política e Sociedade	Total
Livro 1	Tabelas	1	3	1	-	5
	Gráficos		1	8	-	9
	Mapas	-	-	1	-	1
Livro 2	Tabelas	1		2	-	3
	Gráficos	7	-	8	-	15
	Mapas	1	-	-	-	1
Livro 3	Tabelas	4	-	-	-	4
	Gráficos	7	1	11	2	21
	Mapas	2	-	1	1	4
Livro 4	Tabelas	2	-	-	-	2
	Gráficos	1	-	1	-	2
	Mapas	-	-	2	3	5
Livro 5	Tabelas	4	1	5	-	10
	Gráficos	9	-	12	3	24
	Mapas	1	-	2		3
Livro 6	Tabelas	-	-	-	-	-
	Gráficos	2	-	2	-	4
	Mapas	2	-	3	-	5
	Total	44	6	59	9	118

Elaboração própria

Fontes:

Livro 1: TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Livro 2: OLIVEIRA, Luiz F; COSTA, Ricardo César Rocha da. **Sociologia para os jovens do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

Livro 3: BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia: ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

Livro 4: MACHADO, Igor; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

Livro 5: SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.

Livro 6: ARAÚJO, Sílvia; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.

De acordo com a Figura 1, no livro didático *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (parte III) são utilizados gráficos na explicação de temas sociológicos relacionados ao Brasil, dentro do eixo temático indivíduo e sociedade sugeridos pelos PCN (2000). Entre estes temas encontra-se a religião como um fenômeno social. No capítulo 16 (O Brasil ainda é um país de católico?) são apresentadas informações a respeito de como esse fenômeno ocorre no Brasil em relação às suas manifestações e como o Estado protege as crenças religiosas. Para melhor explicar esse tema, os autores utilizam figuras e tabelas que demonstram a composição religiosa da população brasileira a partir da quantificação apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Figura 1 Religiões no Brasil de 1940 a 2010 (%)



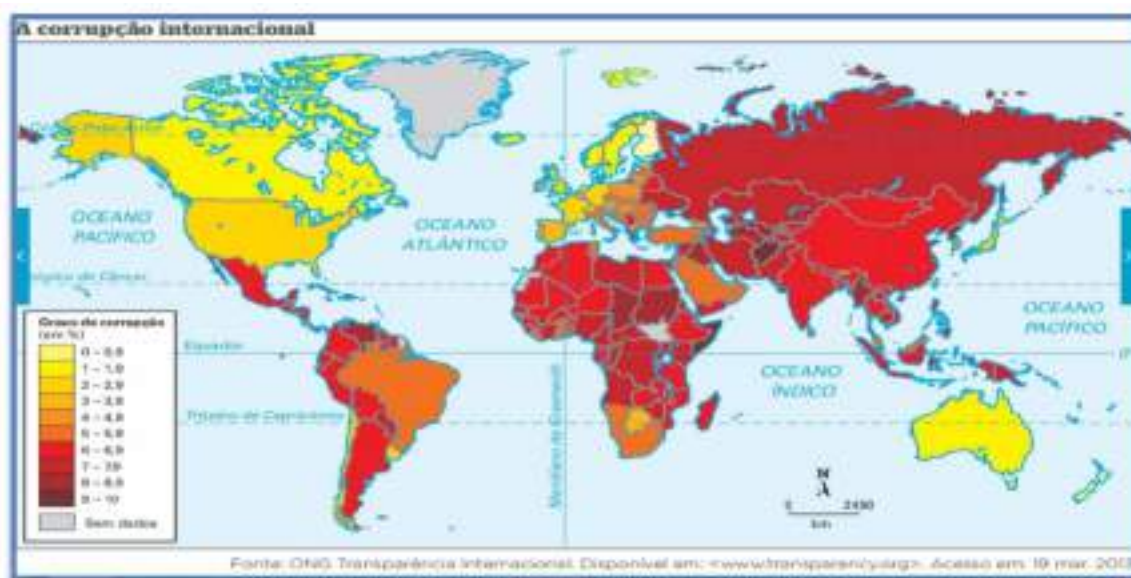
Religiões do Brasil de 1940 a 2010 (%)								
Religião	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Católicos	95,2	93,7	93,1	91,1	89,2	83,3	73,8	64,8
Evangélicos	2,6	3,4	4,0	5,8	6,6	9,0	15,4	22,2
Outras religiões	1,9	2,4	2,4	2,3	2,5	2,9	3,5	5,0
Sem religião	0,2	0,5	0,5	0,8	1,6	4,8	7,3	8,0
Total*	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

*Não inclui religião não declarada e não determinada. Fonte: IBGE, Censos demográficos.

Fonte: BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia:** ensino médio. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, p. 254.

No livro didático *Sociologia Hoje*, na unidade 3 (Poder e Cidadania), no capítulo 14, que aborda questões relacionadas à política no Brasil e à democracia, um mapa é utilizado para visualizar e estimular a pesquisa a respeito da corrupção, que ocorre no mundo inteiro e que nesse momento está em grande evidência no Brasil. Embora, o mapa demonstre os níveis de corrupção no mundo, os autores do livro chamam atenção para a precisão das informações. Essa análise é importante para ressaltar a intencionalidade presente nas informações que são transmitidas por meio de indicadores sociais com a falsa impressão da neutralidade apresentada pelos números.

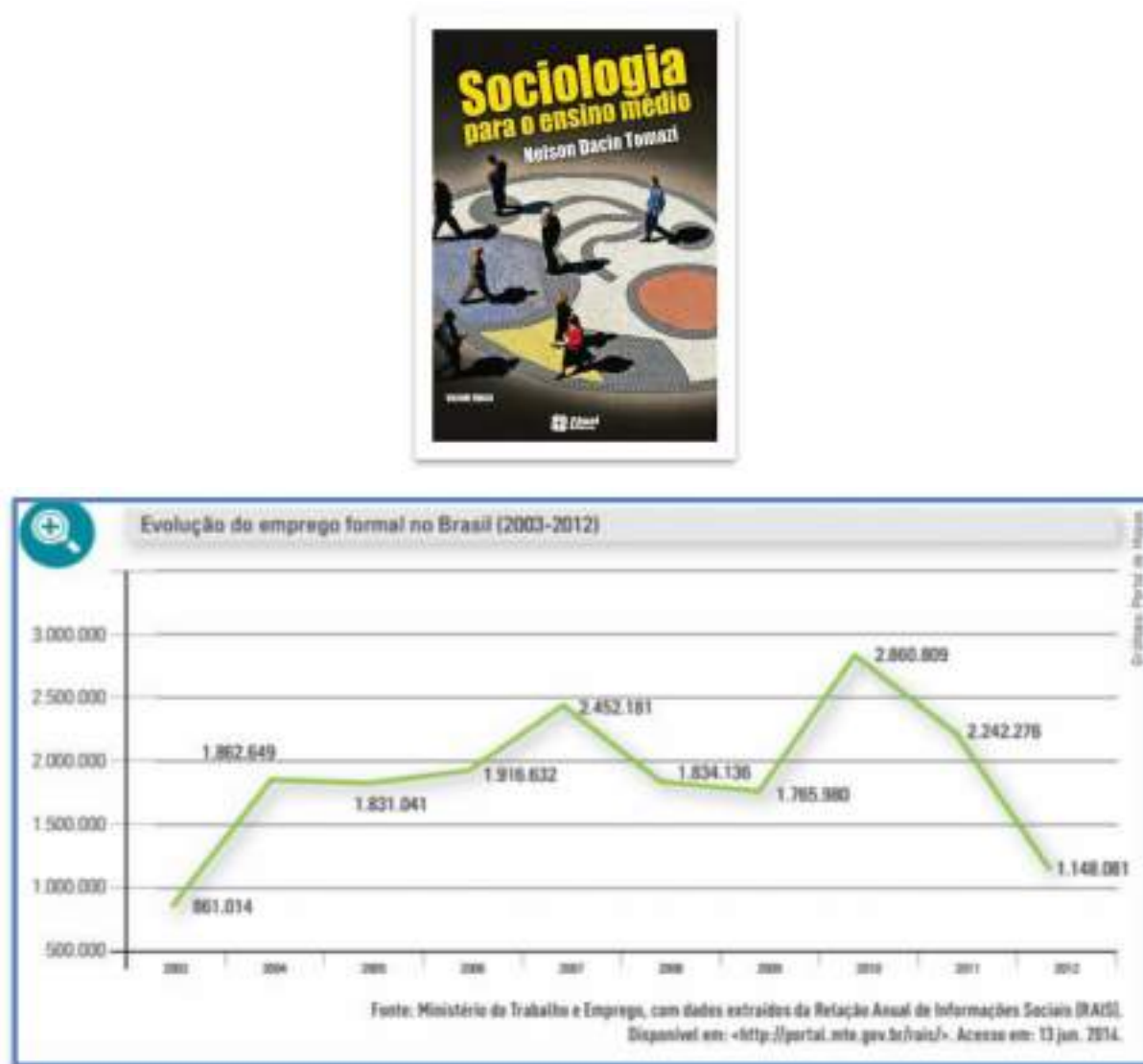
Figura. 2. A corrupção internacional



Fonte: MACHADO, Igor; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013, p. 277.

Os gráficos são as representações didáticas mais utilizadas para a apresentação dos indicadores sociais. No livro didático *Sociologia para o Ensino Médio* (2013), este recurso foi bastante utilizado, principalmente no eixo temático trabalho e sociedade. Na unidade 2, no capítulo *Trabalho e Sociedade*, é abordado o significado desse tema nas diferentes sociedades. No capítulo 6, a questão do trabalho no Brasil é apresentada por meio de gráficos a respeito da evolução do emprego e do desemprego, bem como a distribuição das pessoas ocupadas no país de acordo com os dados do IBGE.

Figura 3. Evolução do emprego formal no Brasil.



Fonte: TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 78.

Segundo Giddens (2012, p. 46), é comum encontrar na literatura sociológica as tabelas que às vezes parecem complexas, mas que não devem ser descartadas, pois elas trazem informações em forma concentrada que podem ser decifradas facilmente. Para isso ele sugere cinco passos que irão facilitar a compreensão desse recurso.

O primeiro passo é ler o título todo, mesmo que ele seja longo. O segundo passo é a leitura dos comentários explicativos ou observações a respeito dos dados. Nesse momento, é importante observar a confiabilidade da fonte dos dados apresentados. O terceiro passo é a leitura dos tópicos da parte de cima e à esquerda da tabela. Eles dirão o tipo de informação contido em cada linha e coluna. O quarto passo é a identificação das unidades usadas: porcentagens, médias ou outras medidas. E, por fim, o quinto passo, que é quando se elaboram as conclusões a partir das informações apresentadas. É importante observar quais as questões que os dados podem sugerir, além da interpretação do autor.

A fonte dos dados é um aspecto importante a ser observado, pois ela vai atestar a credibilidade das informações apresentadas. No Brasil, temos diversas fontes de dados secundários, sendo a mais utilizada e a mais conhecida é o IBGE, que realiza, a cada dez anos, em geral, o Censo Demográfico Nacional desde 1872 e produz várias pesquisas, entre elas a PNAD. Essa pesquisa, realizada, nos anos intercensitários, é importante para a construção de indicadores sociais, pois fornece dados abrangentes e atualizados a respeito do quadro socioeconômico do país. O INEP é outro órgão público que também fornece informações importantes a respeito do sistema educacional brasileiro.

Segundo Jannuzzi (2012, p. 60), entre as principais publicações regulares de indicadores sociais estão as seguintes: *Anuário Estatístico do Brasil, Relatório de Indicadores Sociais e Brasil em números* (IBGE); *Panorama Social da América Latina e Anuário Estatístico da América Latina* (Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)); *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (Banco Mundial); *Relatório do Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD); *Situação da Infância no Mundo, Fundo das Nações Unidas para a Infância* (UNICEF); *Situação da População no Mundo, Fundo das Nações Unidas para a População* (FNUAP).

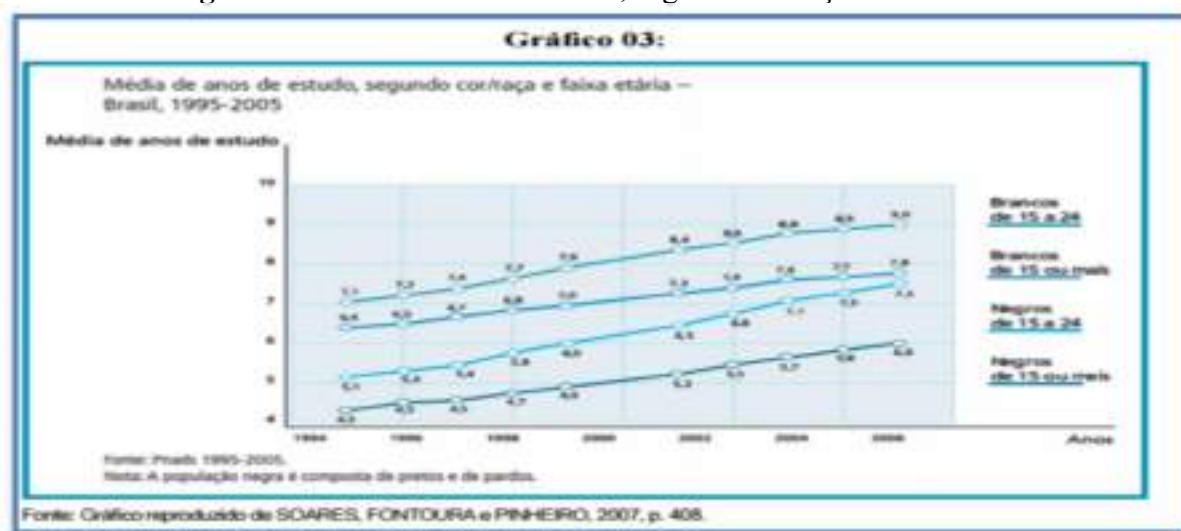
Entretanto, não é só seguir os passos e observar as fontes para compreender as tabelas e gráficos estatísticos. É importante conhecer os principais conceitos estatísticos que são utilizados nas tabelas e gráficos dos livros de Sociologia no Ensino Médio. Nesses livros, são utilizados conceitos simples condizentes com o universo escolar da Educação Básica, embora eles sejam apresentados sem nenhuma explicação que indique o que eles representam. Assim, no livro didático *Sociologia para o Ensino Médio* (2013, p. 78) é apresentado um gráfico que mostra as taxas médias anuais de desemprego no Brasil (1992-2011) e, embora sejam apresentadas análises a respeito da variação dessas taxas, não há nenhuma referência a respeito do que significa este conceito. Dessa forma, o professor de Sociologia no Ensino Médio deveria se apropriar dos conceitos relacionados a indicadores sociais trazidos pelos livros didáticos e pelo ENEM e traduzi-los para os alunos. Essa é uma das contribuições pretendidas pelos planos de aulas aqui propostos.

Giddens (2012) afirma que, frequentemente, na pesquisa sociológica, são utilizadas técnicas estatísticas, algumas altamente sofisticadas, mas as mais utilizadas são simples e de fácil compreensão. As mais comuns são as medidas de tendência central (medidas descritivas que sintetizam o conjunto dos dados observados por meio de sua posição central) e coeficientes de correlação (que informam o grau de relação entre variáveis). A respeito da centralidade dos dados, Giddens (2012) destaca três medidas para variáveis:

1. A média (para variáveis quantitativas): obtida somando-se todas as observações e dividindo o resultado pelo número total de observações. É aconselhável o uso da média quando a distribuição das observações (dados) é equilibrada, ou seja, nenhuma observação pode apresentar uma distorção muito grande em relação às demais. Ela serve, portanto, para medir a tendência central de um conjunto de dados. É o termo médio. É a técnica estatística para se medir as medidas de tendência central que pode ser encontrada nos livros didáticos com maior frequência. No livro *Sociologia para o Ensino Médio* (2013) são apresentados gráficos que utilizam a taxa média, como citado anteriormente. Na página 78 desse livro é apresentado um gráfico que mostra essa medida: taxa média anual de desemprego no Brasil (1992-2011), porém não há referência de como essa medida foi obtida e nem o que ela representa. O professor deve ter condições de explicar o conceito para a adequada compreensão dos alunos, ainda que o livro não traga essa explicação de forma detalhada.

No livro *Sociologia para os jovens do Século XXI* (2013) é apresentada, por meio do gráfico 3, a média de anos de estudo, segundo cor/raça e faixa etária-Brasil, 1995-2005.

Figura 4. Média de anos de estudo, segundo cor/raça e faixa etária.



Fonte: OLIVEIRA, Luiz F; COSTA, Ricardo César Rocha da. *Sociologia para os jovens do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013, p. 273.

2. Moda (para variáveis qualitativas): é outra medida de tendência central. É o valor observado com mais frequência em um conjunto de dados. Por exemplo, numa pesquisa de opinião sobre qual o nome mais adequado para ocupar o cargo de Presidente da República, o nome citado mais vezes é a moda. Ainda que não tenham sido encontrados exemplos dessa medida nos livros didáticos, o professor pode trazer este conceito simples para a sala de aula e usá-lo na apresentação de resultados de pesquisas, quando as respostas possíveis forem categóricas ou qualitativas.

3. Mediana (para variáveis quantitativas): é mais uma medida de tendência central que mostra o valor do meio em uma amostra ordenada de distribuição de dados numéricos. Divide

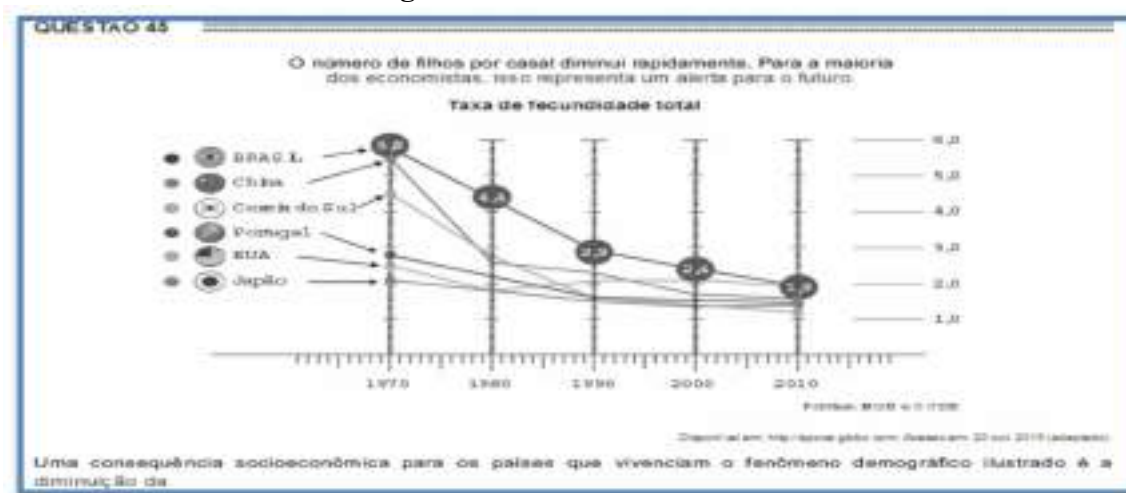
uma distribuição exatamente no meio e não é afetada pela presença de valores extremos. Por exemplo, se 50% da população ganha até um salário mínimo e 50% ganha mais do que esse valor, o valor exato de um salário mínimo é a mediana da distribuição da população segundo a distribuição ordenada dos valores recebidos.

Nos livros didáticos, a média é medida central mais utilizada. A moda e a mediana são utilizadas em textos mais específicos, relacionados a informações estatísticas, mas podem ser apresentadas pelos professores sem dificuldades. Além da média, como recurso metodológico, os livros didáticos utilizam os seguintes indicadores que, segundo Jannuzzi (2012), podem ter os seguintes significados:

1. Taxa de fecundidade: um dos indicadores demográficos mais utilizados, principalmente quando é relacionada ao crescimento populacional. Corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao final de sua idade reprodutiva.

No livro *Sociologia* (2013, p. 77) no capítulo 3, intitulado “A família no mundo de hoje” é apresentado um gráfico “Brasil: taxa de fecundidade (1960-2001)”. Esse recurso é utilizado nas explicações a respeito das mudanças das características da família brasileira em relação ao seu tamanho. Outro exemplo são as provas do ENEM (2013 e 2016), que formularam questões relacionadas ao crescimento demográfico e socioeconômico por meio de indicadores sociais representados por gráficos. No exame realizado no ano de 2016, por exemplo, na questão 44 (prova azul), foi utilizado um gráfico (figura 6) por meio do qual foi questionada a relação entre o fenômeno demográfico relacionado à taxa de natalidade e o crescimento socioeconômico.

Figura 5. Taxa de fecundidade total



Fon

te: MEC/INEP. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2016/CAD_ENEM_2016_DIA_1_01_AZUL.pdf> Acesso em: 17 ago. 2017.

2. Taxa de mortalidade: indica as condições gerais de vida ou de saúde numa determinada região. Corresponde ao número de pessoas que morreram durante um período (usualmente um ano) dividido pela população estimada no meio do período. Essa taxa é expressa normalmente por mil habitantes. No livro didático *Sociologia* (2013), é apresentado um gráfico com a evolução da taxa de mortalidade no Brasil no período de 1961-2011. Por meio desses dados, as autoras procuram explicar as características da família brasileira a partir desses dois fatores demográficos: natalidade e mortalidade.

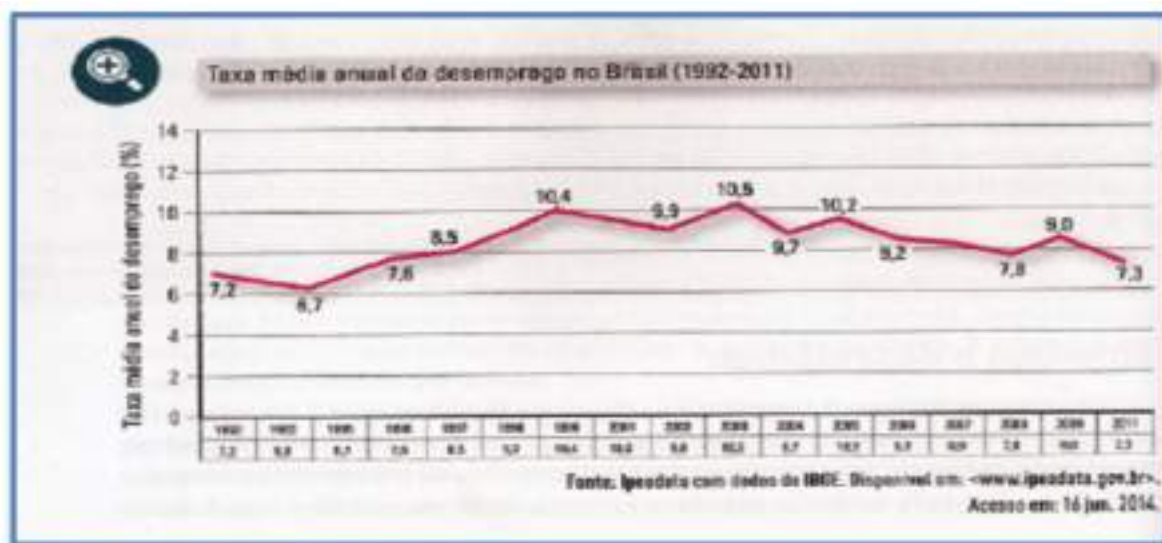
Figura 6. Taxa de mortalidade



Fonte: ARAÚJO, Sílvia; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2013, p. 77.

3. Taxa de desemprego: serve para monitorar a conjuntura macroeconômica. É obtida por meio da proporção do contingente de desempregados em relação à população em idade ativa. No livro didático *Sociologia para o Ensino Médio* (2013), por exemplo, o autor utiliza esse indicador na unidade 2, capítulo 6, para abordar a taxa média de empregabilidade no Brasil. Aqui também não há explicações a respeito do que significa medir um indicador social por meio de médias. O autor segue a mesma tendência dos outros livros didáticos analisados de fazer referências apenas ao fenômeno social abordado no gráfico.

Figura 7. Taxa média de desemprego



Fonte: TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. P.78.

4.Taxa de analfabetismo: é obtido calculando a proporção, dentre os indivíduos de 15 anos ou mais, daqueles que declararam, em uma pesquisa domiciliar, não saber ler e escrever, em relação à população total acima dessa idade. No livro didático *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (2013) no capítulo 14, que aborda as principais questões brasileiras tais como educação, religião, desigualdades sociais, violência, entre outros temas, há uma representação gráfica que retrata o problema do analfabetismo brasileiro por região. Para as autoras, os indicadores sociais relacionados à educação e à saúde são fundamentais para compreender a sociedade, uma vez que refletem também outros indicadores sociais como renda, cor/raça, moradia etc..

Figura 8. Taxas de analfabetismo no Brasil



BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**: ensino médio, 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. p. 221.

5. Índice de Gini: é um indicador de distribuição de renda que mede o grau de concentração de renda de uma população, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Figura 9. Índice de desigualdades econômicas



Fonte: MACHADO, Igor; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013. p. 239.

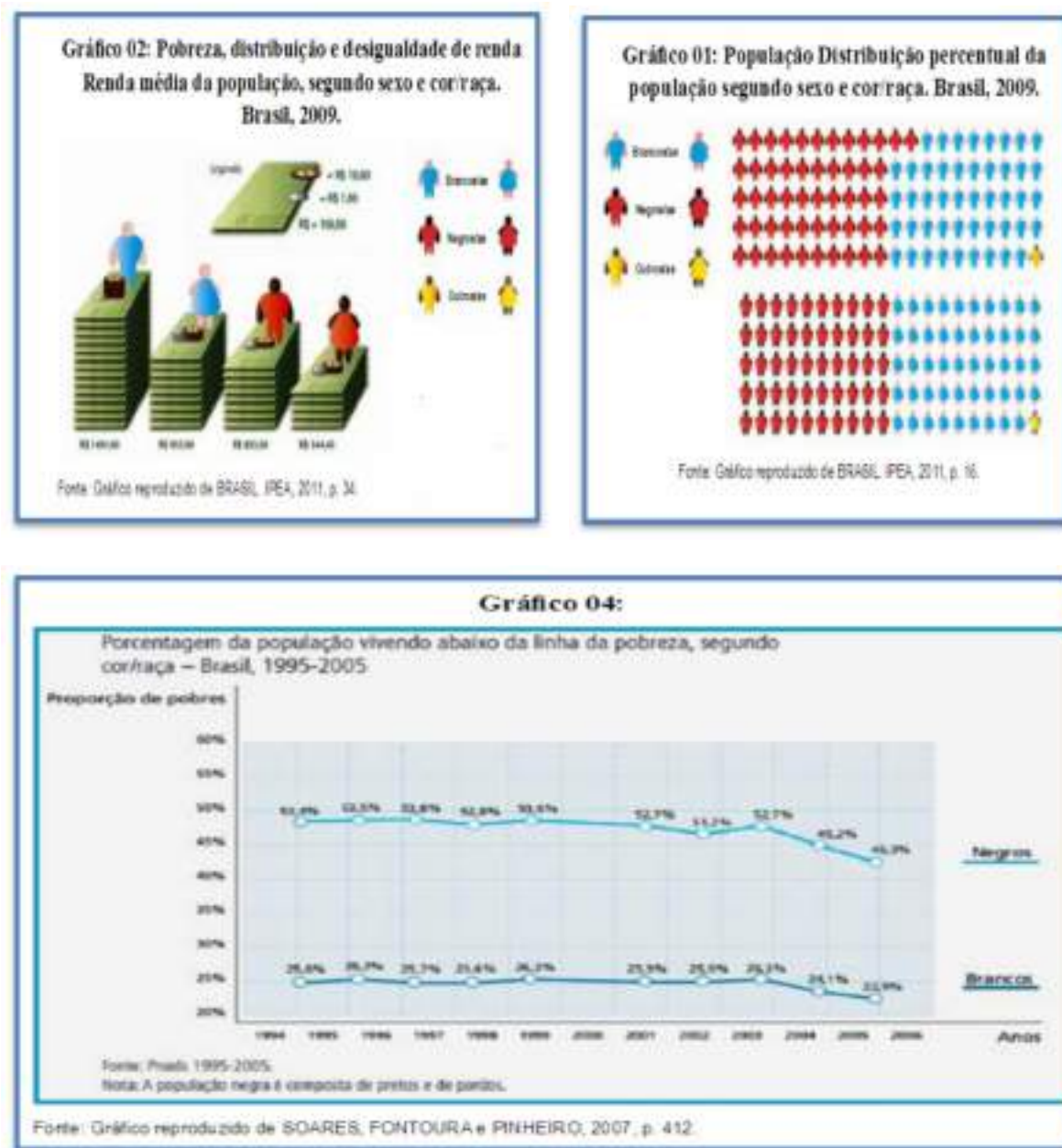
6. IDH- Índice de Desenvolvimento Humano: construído a partir de três indicadores: um educacional, um de esperança de vida e por fim, o Produto Interno Bruto per capita. Esse índice tem como objetivo avaliar operacionalmente o nível e o progresso do desenvolvimento humano. No livro didático *Tempos modernos, tempo de sociologia*, (parte III, p. 208), no capítulo 14, intitulado “Brasil mostra a tua cara”, os autores apresentam informações a respeito de como é formada a população brasileira. Para isto, apresentam alguns dados, entre eles o IDH, que mostra o Brasil ocupando, em 2011, o 84º lugar entre os países do mundo. Em relação a esse tema, é apresentada como informação complementar a definição do conceito de desenvolvimento humano e do IDH, segundo o PNUD. Este índice é apresentado de forma descritiva e não em tabelas ou gráficos, o que demonstra que os indicadores sociais podem ser também apresentados dessa forma.

Além dessas taxas e índices, também são comumente utilizadas pelos livros e pelos meios de comunicação as seguintes medidas estatísticas:

1. População: coleção de todas as observações potenciais sobre um determinado fenômeno. No livro *Sociologia para jovens do século XXI* (2013, p. 272-274) no capítulo: “Onde você esconde seu racismo? Desnaturalizando as desigualdades raciais” é apresentado um conjunto de gráficos representando dados estatísticos para mostrar as desigualdades sociais baseadas na discriminação e no racismo como um problema social. Em relação a esses gráficos há

explicações referentes às informações que são apresentadas, mas não são explicados os conceitos estatísticos e sociológicos presentes nos gráficos: como população, média de anos, renda média, pobreza, sexo, cor/raça, faixa etária.

Figura 10. Desigualdades sociais



Fonte: OLIVEIRA, Luiz F.; COSTA, Ricardo César Rocha da. **Sociologia para os jovens do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. p. 272-274.

2. População Economicamente Ativa (PEA) - É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. No livro didático *Sociologia para o Ensino Médio* (2013, p. 78), por exemplo, o autor utiliza esse indicador na unidade 2, capítulo 6, para abordar a questão do trabalho no Brasil em relação ao emprego e desemprego. Aqui também não há explicações a respeito do que significa medir um indicador social por meio de médias. O autor segue a mesma

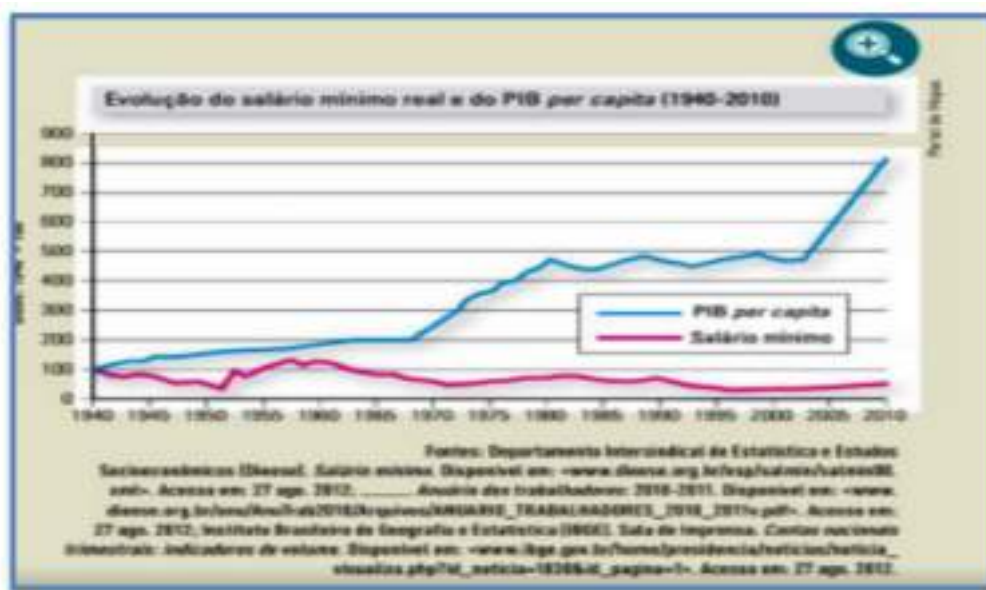
tendência dos outros livros didáticos analisados de fazer referências apenas ao fenômeno social abordado no gráfico.

3. Amostra: conjunto de dados efetivamente observados ou extraídos de uma população. Essa medida não foi encontrada nos livros didáticos.

4. Amostragem: processo de escolha da amostra. Embora essa medida seja utilizada pelos meios de comunicação na divulgação de pesquisas, não foi encontrada nos livros didáticos.

5. PIB-Produto Interno Bruto: mede a produtividade econômica e é obtida somando todos os bens e serviços produzidos pela economia do país em um determinado ano. É apresentado por pessoa, o que possibilita a comparação da riqueza de um habitante médio do país. No livro *Sociologia para o Ensino Médio* (2013) na unidade 2, capítulo 6, é abordada a questão do trabalho no Brasil. Para explicar esse tema é apresentado uma seção denominada “Cenários do trabalho no Brasil” por meio do qual é explicada a relação entre o salário mínimo, evolução do PIB e rendimentos dos trabalhadores. Para isso é utilizado um gráfico com a evolução desses dados, entretanto não é feita nenhuma referência a respeito desses componentes de indicadores sociais.

Figura 11. Evolução do salário mínimo real e do PIB *per capita*



Fonte: TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 80.

5. COLEÇÕES DE AULAS

A coleção de aulas será constituída de seis planos de aulas cujos temas foram escolhidos a partir da sua relevância para a Sociologia e pela sua frequência nos livros didáticos aprovados pelo PNLD (2015). Neles são definidos os objetivos da aprendizagem, os conteúdos a serem abordados, bem como indicações de propostas práticas e avaliativas, e indicação das principais fontes de dados relacionados aos indicadores sociais e ao tema abordado.

Os planos de aulas seguiram o modelo disponibilizado pelo Portal do Professor no site disponibilizado pelo Ministério da Educação para que o maior número possível de professores possa ter acesso a esse material. O guia de livros didáticos (PNLD, 2015) também foi utilizado na avaliação dos temas e dos conteúdos propostos para a coleção de aulas. Assim, observou-se:

1. Interdisciplinaridade das Ciências Sociais;
2. O rigor teórico e conceitual;
3. A mediação didática;
4. A apreensão do conhecimento sociológico pelo aluno;
5. A autonomia do trabalho pedagógico do professor. (PNLD, 2015).

Além disso, foram também adotados para os planos de aulas os mesmos critérios de avaliação propostos pelo PNLD (2015) e que são fundamentais para a elaboração de uma proposta pedagógica que venha a contribuir com a consolidação da Sociologia como disciplina do Ensino Médio. Para isso, foram observados os seguintes critérios:

1. Critérios de legislação em relação ao Ensino Médio;
2. Critérios teóricos e conceituais contemplando as três áreas que compõem as Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política;
3. Critérios didáticos-pedagógicos relacionados aos conteúdos, que possibilitem ao aluno ampliar sua visão de mundo social;
4. Critérios didáticos-pedagógicos relacionados a atividades e exercícios, que contribuam para o desenvolvimento das habilidades cognitivas: observação, compreensão, argumentação, organização, memorização, análise, síntese, formulação de hipóteses, planejamento e interação social;
5. Critérios de avaliação das imagens (fotos, ilustrações, gráficos, tabelas e mapas).

O processo pedagógico que norteou a elaboração dessas aulas, conforme já foi dito, foi o de ensinagem descrito pela pedagoga Léa das Graças Camargos Anastasiou (2005). Este processo possibilita uma aprendizagem na qual a forma tradicional de aprender, baseada em

memorização, é substituída pelo apreender, que pressupõe uma aprendizagem significativa. Para isso, as aulas são elaboradas seguindo três momentos: o momento da síncrese, que é o ponto de partida, quando os alunos expõem seus pensamentos não elaborados; o momento da análise, quando se constrói o conhecimento e o terceiro e último momento, o da síntese, que é quando o conhecimento é reconstruído.

Entretanto, para compreender a Sociologia enquanto disciplina do Ensino Médio, é necessário contextualizar o seu objetivo e seu papel no processo educativo e quais são os pressupostos metodológicos que possibilitam uma maior compreensão dos seus conteúdos. Além disso, é importante que seja desenvolvido o olhar sociológico, ou o que o sociólogo norte-americano, Charles Wright Mills, conceituou de “imaginação sociológica”.

PLANO DE AULA 1: Desigualdades Sociais

1. ESTRUTURA CURRICULAR

- **Nível de ensino:** Ensino Médio
- **Componente curricular:** Sociologia
- **Tema:** Desigualdades Sociais

2. DADOS DA AULA:

- **Título:** As desigualdades sociais e os indicadores sociais

O plano de aula aqui apresentado tem como objetivo oferecer para os professores de Sociologia no Ensino Médio uma metodologia de ensino que utilize os indicadores sociais na explicação de algumas dimensões das desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira.

As desigualdades sociais são uma das questões que serviram de base para a fundamentação da Sociologia. Este tema é bastante abordado por essa disciplina devido a sua presença em muitas sociedades ocidentais e pela sua importância na compreensão dos fenômenos sociais. O Brasil ainda apresenta um quadro de grandes desigualdades identificadas em diversos aspectos: regionais, econômicos, de gênero, raciais e de idade que possuem profundas raízes na formação da sociedade brasileira.

Para compreender esse processo, é importante que sejam identificadas a origem e as variáveis que compõem as desigualdades sociais, a partir da desnaturalização dos conceitos que são reproduzidos pelo senso comum. Se a ciência já provou que somos geneticamente iguais, que biologicamente não existem diferenças entre as pessoas, cabe a Sociologia explicar o processo social que gerou esse fenômeno nas sociedades. Para isso, ela dispõe de vários métodos, entre eles os indicadores sociais, que expressam quantitativamente a realidade. A partir dessa quantificação, o aluno poderá visualizar de forma sintética o que ele pode

perceber nas suas relações do dia-a-dia, ampliando, portanto, a sua compreensão do mundo e as possibilidades de intervir nele.

▪ **O que o aluno deve aprender? (objetivos)**

No final das aulas, espera-se que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- ✓ Compreender que a desigualdade social é resultado de um processo social;
- ✓ Compreender as desigualdades sociais por meio de indicadores sociais relacionados à cor/raça, idade, gênero, renda, região.

▪ **Duração:** 2 aulas de 50 minutos .

▪ **Conhecimentos prévios:**

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Viver na sociedade contemporânea: a Sociologia se faz presente. In: _____ **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013. cap.1, p. 21-27, cap. 4, p. 112-118.

_____. Trabalho e mudanças sociais. In: _____ **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013. cap. 4, p. 112-118.

BOMENY, Helena et al. (Coord.). Desigualdades de várias ordens. In: _____

Tempos modernos, tempos de sociologia.: ensino médio. 2 .ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. Parte III, cap.18, p. 278-299.

TOMAZI, Nelson Dacio. As desigualdades sociais no Brasil. In: _____ **Sociologia para o Ensino Médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. cap. 9, p. 110-127.

- **Palavras-chave:** sociedade, desigualdades sociais, indicadores sociais.

1. ESTRATÉGIAS E RECURSOS

- **Estratégias e recursos da aula**

Recursos:

- ✓ Computador com acesso a internet e data show para exposição dos gráficos. Se não houver esse recurso gravar os vídeos em DVD para serem reproduzidos em sala de aula.
- ✓ Cartazes com as definições dos conceitos apresentados nos quadros.

Estratégia:

Para esta aula, a estratégia será a aula expositiva dialogada, na qual a exposição do conteúdo deverá ter a participação ativa dos alunos. No início, os objetivos da aula são definidos, bem como as ações que serão adotadas para se atingi-los.

1º momento:

É o momento da síncrese. É quando começa o processo de aprendizagem, que deve ser iniciado com estratégias motivacionais. Para isto, a aula inicia com a exposição de dois vídeos que mostram perspectivas diferentes a respeito do tema. O primeiro vídeo, *Fala Jovem*:

desigualdades sociais no Brasil, produzido pela UnBTV, mostra como esse tema é percebido por um grupo de estudantes.

Disponível

em:

https://www.youtube.com/watch?v=WCCObF_rx2U&t=109s.

O segundo vídeo, *Para o CEM as desigualdades sociais vai além da desigualdade de renda*,

(<https://www.youtube.com/watch?v=DU4AQXoCLGQ>) traz uma

curta entrevista com a cientista política Marta Arretche, professora da (USP) e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Nessa entrevista, a professora e pesquisadora, mostra que a desigualdade social não deve ser analisada a partir de uma só

dimensão. Com a exposição dos vídeos, os alunos devem ser motivados a fazer uma reflexão não elaborada tendo como base as situações que são percebidas por eles no cotidiano. Em seguida, eles devem apresentar exemplos de situações nas quais eles identificam as desigualdades sociais. É o momento de desenvolver o processo de escuta para ter acesso aos conhecimentos prévios dos alunos e com isso desenvolver uma estratégia dialogada em busca da construção de novos conhecimentos.

Para dar continuidade às reflexões iniciais, apresentam-se os conceitos de desigualdades sociais de acordo com as normas da língua portuguesa e de um dicionário de Sociologia. Estas informações devem ser comparadas com o pensamento não elaborado que surgiu no momento em que foi feito o debate inicial com a apresentação dos vídeos. Com isso inicia-se também o desenvolvimento do olhar sociológico, uma vez que o aluno começará a perceber que a sua vida está inserida em um contexto mais amplo.

Após o debate a respeito dos dados apresentados, inicia-se o segundo momento do processo de ensinagem.

2º momento:

Refere-se ao processo de construção dos conhecimentos, a partir do confronto entre os indicadores sociais, as teorias apresentadas e a realidade do aluno. É o momento do diálogo, dos questionamentos, quando ocorre a análise das razões que levaram a este quadro de desigualdades sociais no país.

Esse fenômeno social pode ser retratado de diversas maneiras. Os indicadores sociais demonstrados por meio de tabelas, quadros, mapas ou gráficos são uma das maneiras de fornecer informações a respeito dos indicadores da desigualdade social.

DESIGUALDADE

SOCIAL: é desigual toda a repartição que não é uniforme. A desigualdade é uma diferença que os indivíduos e grupos sociais julgam segundo escalas de valor [...] as desigualdades são pois, essencialmente, sociais e estão ligadas à existência de estratificações econômica, política, de prestígio etc. BOUDON, R. et al. (1990).

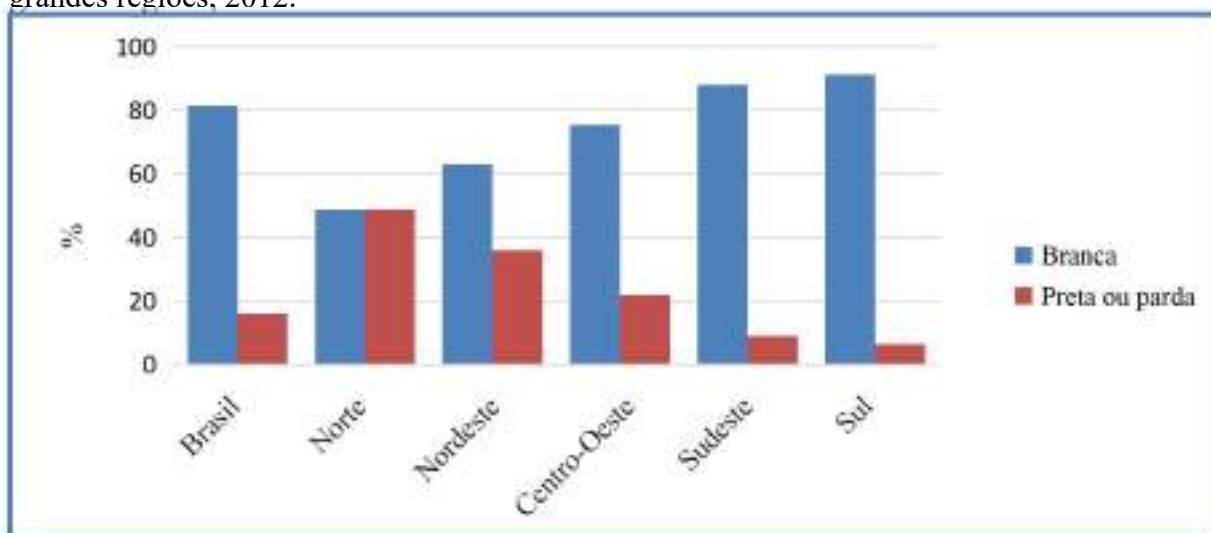
DESIGUALDADE:

caráter, estado de coisas ou pessoas que não são iguais entre si; diferença. HOUAISS. (2011, p. 288)

SOCIAL: que pertence ou vive em sociedade; o que pertence a todos, público. HOUAISS. (2011, p. 869)

De acordo com os gráficos 1 e 2, são feitas comparações estatísticas dos dados referentes à renda, cor e raça e lugar de nascimento. Estas informações também podem ser obtidas, por exemplo, no livro didático *Sociologia para o Ensino Médio*, escrito por Nelson Dacio Tomazi (2013). No capítulo 9, o autor trata das desigualdades sociais no Brasil utilizando indicadores sociais referentes às diferenças percentuais entre ricos e pobres no período de 1991-2010 (p. 117); ao Coeficiente de Gini no mundo em 2011 (p. 118); à distribuição de renda per capita por cor ou raça no período de 1998-2008 (p. 119) e à média salarial entre homens e mulheres em 2010 (p. 119). Embora o livro não apresente as definições dos diversos conceitos estatísticos apresentados nas tabelas e gráficos, eles devem ser definidos a partir dos seus significados e da sua dimensão política.

Gráfico1. Distribuição das pessoas com 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor/raça e os estratos de rendimento mensal familiar per capita dos 1% mais ricos, segundo as grandes regiões, 2012.



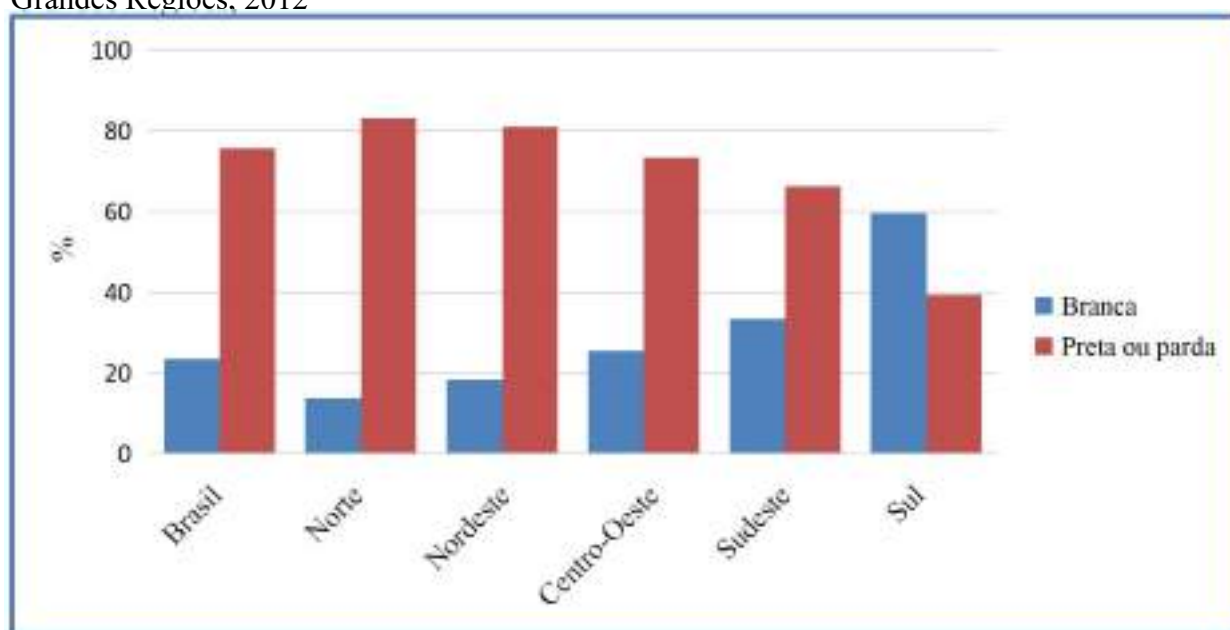
Elaboração própria. Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Com base no Gráfico 1, observa-se uma das dimensões da desigualdade social em relação a distribuição de renda segundo raça/cor dentro de uma mesma categoria, que são os mais ricos. No Brasil, quando se observa a distribuição da riqueza, constata-se que ela está concentrada nas mãos das pessoas brancas, cujo grupo representa mais de 80% do estrato dos 1% mais ricos do país, o que revela mais uma importante vertente das enormes desigualdades sociais existentes no país. Com relação às regiões, verifica-se que no Sul e no Sudeste, nesta ordem, a concentração de riqueza na categoria de pessoas brancas é mais evidente. Esse fato também pode estar relacionado à concentração de pessoas brancas nessas regiões, o que indica a necessidade de se conhecer a composição da

A **renda per capita** é um indicador econômico utilizado para avaliar a situação econômica de um país. Ela corresponde à renda média da população de um país em um determinado ano ou período e é calculada por meio da divisão da (ou o PNB) de um país pelo número de habitantes.

população por raça/cor de cada lugar para que a análise possa ser aprofundada. Investigar como se compõe e onde está localizada a elite econômica do país é fundamental para compreender e combater as enormes desigualdades sociais existentes no país. Além disso, de acordo com Medeiros (2003), a pequena elite rica do país é também a elite política e social e é quem influencia as decisões do Estado e a formação da opinião pública. Portanto, é esse 1% da população mais rica que detém o poder de determinar os rumos do desenvolvimento brasileiro, o que reforça as desigualdades sociais por esse grupo agir de acordo com os seus interesses.

Gráfico 2 Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, por cor ou raça e os estrato de rendimento mensal familiar per capita dos 10% mais pobres, segundo as Grandes Regiões, 2012



Elaboração própria

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012

O Gráfico 2 apresenta outra dimensão complementar da dimensão da desigualdade social relacionada a renda e cor/raça por região de residência. Agora, a referência é a população mais vulnerável socialmente, a qual está representada pelas pessoas pertencentes às famílias do estrato dos 10% mais pobres do país. Com base nos dados apresentados nesse gráfico, percebe-se uma situação quase que em oposição exata ao que foi observado no Gráfico 1, uma vez que dentre as pessoas mais pobres, quase 80% são pretos e pardos. As regiões Norte e Nordeste do Brasil, nesta ordem, concentram a população com menor renda que está associada a cor preta ou parda. Da mesma forma que colocado sobre o Gráfico 1, a análise da composição da população em cada região em termos de cor/raça é indispensável para conclusões mais complexas. De acordo com Hasembalg, em entrevista dada a Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2006), uma das causas importantes das disparidades entre os grupos de cor e os brancos está na sua desigual distribuição geográfica condicionada pela

dinâmica do sistema escravocrata e pelas políticas de incentivo à imigração europeia para as regiões mais ricas do país.

As informações apresentadas nos Gráficos 1 e 2 retratam parte de um fenômeno social complexo, mas que encontra nesses dados um mecanismo facilitador para a sua explicação, por permitir uma melhor visualização das variáveis que compõem as desigualdades sociais.

Para compreender esse fenômeno social, é importante apresentar as teorias sociológicas que expliquem o que os dados estatísticos expressam.

Entre as diversas teorias que analisam como se desenvolveu o processo de desigualdades sociais no Brasil estão as teorias desenvolvidas por Florestan Fernandes e Carlos Halsembalg. O trabalho apresentado por esses sociólogos procura analisar as desigualdades sociais por meio das questões relacionadas à cor/raça. Embora este aspecto seja apenas um dos mecanismos por meio dos quais se revelam as desigualdades sociais, esta vertente representa a dimensão mais frágil de todo o processo.

- Florestan Fernandes: para ele a desigualdade social está relacionada diretamente com a escravidão e com a forma com que o negro foi incorporado à sociedade, que reproduziu as desigualdades sociais baseadas na diferença de cor. (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2012, p. 170-171). O preconceito de raça tem origem, portanto, nas questões de ordem econômica e não cultural ou social.
- Carlos Hasembalg: para ele a questão da raça é determinante para as desigualdades sociais. “Segundo ele, a cor importa muito quando se está diante de uma escolha entre pessoas de cores diferentes; em todos os planos, da economia, da educação e da hierarquia social, os “não brancos” são desfavorecidos.” (BOMENY et al., 2013, p. 284-285).

Após essa exposição, os alunos vão contextualizar estas teorias com a história da sociedade que eles estão inseridos e suas biografias desenvolvendo, portanto, a imaginação sociológica. Por meio desse processo, os alunos ampliam o entendimento a respeito da realidade social, desnaturalizando os conceitos relacionados às desigualdades sociais percebendo, com isso, que as diferenças sociais não são inerentes à natureza humana e são sim, construções sociais.

“Um olhar sociológico nos mostra que as sociedades estabelecem certas regras sobre como enxergar, perceber e agir em relação às pessoas, aos grupos de pessoas, ou mesmo às diferenças entre pessoas e grupos. [...] Da perspectiva da genética, não é possível distinguir raças, elas não existem.” (BARBOSA; QUINTANEIRO; RIVERO, 2012, p.137).

Nesse contexto, é importante também que o professor e os alunos tenham o conhecimento dos conceitos sociológicos e estatísticos utilizados na explicação do tema da aula.

Assim, segundo o IBGE⁴, cor ou raça refere-se à característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena. O rendimento mensal familiar refere-se à soma dos rendimentos mensais dos componentes da família.

De acordo com o dicionário de Houaiss (2011), cor e raça possuem definições distintas. Cor refere-se à coloração da pele e raça é a classificação de grupos humanos de acordo com seus traços físicos hereditários (cor da pele, tipo de cabelo etc.). Raça também pode se referir aos grupos de indivíduos unidos por semelhanças socioculturais. Ainda segundo esse dicionário, sexo é o conjunto das pessoas que tem a mesma forma do aparelho sexual: mulheres e homens. Também é definido nesse dicionário, o conceito de etnia, que se refere ao grupo de indivíduos com língua, religião, e maneiras de agir comuns. Segundo o dicionário de Sociologia (BOUDON, 1990), o conceito de etnia define-se geralmente como uma população que possui uma mesma origem e uma tradição cultural comuns, cuja unidade se apoia em geral numa língua, num território e numa história idênticos.

3º momento:

É o momento da síntese, quando os alunos devem reconstruir os conhecimentos apresentados no início do processo de aprendizagem, a partir de uma análise crítica que possibilite a desnaturalização da ideia de desigualdade social reproduzida pelo senso comum. A partir dessa compreensão, ampliada pelo olhar sociológico, será possível perceber que esse fenômeno nas sociedades capitalistas é determinado principalmente pela apropriação de bens e conhecimentos. Entretanto, não é só por meio da dimensão econômica que esse processo se manifesta, uma vez que ele pode ser determinado por fatores relacionados pela idade, sexo e cor/raça, religião que juntos refletem o enorme quadro de desigualdades presente nas sociedades.

SAIBA MAIS!

A pesquisa sociológica se interessa em explicar como são construídas e difundidas e vivenciadas as representações que em cada sociedade se fazem de homens e de mulheres, de jovens, idosos e crianças, de brancos, pretos e amarelos. Essas representações coletivas definem as formas de agir e pensar que, regularmente, cada um dos membros de uma sociedade usa nas suas relações com as outras pessoas e com o mundo natural. [...] Nós classificamos esses grupos numa hierarquia de valores socialmente distintos criando uma estrutura de desigualdades sociais. "(BARBOSA; QUINTANEIRO; RIVERO, 2012, p. 137).

⁴ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em :25 jul.2017.

Portanto, a quantificação da relação existente entre estas variáveis representadas por indicadores sociais quando analisadas por uma teoria social e contextualizada com a realidade possibilita aos alunos compreender as desigualdades sociais como fruto de um processo social que favorece determinados grupos sociais em detrimento a outros. “A desigualdade propriamente chamada de desigualdade social é aquela que existe entre os grupos de uma sociedade.” (BARBOSA; QUINTANEIRO; RIVERO, 2012, p. 128).

- **Recursos complementares.**

- **Textos**

- ❖ “Cada dimensão do mundo social em que a desigualdade está presente ajuda a fortalecer as desigualdades em outros campos. Por essa razão se diz que as desigualdades se reforçam e geram situações muito complexas. No mercado de trabalho brasileiro, as mulheres negras e com baixa escolaridade formam o grupo que recebe os menores salários. Juntas às desigualdades de sexo, cor e instrução está associada à desigualdade de renda. É isso que torna esse grupo um dos mais suscetíveis à exclusão social no Brasil. E isso também mostra como é difícil quebrar o círculo vicioso das desigualdades.” (BOMENY et al., 2013, p. 279).
- ❖ “Baseando-se no sociólogo francês Pierre Bourdieu (1920-2002), Jessé de Souza afirma que a classe social se transmite por herança familiar. Isso ocorre por meio de sinais invisíveis, com o medo e a insegurança transmitidos na tenra infância, dos pais para os filhos, em famílias pobres, contrapondo-se ao estímulo da coragem e iniciativa transmitido aos bem-nascidos. Invisível também é a desigualdade que a nossa percepção comum produz e reproduz continuamente.” (TOMAZI, 2013, p. 120).

- **Informações complementares**

Autores que trataram da questão da formação da sociedade brasileira de forma científica e com isso contribuíram para a compreensão do processo de desigualdades sociais no Brasil. Além dos sociólogos Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, já mencionados, contribuíram para o estudo desse tema entre outros:

- Gilberto Freire: para ele havia uma harmonia nas relações inter-raciais. “A família patriarcal foi a base sobre a qual a mestiçagem se desenvolveu no Brasil.[...] Nesses termos, a mestiçagem é entendida como uma vantagem e a desmitificação do negro como “ser selvagem” é o tema central. O povo brasileiro é considerado não como uma simples soma das três “raças”. Mas como resultado de um encontro mais complexo, que remete à formação da cultura brasileira.” (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2012, p. 170). Na sua obra mais conhecida, *Casa Grande & Senzala*, lança-se um

olhar pioneiro na compreensão da formação da sociedade brasileira, na qual a mestiçagem teve um papel central na construção da identidade nacional.

▪ **Bibliografia complementar:**

BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAW-AAB/dicionario-sociologia#>> Acesso em: 24 maio.2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 481. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. p. 14-31.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Entrevista com Carlos Hasenbalg. Dossiê- Sociologia das Desigualdades. Tempo Social. v. 18, n. 2. São Paulo. nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200013> Acesso em: 13 jul.2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4. ed. revista pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 1963. p. 71-92.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nélson do Vale. Notas sobre desigualdades raciais e política no Brasil. In:_____. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999. p. 35-57.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

MEDEIROS, Marcelo. Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil. **Textos para discussão: Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, out. 2003, p. 7 - 22.

RIBEIRO, Mônica Dias. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Revista eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais-UEL**, Londrina, v.1, n. 2, p. 1-21, jul./dez., 2012.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Revista Contemporânea**. São Carlos, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2012.

Conceitos Estatísticos:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>

▪ **Vídeos:**

➤ Melhor e Mais Justo: Trajetórias das Desigualdades. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=HTCFR2w19QE>>. Acesso em: 23 jul.2017.

- Professor de Sociologia fala sobre a desigualdade social no Brasil. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Uy5_FSWEKNA>. Acesso em: 23 jul.2017.

Problema Social-Seu Jorge. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=o4zeAGtsn2U>> Acesso em: 23 jul.2017.

- Desigualdades descobrindo e convivendo com elas. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=PKJUNmHUzvc>>. Acesso em:24 jul.2017.

Desigualdade no Brasil: pesquisa com dados do IR mostra desigualdade estável de 2006 a 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TMd6XKx6Fbs>>. Acesso em: 25 jul.2017.

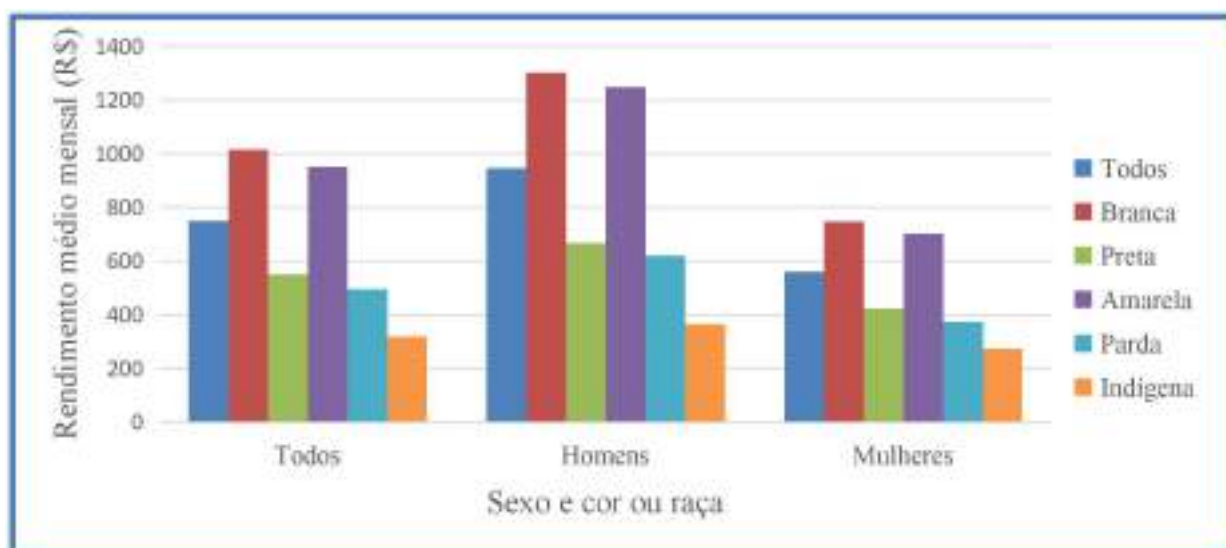
- Desigualdade entre negros e brancos. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=Prgwc4MloZM>> Acesso em: 24 jul.2017.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma processual, a partir dos questionamentos apresentados pelos alunos visando a desnaturalização do processo de desigualdades sociais no Brasil. Como resultado final, o aluno deverá apresentar um texto escrito em que ele retrate um aspecto das desigualdades sociais a partir da interpretação do Gráfico 3 com dados relacionados às desigualdades sociais em função de renda, sexo e cor/raça. Nesse texto, o aluno deverá apresentar um argumento que explique a situação de desigualdade que ele retratou procurando exercitar a imaginação sociológica.

Gráfico 3. Valor médio dos rendimentos mensais segundo cor/raça e sexo. Brasil, 2010



Elaboração própria
Fonte: Censo Demográfico 2010

PLANO DE AULA 2: Religião

1. ESTRUTURA CURRICULAR

- **Nível de ensino:** Ensino Médio
- **Componente curricular:** Sociologia
- **Tema:** Religião e Sociedade

2. DADOS DA AULA:

- **Título: Religião e sociedade**

O plano de aula aqui apresentado tem como objetivo oferecer para os professores de Sociologia no Ensino Médio uma metodologia de ensino que utilize os indicadores sociais na explicação da religião como um fenômeno social.

Entre os conteúdos que fazem parte dessa disciplina, a religião é um dos temas mais abordados por ser um fenômeno social presente em todas as sociedades, com crenças e práticas que variam entre as culturas. O debate a respeito desse tema em sala de aula é importante por permitir a desnaturalização de conceitos divulgados pelo senso comum, que alimentam preconceitos e intolerância religiosa. Portanto, cabe à sociologia compreender os processos que levam os indivíduos a aderirem à determinada religião e como essa escolha interfere no comportamento social.

Para isso, essa aula dispõe de indicadores sociais que retratam como a sociedade está dividida em relação à religiosidade e de teorias que explicam a origem, a formação e a relação da religião com outros fenômenos sociais.

- **O que o aluno deve aprender? (objetivos)**

No final das aulas, espera-se que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- ✓ Compreender a religião como uma instituição social.
- ✓ Identificar, por meio dos indicadores sociais, a composição religiosa da sociedade brasileira.

- **Duração:** 2 aulas de 50 minutos.

- **Conhecimentos Prévios**

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013. Cap. 6, p. 149-170

BOMENY, Helena et al. (Coord.). **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia: ensino médio**, 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. parte III, cap.16, p. 252-265.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. **Sociologia para jovens do Século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013, unid. 3, cap.19, p. 300-317.

- **Palavras-chave:** sociedade, religião, indicadores sociais.

3. ESTRATÉGIAS E RECURSOS

- **Estratégias e recursos da aula**

Recursos:

- ✓ Computador com acesso a internet e data show para exposição dos gráficos. Se não houver esse recurso, gravar os vídeos em DVD para ser reproduzidos em sala de aula;
- ✓ Cartazes com as definições dos conceitos apresentados nos quadros;
- ✓ Cópias do texto que servirá para estudo para todos os alunos.

Estratégias:

A estratégia de trabalho adotada para essas aulas será o estudo de texto, que permite desenvolver a habilidade de leitura e interpretação de texto e de dados por parte dos alunos.

1º momento:

É o momento da síntese. É quando começa o processo de aprendizagem, que deve ser iniciado com estratégias motivacionais. Para isto, a aula inicia com a exposição de um texto que poderá ser reproduzido e distribuído com os alunos ou apresentado por meio de imagem reproduzida por um recurso multimídia.

Leitura do seguinte texto:

A diversificação religiosa

Cesar Romero Jacob... [et al.]

O processo de colonização do Brasil, baseado na convivência de brancos, índios e negros, fez com que houvesse, desde o período colonial, uma certa diversidade de religiões praticadas no país. Porém, as religiões dos índios e dos negros e, mais tarde, o protestantismo dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, bem como as religiões orientais dos imigrantes japoneses em São Paulo, representavam pouco em termos de população, nesse país que se dizia *o maior país católico do mundo*. Até os anos 1980, o perfil religioso da população brasileira pouco se altera: a religião católica mantém a sua supremacia herdada da época colonial. Entre 1970 e 1980, nenhuma mudança significativa aparece nos recenseamentos (Tab.2). Pode-se notar, no máximo, a duplicação do número de pessoas que se declaram sem religião, que passa de 0,8% a 1,6%, mas isso é tão pouco expressivo que se poderia perguntar se não se trataria de uma flutuação aleatória.

Tabela 2. População segundo declaração de religião. 1970/2000. Brasil

Anos	População Total	Católicos	Evangélicos de missão	Evangélicos Pentecostais	Evangélicos Total	Outras Religiões	Sem Religião
1970	93.470.306 100%	85.775.047 91,7%	-	-	4.883.106 5,2%	2.157.229 2,3%	704.924 0,8%
1980	119.009.778 100%	105.860.063 89,0%	4.022.330 3,4%	3.863.320 3,2%	7.885.650 6,6%	3.310.980 2,8%	1.953.085 1,6%
1991	146.814.061 100%	122.365.302 83,3%	4.388.165 3,0%	8.768.929 6,0%	13.157.094 9,0%	4.345.588 3,0%	6.946.077 4,7%
2000	169.870.803 100%	125.517.222 73,9%	8.477.068 5,0%	17.975.106 10,6%	26.452.174 15,6%	5.409.218 3,2%	12492.189 7,3%

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000. IBGE

No entanto, entre 1980 e 1991, a supremacia católica começa a sofrer fissuras. Nesse período, os católicos perdem 5,7 pontos percentuais, enquanto os evangélicos aumentam 2,4 pontos e os sem religião apresentam um crescimento relativamente alto, de 3,1 pontos. O recenseamento demográfico de 2000 não apenas confirma a tendência observada ao longo da década anterior (1980-1991), mas sobretudo revela a sua aceleração: os católicos perdem 9,4 pontos percentuais e representam agora 73,9%, ou seja, cerca de três quartos da população do país. Ao contrário, os evangélicos crescem 6,6 pontos, sendo os pentecostais o principal motor desta transformação. Já os sem religião registram um aumento de 2,7 pontos.

Assim, o período de 1980 a 2000 se caracteriza por um amplo movimento de diversificação religiosa, ligado à redução do número de católicos (-15,1 pontos percentuais), a um forte aumento do número de evangélicos (+9 pontos), principalmente dos pentecostais, e a um expressivo crescimento das pessoas sem religião (+5,8 pontos) (...) Assim, em 1980, o país era maciçamente católico e a maior parte do território apresentava uma ausência total de diversidade. Observa-se aqui e ali algumas exceções a esta regra. A mais notável diz respeito a Rondônia onde os evangélicos representavam 17,2% da população, sendo 7,7% de evangélicos de missão e 9,5% de pentecostais, números bem mais elevados do que a média nacional. Observa-se um fenômeno do mesmo tipo, ainda que atenuado, no Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Mato Grosso. Assim, a Amazônia aparece como uma das regiões precoces da diversificação religiosa, marcada pela presença dos pentecostais. (...) Em resumo, o mapa do índice de entropia em 1980 mostra que a diversidade religiosa, antes das grandes mudanças que se darão nas duas décadas seguintes, dizia respeito apenas a algumas regiões do Brasil e estava ligada à colonização alemã do século XIX (evangélicos de missão no Sudeste e Sul) e à expansão das frentes pioneiras na Amazônia (evangélicos pentecostais em Rondônia).

SAIBA MAIS

Os sociólogos definem a religião como um sistema cultural de crenças e rituais diferentes e compartilhados, que proporcionam senso de significados e propósitos finais, criando uma visão de realidade que é sagrada, abrangente e sobrenatural. (GIDDENS, 2012, p. 483)

O índice de diversidade calculado com os dados do recenseamento de 1991 mostra que a evolução da diversificação religiosa observada no país se relaciona, sobretudo, às regiões onde ela já ocorria antes, principalmente na Amazônia. Verifica-se, entretanto, um fenômeno de *contágio* em direção a espaços limítrofes até então pouco afetados por esse processo, como Goiás e Tocantins, ou o sul da Bahia, na fronteira com o Espírito Santo. Esse modo de difusão, no qual a proximidade desempenha um grande papel, não é de surpreender, uma vez que as religiões evangélicas têm como vetor pregadores que, de praça em praça, divulgam a sua religião, antes de fundar novos núcleos, que se consolidam pelo recrutamento de novos adeptos.

Um outro fenômeno é identificado no mapa de 1991, com a participação significativa de várias cidades grandes nesse movimento de diversificação religiosa: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Curitiba, a periferia de São Paulo e, sobretudo, o Rio de Janeiro. Essa diversificação nas metrópoles brasileiras se dá por um duplo movimento: de um lado, pelo rápido avanço do pentecostalismo, principalmente em Belo Horizonte (7,2%), Rio de Janeiro (8,3%), periferia de São Paulo (8,6%), Goiânia (8,9%), Curitiba (9,6%) e, de outro, pelo crescimento do número de pessoas que se declaram sem religião, sobretudo na periferia de São Paulo (8%), em Recife (9,7%), em Salvador (10,2%) e no Rio de Janeiro (14,8%).

Já em 2000 a maior parte do país se incorpora ao quadro de diversificação religiosa. As mudanças mais notáveis foram registradas no litoral nordestino, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, compreendendo as capitais João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador. Observam-se ainda nesse mapa outros espaços de *contágio*, como várias microrregiões do interior da Bahia. A diversificação religiosa avança também na Região Centro-Oeste, inclusive no Distrito Federal. Integrando ainda este espaço de diversidade religiosa situam-se o Triângulo Mineiro, o estado de São Paulo, a parte mais desenvolvida do Paraná, a região industrial do nordeste de Santa Catarina até Florianópolis, bem como o sul do Rio Grande do Sul. Além dessas áreas, outras capitais continuam a se diversificar, principalmente Belém, Manaus, São Luís, Goiânia, Belo Horizonte e Campo Grande.

Somente alguns bastiões da Igreja Católica resistem ainda a esse processo de diversificação religiosa. Tal situação é observada, principalmente, no sertão nordestino e na maior parte de Minas Gerais, mas também no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Do que foi observado nos três mapas de diversificação religiosa, pode-se concluir que esse processo, que teve início nos anos 1980, está relacionado a três elementos fundamentais da dinâmica da ocupação do território brasileiro: a preexistência de espaços não católicos ligados à história do povoamento; o avanço de frentes *pioneiras*, onde os pastores pentecostais encontram terreno favorável junto a uma população migrante desenraizada; e a urbanização acelerada que favorece o surgimento de novas religiões, ou a difusão de religiões vindas do exterior.

Texto extraído do livro *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, de Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez e Violette Brustlein. A obra, publicada em 2003, é uma coedição da Ed. PUC-RJ e Ed. Loyola, com o apoio da CNBB.

RELIGIÃO

Crença na existência de uma força ou de forças sobrenaturais; conjunto de dogmas e práticas que geralmente envolvem tal crença; observação aos princípios religiosos; devoção. (HOUAISS, 2011, p. 808).

Após a leitura do texto, os alunos devem ser motivados a expor o que entenderam em relação ao pensamento do autor e como eles percebem a composição religiosa no seu ambiente social. É o momento de identificar como os alunos percebem a religiosidade como um fenômeno social para que possa ser desenvolvida uma estratégia dialogada que possibilite a construção de novos conhecimentos.

Com isso, inicia-se o segundo momento do processo de ensinagem escolhido para nortear a construção dessa aula.

2º momento:

Análise interpretativa: é o momento dos questionamentos quando se inicia uma nova construção de conhecimentos, a partir das análises dos indicadores sociais, das teorias apresentadas e da realidade dos alunos.

Para compreender o papel da religião nas sociedades, é importante conhecer, inicialmente, a visão dos autores clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx a respeito do papel da religião na sociedade. Segundo (GIDDENS, 2012), os três autores clássicos influenciam as abordagens sociológicas da religião e de certa forma, suas visões se complementavam. Para Marx, a religião muitas vezes tem implicações ideológicas, servindo para justificar interesses de grupos dominantes. Weber via na religião uma forma de influenciar mudanças sociais, adquirindo um caráter muitas vezes revolucionário sobre as ordens sociais preestabelecidas. E, por fim, Durkheim enfatizava o papel da religião em promover a coesão social. Para os três, a importância das religiões tradicionais diminuiria com o passar dos tempos.

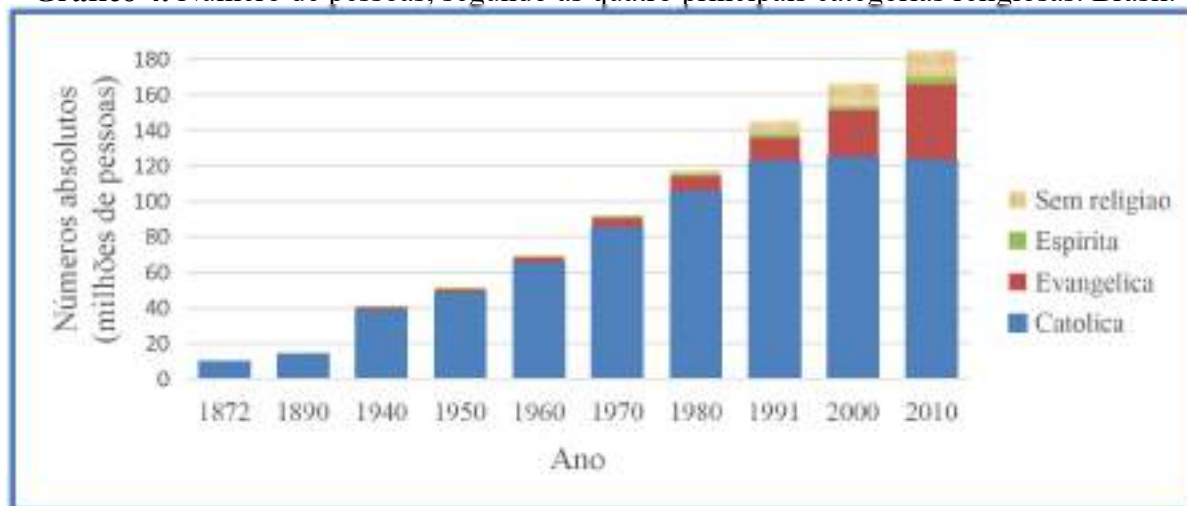
Para Durkheim uma das principais funções da religião é manter a coesão social, a união dos seus membros, estabelecendo a estabilidade da sociedade por meio de relações harmoniosas. (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 154). Foi baseado nesse pensamento que surgiu a ideia de que quem é religioso é honesto, correto em relação aos seus deveres.

Para Max Weber é na compreensão dos comportamentos religiosos que podemos entender melhor as atividades humanas, pois a religiosidade influencia também outras como a ética, a economia, a política e as artes. (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p. 303). Para ele, a força da religião estaria em declínio nas sociedades com o processo de racionalização que viria com o progresso da ciência e da tecnologia.

Para Karl Marx a religião é responsável pela alienação do indivíduo na estrutura da produção material da sociedade capitalista. Ele criou a famosa expressão: “a religião é o ópio-ou lenitivo-do povo”. Considera religião uma expressão da imperfeita consciência de si do homem: não do homem como indivíduo abstrato, mas como um homem social. (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013, p. 155). Para ele a religião surge da necessidade do homem acreditar em alguma coisa para suportar o sofrimento e é usado pelas classes dominantes como uma ideologia de dominação.

Segundo Araújo, Bridi e Motim (2013, p. 151), a religião “apresenta características próprias de instituições sociais: é socialmente coercitiva, é exterior aos indivíduos, possui objetividade e historicidade, detém autoridade moral”.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 4, observa-se as alterações na composição religiosa da população brasileira no período de 1872 a 1991. Estes dados expressam uma queda acentuada do predomínio da religião católica em favor de um crescimento das religiões denominadas evangélicas e da diversificação das práticas religiosas. Esse fato possibilita a análise e o debate a respeito do processo de secularização, que os três autores clássicos previam que fosse acontecer nas sociedades. Para Weber, iria ocorrer o “desencantamento do mundo”, movimento pelo qual a esfera do sagrado vai sendo invadida por manifestações profanas e explicações racionais (ARAÚJO; BRIDIE; MOTIM, 2013, p. 156). Entretanto, o Gráfico 4 mostra que a religiosidade continua presente no Brasil, porém houve transformações que limitaram o seu papel como organização social, a partir da tendência crescente da diversidade religiosa.

Gráfico 4. Número de pessoas, segundo as quatro principais categorias religiosas. Brasil.

Elaboração própria.

Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 1970/2010.

A partir da reflexão a respeito do processo de secularização na sociedade brasileira, o debate com os alunos pode ser ampliado com questionamentos a respeito de como esse processo está ocorrendo no mundo. Com isso, poderá ser analisado, por exemplo, se a religião está se tornando menos importante nas sociedades ou se o surgimento de novos segmentos religiosos e o poder do fundamentalismo religioso tem apontado para um retorno do poder da religião nas sociedades.

Portanto, problematizar a religião como uma instituição social permite compreender o seu poder de controle social interferindo não só na determinação de regras de comportamento, mas no seu papel para atender a interesses de determinados grupos em detrimento de outros. A partir dessa perspectiva, podem ser explicadas as razões que levam as pessoas a escolher determinada religião, o que irá refletir na diversidade religiosa presente na sociedade.

3º momento:

É o momento da síntese, quando serão reelaborados os conhecimentos iniciais (visão não elaborada) com base nas teorias apresentadas e no desenvolvimento do olhar sociológico ou da imaginação sociológica que permite contextualizar a realidade com base na biografia e na história sociedade na qual os alunos estão inseridos.

Nesse momento, os alunos irão refletir, a partir das informações obtidas, se os avanços tecnológicos e científicos, se a facilidade de acesso à informação, o crescimento de algumas religiões e do fundamentalismo religioso têm provocado uma mudança no papel que a religião exerce nas sociedades.

Portanto, a quantificação da diversidade religiosa analisada por uma teoria social e contextualizada com a realidade possibilita aos alunos compreenderem a religião como fruto

de um processo social que tem, entre as suas funções, o poder de controlar a sociedade e de promover uma solidariedade social.

- **Recursos complementares:**

- **Textos:**

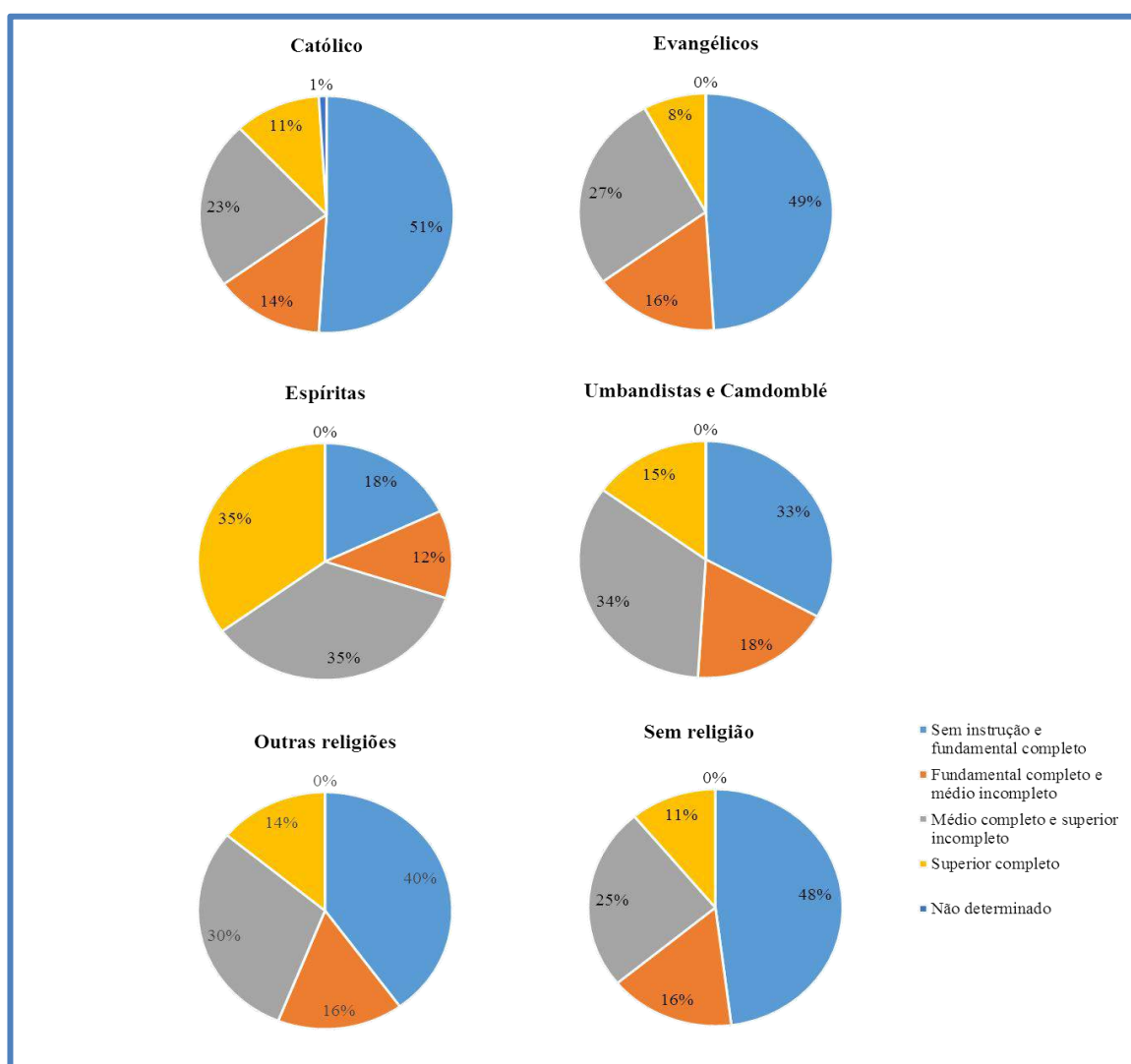
- Os dados do Censo Demográfico 2010 mostram também que a população evangélica no Brasil passou de 15,4% da população brasileira para 22,2%, o que dá um crescimento de 6,8 pontos percentuais nos últimos dez anos, e atualmente representa 42,3 milhões de pessoas - sendo esta a segunda religião com o maior número de adeptos no país. A pesquisa indica ainda aumento da população espírita, que hoje é de 3,8 milhões, e das pessoas que se declararam sem religião (aproximadamente 15 milhões). Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o aumento no número de evangélicos é proporcional ao crescente declínio da religião católica, que perdeu 9,4% de fiéis em relação ao Censo de 1991. Ainda assim, o catolicismo é predominante no país: são mais de 123 milhões de pessoas (64,6% da população brasileira; até 2000 eram 73,6%). O Brasil é considerado o maior país do mundo em números de católicos nominais. Até o início da década de 90, os evangélicos representavam apenas 9% do contingente populacional, dos quais a maioria de origem pentecostal. Com a expansão das igrejas evangélicas pelo país e a veiculação de programas religiosos nas emissoras de televisão, tal índice subiu 44,16%. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/espíritas-tem-os-melhores-indicadores-de-educacao-e-de-renda-aponta-pesquisa-do-ibge.htm>>

Acesso em: 27 jul.2017.

- **Religião e renda**
- Dados do Censo Demográfico 2010 mostram que a população que se autodeclara espírita tem os melhores indicadores de educação e renda em relação às demais representações religiosas no país. Os espíritas têm a maior proporção de pessoas com nível superior (31,5%) e os menores índices de brasileiros sem instrução (1,8%) e com ensino fundamental incompleto (15%). Apenas 1,4% das pessoas que se declararam adeptas desse grupo religioso não são alfabetizadas. Quanto às classes de rendimento acima de cinco salários mínimos, os espíritas também se destacam com incidência de 19,7% - a pesquisa considera a distribuição das pessoas de dez anos ou mais por rendimento mensal domiciliar per capita. Os católicos, por sua vez, estão concentrados na faixa até um salário mínimo: 55,8%. Os evangélicos pentecostais são o grupo com a maior proporção de pessoas nessa classe de rendimento de até um salário (63,7%), seguidos dos sem religião (59,2%). Os católicos (6,8%), os sem religião (6,7%) e

evangélicos pentecostais (6,2%) também se destacam negativamente com as maiores proporções de pessoas de 15 anos ou mais de idade sem instrução. Em relação ao ensino fundamental, são também esses três grupos de religião que apresentam as maiores proporções (39,8%, 39,2% e 42,3%, respectivamente). Entre a população católica, é proporcionalmente elevada a participação dos idosos, entre os quais a proporção de analfabetos é maior. De acordo com o Censo 2010, os católicos e os sem religião formam os grupos que tiveram maiores percentuais de pessoas de 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas (10,6% e 9,4%, respectivamente). Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/espiritas-tem-os-melhores-indicadores-de-educacao-e-de-renda-aponta-pesquisa-do-ibge.htm>>. Acesso em: 27 jul.2017.

Gráfico 5. Nível de instrução das pessoas, segundo preferência religiosa. Brasil, 2010



Elaboração própria. Fonte: IBGE

- **Bibliografia complementar**
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 483-512.

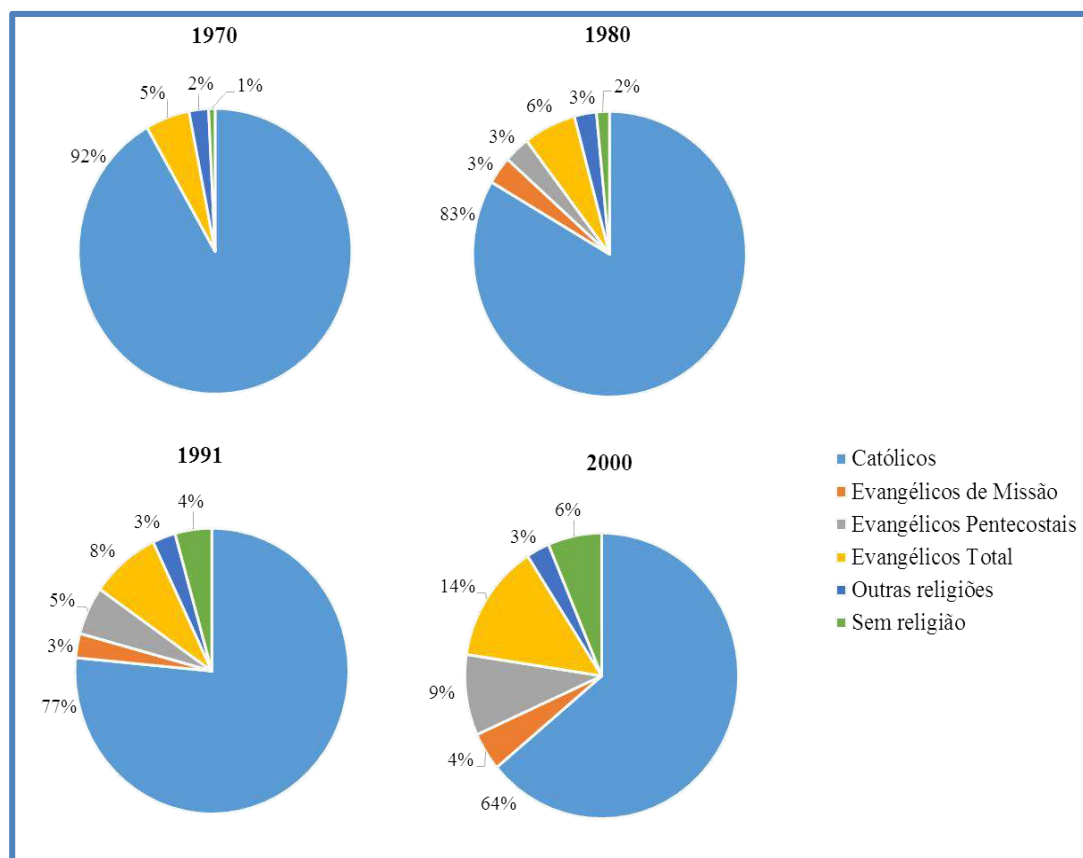
- CANCIAN. Renato. Religião: o papel que as crenças religiosas desempenham na vida social. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/religiao-o-papel-que-as-crencas-religiosas-desempenham-na-vida-social.htm> Acesso em: 2 maio. 2017.
- INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.
- PINHEIRO, Amanda Sotero. A intolerância religiosa e as religiões afro-brasileiras. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/AMANDA-SOTERO-PINHEIRO.pdf>> Acesso em: 2 maio.2017.
- MONTERO. Paula. **Religião**: sistema de crenças, feitiçaria e magia. In: Amaury Cesar Moraes (Org.). Sociologia: ensino médio. Brasília: MEC/SEB, 2010, v. 15, p. 123-138.
- MESQUITA, Wania Amélia Belchior. Juventude e religião: notas a partir dos sentidos de pertencimentos e experiências religiosas. In: Revista Coletiva. Recife. Fundaj, nº17, set /out /nov / dez 2015. Disponível em: <http://www.coletiva.org/index.php/artigo/juventude-e-religiao-notas-a-partir-dos-sentidos-de-pertencimentos-e-experiencias-religiosas/> Acesso em: 28 jul.2017.
- MARTINS, José de Souza. A pluralidade da fé no Brasil. In: Revista Pesquisa Fapesp. Ed 206, abr 2013. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/04/12/a-pluralidade-da-fe-no-brasil/>>Acesso em: 28 jul.2017.
- Para contribuir com as aulas pode ser utilizado os textos motivadores apresentados na prova de redação do ENEM-2016, cujo tema foi: Caminhos para combater a intolerância religiosa. ENEM (2016, caderno 6, cinza, p.02).
- **Vídeos:**
 - Sociologia e religião: visões de Weber, Marx e Durkheim. Prof. Dr. Dmitri Fernandes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ENvpUEN3bBI>> Acesso em: 27 jul.2017.
 - Balanço: Religiosidade, racionalização e desencantamento - Antonio Flávio Pierucci. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F9eR1Awny-U>> Acesso em: 28 jul.2017.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma processual, a partir dos questionamentos apresentados pelos alunos visando a desnaturalização do processo do conceito de religião produzido pelo senso comum. O Gráfico 3 demonstra que há uma mudança na preferência dos brasileiros por determinadas religiões. A partir dessa constatação, o aluno deve produzir um

texto escrito procurando exercitar a imaginação sociológica na explicação de como ele percebe a diversificação religiosa apresentada no Brasil e na sua comunidade.

Gráfico 6 .Percentual de pessoas, segundo a preferência religiosa. Brasil,1970-2000.



Elaboração Própria

Fonte: Censos Demográficos, 1970,1980,1991,2000-IBGE

PLANO DE AULA 3: Família

1. ESTRUTURA CURRICULAR

- **Nível de ensino:** Ensino Médio
- **Componente curricular:** Sociologia
- **Tema:** Família

2. DADOS DA AULA:

- **Título: Família e sociedade**

As aulas aqui apresentadas têm como objetivo oferecer um material didático para os professores de Sociologia no Ensino Médio. A família como instituição social é um dos temas de grande interesse da Sociologia, por estar presente em todas as sociedades e por promover a transmissão dos valores e comportamentos sociais no processo de socialização primária, junto a outros agentes socializadores como a escola, o Estado e a Igreja. Portanto, ela é uma instituição central para compreender a sociedade. É nela que vai ocorrer o confronto entre os valores tradicionais e os surgidos nas novas gerações, possibilitando com isso o debate a respeito da estrutura familiar a partir da percepção das desigualdades, diferenças e conflitos que ela pode transmitir. Porém, a família pode ser também um local onde se desenvolvem sentimentos que trazem conforto aos indivíduos. Com isso, cabe à Sociologia compreender a família como uma instituição social, bem como explicar as novas estruturas familiares que surgem com as transformações pelas quais ela tem passado. Atualmente, o formato familiar não se limita à família nuclear tradicional formada por pais (um homem, uma mulher e filho(s)), cuja principal função era a reprodução biológica, o fortalecimento dos vínculos de parentesco ou a reprodução de mão de obra. De acordo com Zarias (2008, p. 24): “São inegáveis as transformações porque tem passado a família nas últimas décadas [...] Entre tais transformações estão a diminuição das taxas de nupcialidade e fecundidade, crescimento de número de divórcios e das uniões informais e aumento da esperança de vida”.

E complementa, “a família mudou, sim. Os dados demográficos dos últimos anos são incontestáveis.” (ZARIAS, 2008, p. 177), Hoje há uma diversidade de formatos familiares em diferentes sociedades ao redor do mundo, que já não se pode falar em família e sim em famílias.

▪ O que o aluno deve aprender? (objetivos)

No final das aulas espera-se que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- ✓ Compreender o conceito de família como uma instituição social;
- ✓ Compreender a diversidade de famílias a partir de indicadores sociais.
- **Duração:** 2 aulas de 50 minutos

- **Conhecimentos prévios:**

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013. cap. 3, p. 65-88.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. **Sociologia para jovens do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. cap. 3, p. 48.

- **Palavras-chave:** família, instituições sociais, diversidade familiar.

4. ESTRATÉGIAS E RECURSOS

- **Estratégias e recursos da aula**

Recursos:

- ✓ Computador com acesso a internet e data show para exposição dos gráficos. Se não houver esse recurso gravar os vídeos em DVD para ser reproduzidos em sala de aula;
- ✓ Cartazes com as definições dos conceitos apresentados nos quadros;
- ✓ Papel, lápis coloridos para apresentação dos trabalhos;

Estratégias:

Para esta aula, a estratégia para a realização do trabalho docente será o seminário. Os alunos deverão discutir o tema a partir de diversas perspectivas e poderão comparar as estruturas familiares e os novos arranjos domiciliares presentes nas sociedades.

No início da aula, o tema deverá ser apresentado aos alunos e juntos, professor e aluno, deverão selecionar os conteúdos a serem apresentados. Para isso, é importante também definir o calendário para a apresentação, bem como a formação das equipes responsáveis pelos seminários.

1º momento:

É o momento da síntese. É o início do processo de aprendizagem. A partir da apresentação do tema principal da aula são definidas as equipes que irão apresentar os seminários. Em seguida, o professor distribui para as equipes os temas para a apresentação que deverão abordar a família como instituição social e a diversidade de formatos que tem surgido na atualidade. Para isso, as apresentações deverão utilizar também indicadores sociais como uma forma de retratar os novos arranjos familiares. Inicialmente, como recurso motivador deve ser apresentado para reflexão os quadros abaixo:

FAMÍLIA: conjunto de pessoas relacionadas entre si por laços afetivos, e não necessariamente pelo casamento ou pela filiação. O que aproxima e mantém unidos os membros de uma família são os laços de parentesco e vínculos de afinidade, como sentimentos e interesses semelhantes e/ou necessidade de sobrevivência. (ARAÚJO et al., 2013, p. 66).

FAMÍLIA: grupo de pessoas ligadas diretamente por conexões de parentesco, cujos membros adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças.

CASAMENTO: união sexual socialmente reconhecida e aprovada entre dois indivíduos adultos. Quando duas pessoas se casam elas se tornam parentes. (GIDDENS, 2012. p. 242).

Família : substantivo feminino. 1. núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária e estável 1.1 grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos) 1.2 grupo de pessoas que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de um mesmo tronco 1.3 pessoas ligadas entre si pelo casamento e pela filiação ou pela adoção

Casamento: substantivo masculino. 1 ato ou efeito de casar(-se); esposório. 1.1 m.q. matrimônio (no sentido de 'instituição') <c. civil> <c. por procuração> <c. arranjado> <pedir alguém em c.> 2 o ritual que confere o *status* de casado, esp. a cerimônia matrimonial, civil e/ou religiosa, e seus costumes de praxe <um c. muito tocante> <aceitamos listas de c.> 2.1 o cortejo nupcial <ao sairmos à rua, passava um c.> 3 estado ou condição de casado; relação de pessoas casadas entre si; matrimônio <os primeiros anos do c. eram adoráveis>

Disponível em:

<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-2/html/index.php#1> Acesso em: 16 ago. 2017.

Com a leitura dos quadros, os alunos deverão apresentar uma reflexão sintética a respeito do que eles compreendem a respeito do tema, utilizando exemplos de como estão estruturadas as suas próprias famílias e as da sua comunidade.

2º Momento:

É o momento da apresentação dos seminários, quando deverão surgir os questionamentos, após cada apresentação. É quando ocorre a análise dos seminários apresentados, que deverão abordar os conteúdos previamente definidos no momento 1 (síncrise).

Na apresentação dos trabalhos deverá ser observada a utilização dos indicadores sociais para expressar aspectos importantes para a compreensão das transformações que tem ocorrido na família enquanto uma instituição social. Para isso, alguns dados deverão ser apresentados de uma forma comparativa, mostrando as mudanças que estão ocorrendo na sociedade em relação à formação das famílias. Dados referentes ao número de filhos, taxas de fecundidade e mortalidade, casais com filhos, casais sem filhos, famílias chefiadas por mulheres, casamentos homoafetivos, famílias monoparentais (só um dos pais vivem com os filhos), uniões consensuais são alguns indicadores sociais importantes para a compreensão dessas “novas famílias”, que têm surgido na sociedade. Após cada exposição, deverão ser debatidos os principais pontos apresentados a partir do desenvolvimento da Imaginação Sociológica, na acepção de W. Mills (1975), quando os alunos vão contextualizar os dados

apresentados em cada seminário comparando-os com os tipos de famílias presentes na sociedade em que estão inseridos e com a sua biografia.

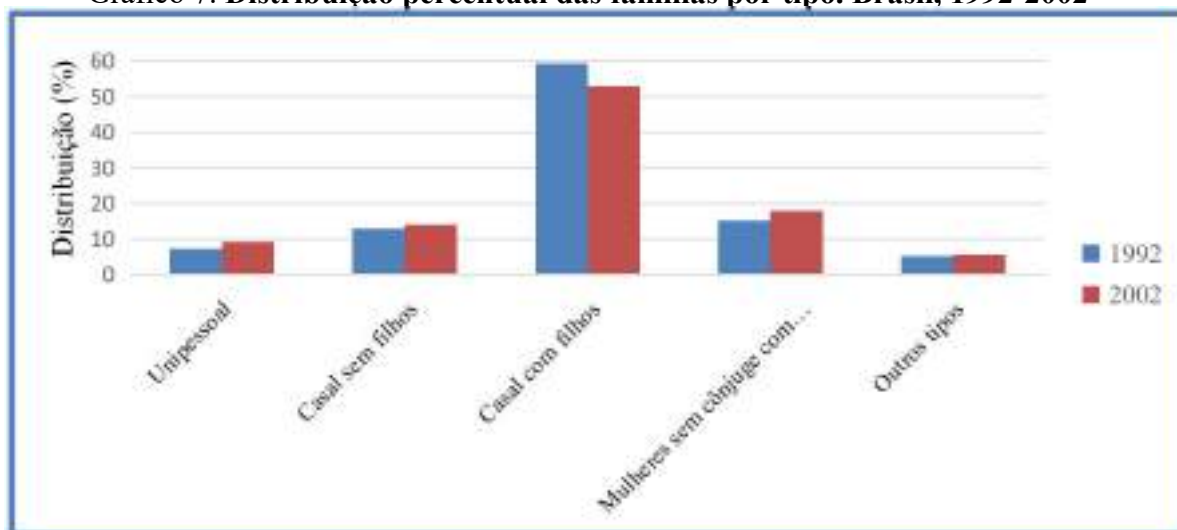
3º momento:

É o momento da síntese, onde os alunos devem reconstruir os conhecimentos apresentados durante os seminários a partir de uma análise crítica que possibilite a desnaturalização da ideia de família reproduzida pelo senso comum, que define a família baseada apenas nos laços de parentesco.

Nesse processo de síntese, é importante retomar alguns temas abordados nos seminários para que seja elaborado um novo conhecimento. Para isso, é importante rever o conceito de família como uma instituição social responsável por realizar o processo de socialização primária junto a outras instituições. Embora ela seja uma instituição social sólida baseada em relações econômicas, sociais e afetivas, está passando por transformações e tensões quanto ao seu papel na sociedade. Essas transformações refletem no surgimento de novos arranjos familiares que diversificam o formato tradicional (família nuclear) na nossa sociedade formada por um pai, uma mãe e filho(s), conforme expressa o Gráfico 7.

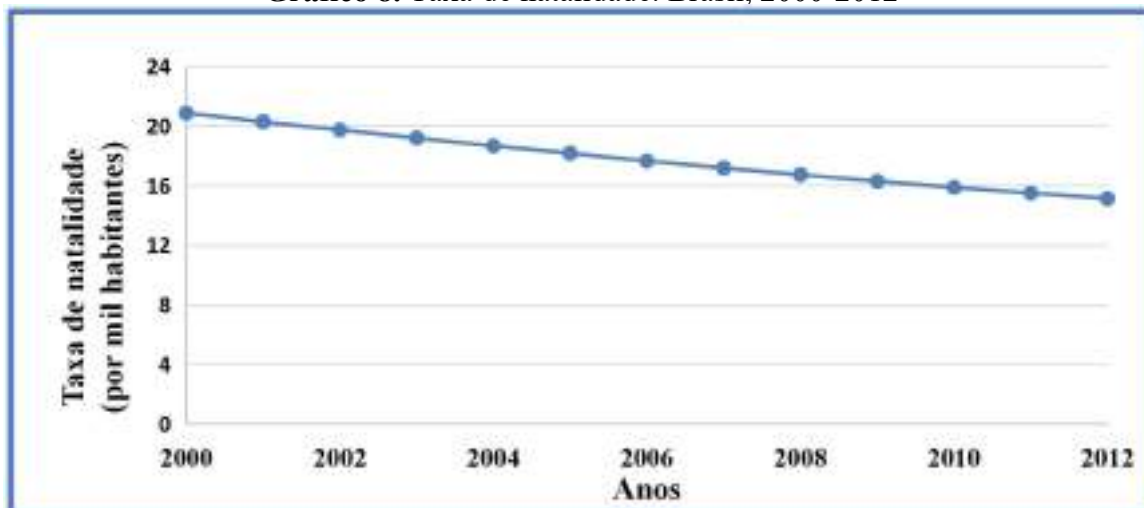
As **instituições sociais** são maneiras duradouras e legitimadas de fazer, sentir e pensar, estabelecidas para atender necessidades e objetivos das pessoas organizadas em sociedade, exercendo, uma espécie de controle social, diz Émile Durkheim, um dos teóricos clássicos que abordaram a família como instituição. (ARAÚJO et al., 2013. p. 69)

Gráfico 7. Distribuição percentual das famílias por tipo. Brasil, 1992-2002

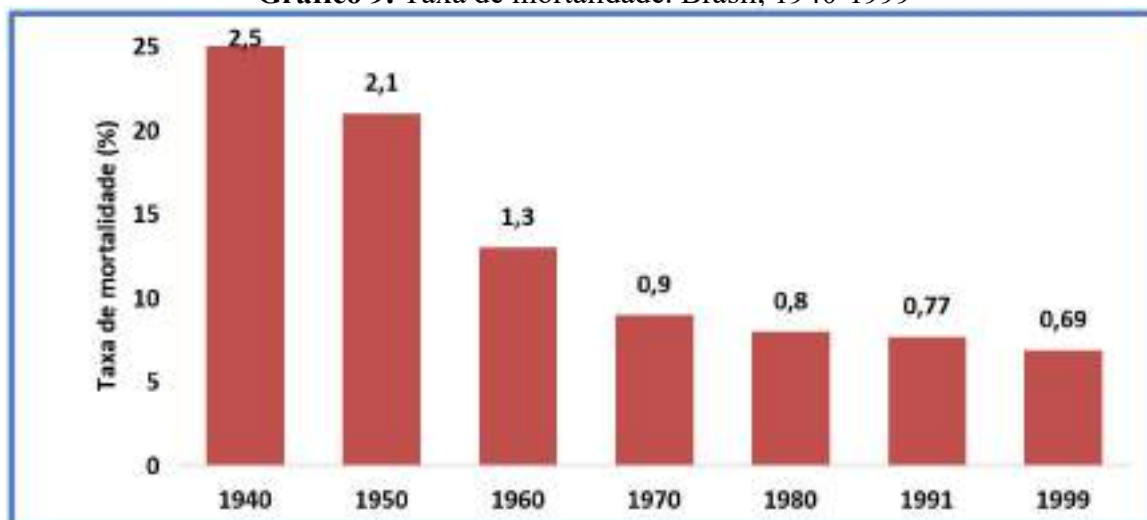


Elaboração Própria. Fonte: IBGE.

Essa mudança é resultado de diversos fatores. Entre eles estão os relacionados a aspectos demográficos (queda das taxas de natalidade (Gráfico 8), de mortalidade (Gráfico 9) e de nupcialidade (Tabela 3), além dos decorrentes da diversidade sexual, das uniões tardias e dos relacionamentos estáveis (os não formalizados). Nesse contexto, o Estado, por meio do reconhecimento dos direitos de vários tipos de grupos familiares, legitima esses novos arranjos familiares contribuindo, portanto, para a superação de preconceitos.

Gráfico 8. Taxa de natalidade. Brasil, 2000-2012

Elaboração própria. Fonte: IBGE

Gráfico 9. Taxa de mortalidade. Brasil, 1940-1999

Elaboração Própria. Fonte: IBGE

Tabela 3. Taxa de nupcialidade legal. Brasil e Grandes Regiões. (casamentos por 1000 hab).

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
1991	7,5	4,9	6,5	8,6	8,6	8,3
1992	7,4	4,9	6,9	8,1	8,5	7,8
1993	7,2	4,6	6,1	8,3	8,2	7,8
1994	7,2	4,6	6,3	8,2	7,9	7,8
1995	6,8	4,3	5,8	7,9	7,2	7,6
1996	6,6	4,3	5,8	7,5	6,9	8,0
1997	6,4	4,4	5,2	7,6	6,5	7,6
1998	6,0	4,2	5,1	7,2	6,1	6,2
1999	6,6	4,6	6,2	7,5	6,4	7,8
2000	6,0	5,0	5,3	6,9	5,9	7,3
2001	5,7	4,9	4,9	6,7	5,7	6,3

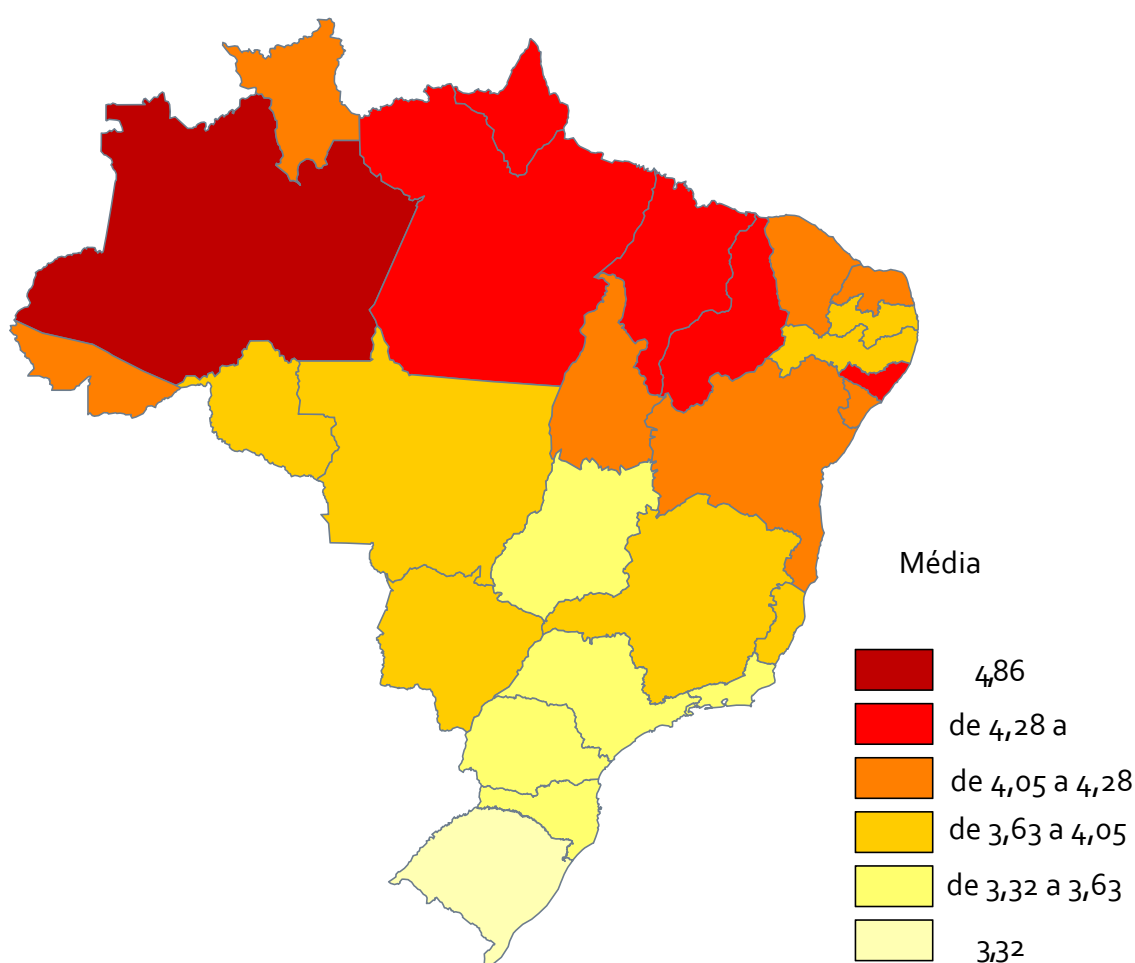
Elaboração própria

Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1612842002reg_civil.shtm. Acesso em: 30 jul. 2017.

Outra forma de visualizar esse cenário é observar a média de moradores por domicílio segundo a Unidade da Federação de residência em 2000, conforme a representação do mapa do Brasil no Cartograma 1. Ali pode ser constatado que o estado do Amazonas mostrava a maior média de moradores de domicílios do Brasil, com 4,86 pessoas por residência, e o extremo oposto no Rio Grande do Sul, com média de 3,32 moradores por domicílio. Também é possível observar que os estados do Nordeste apresentavam a maior diversidade dessa média, com seus estados associados a três diferentes faixas.

Cartograma 1. Número de pessoas por domicílio em faixas segundo Unidade da Federação de residência. Brasil, 2000.



Fonte: Censo Demográfico 2000. Elaboração própria com programa de uso livre Philcarto.

A partir dessa síntese e dos conteúdos apresentados nos seminários os alunos podem reconstruir os seus conhecimentos desnaturalizando o papel da família na sociedade.

Para concluir o momento 3 (síntese) apresentar o vídeo: O que é família? #todasasfamílias.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bq1gEOIRD40>> Acesso em: 29 jul. 2017.

- **Recursos Complementares**

- **Textos motivadores:**

- ❖ A família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 1996, p. 131).
- ❖ O que é socialização. Trata-se de um processo pelo qual o indivíduo internaliza o coletivo, ou seja, através da socialização é que as ideias e valores estabelecidos pela sociedade passam a constituir o indivíduo. É pela apreensão destas ideias e valores que nós nos adaptamos aos grupos que fazemos parte. Assim, o indivíduo não nasce humano, ele aprende a ser humano. BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Conceito sociológico: Socialização. **Blog Café com Sociologia**. 2015. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2015/12/conceito-sociologico-socializacao.html>> Acesso em: 9 jun. 2017.
- ❖ Família é um grupo primário de afeto, independente de gênero. Família não necessariamente precisa ter função reprodutora, mas acolhedora; quem determina a constituição de uma família devem ser os indivíduos livres e não a sociedade e sua tradição. BODARD, Cristiano das Neves. Família, alteridade e etnocentrismo. **Blog Café com Sociologia**, 2015. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2015/05/familia-alteridade-e-etnocentrismo.html>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- ❖ O casamento deixou de ser o centro da nossa legislação, ou seja, o núcleo marido-esposa e filhos cedeu espaço para o grupo homem-mulher-crianças. (ZARIAS, 2008, p. 25).

- **Bibliografia complementar:**

BARBOSA, Maria Lígia; QUITANEIRO, Tânia; RIVERO, Patrícia. **Conhecimento e Imaginação: Sociologia para o Ensino Médio**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Práticas Docentes, 4).p. 64-71.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996. Disponível em:

<https://docs.google.com/file/d/0B4UG_F2QeFUIR19DZIVwQ2otMGM/edit>

Acesso em: 8 jun.2017.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. **In:** ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo /UFRRJ, 1987. p. 115-136.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 242-276.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. Durkheim e a família: Da “Introdução à Sociologia da Família a Família Conjugal”. In. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. Recife, UFPE, v.16, n.1, 2005. Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/about>> Acesso em: 9 jun. 2017.

RIBEIRO, Mônica Dias. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Revista eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais-UEL**, Londrina, v.1,n. 2, p.1, jul. / dez, 2012.

ZARIAS, Alexandre. **Das leis ao avesso**: desigualdade social, direito da família e intervenção judicial. Tese de doutorado. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24072009-153717/pt-br.php>>.

Acesso em 28 jul. 2017.

Dados estatísticos. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/censo.html>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

▪ Vídeos:

Fórum-novo conceito de família (2006/2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kyIZ_vCE-9g> Acesso em: 29 jul. 2017.

Vídeo em gráfico do perfil da família brasileira em décadas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k2cDDZ55kC4>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

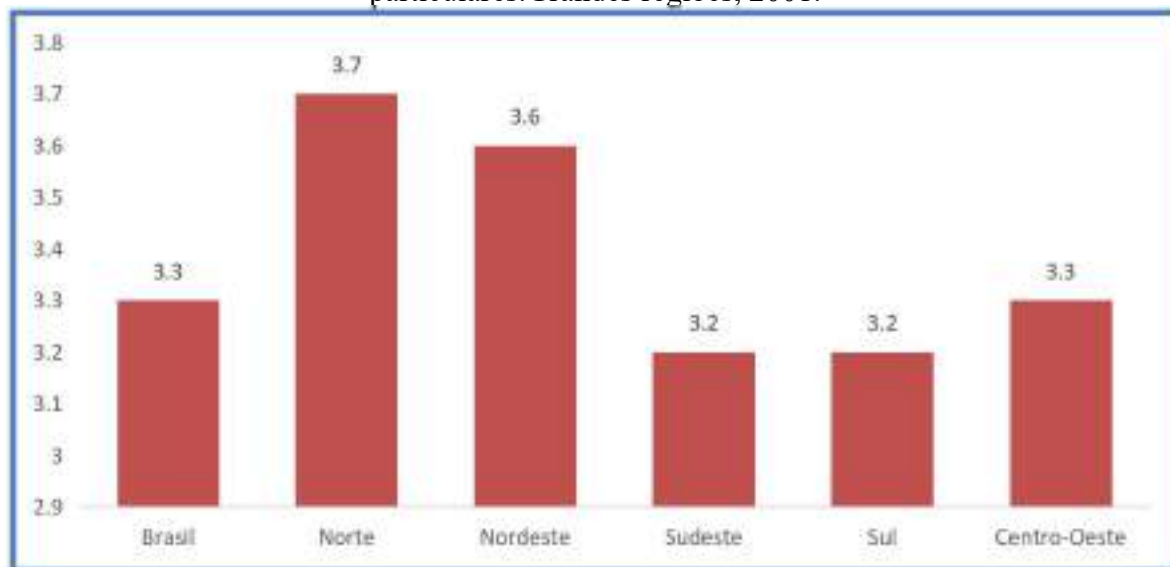
4. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma processual, a partir da apresentação e participação de cada aluno nos seminários. Seguindo a sugestão apresentada por Anastasiou (2009), a avaliação dos alunos poderá seguir os seguintes critérios: “clareza e coerência na apresentação, domínio do conteúdo apresentado, participação do grupo durante a exposição, utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais na apresentação.”

Como trabalho final, os alunos deverão produzir um texto escrito que responda, por exemplo, se a família está sendo extinta como uma instituição social ou se o que ocorre é apenas uma diversificação de arranjos sociais e uma diminuição no número de componentes.

Na explicação desse processo, os alunos devem utilizar os novos conhecimentos reelaborados para explicar as razões que levam as regiões sul e sudeste apresentarem o menor número de pessoas por família em domicílios particulares.

Gráfico 10. Número médio de pessoas por família residentes em domicílios particulares. Grandes regiões, 2001.



Elaboração Própria. Fonte: IBGE, 2002.

PLANO DE AULA 4: Urbanização

1. ESTRUTURA CURRICULAR

- Nível de ensino: Ensino Médio
- Componente curricular: Sociologia
- Tema: Urbanização.

2. DADOS DA AULA:

- **Título: A Sociologia e as cidades**

O processo de urbanização é um dos temas que tem despertado diversos estudos sociológicos devido a esse processo ser resultado de transformações sociais abrangentes, que interferem diretamente no cotidiano das pessoas. Segundo Giddens (2012, p. 160), “as teorias mais recentes sobre o urbanismo enfatizam que ele não é um processo autônomo, mas que deve ser analisado em relação a padrões importantes de mudança política e econômica”. Com isso, o surgimento das cidades não é determinado apenas por fatores naturais, mas é o resultado de várias causas, entre eles, o aumento da população e o movimento migratório de indivíduos que deixam o meio rural para ir residir na área urbana. Ainda, segundo esse autor (GIDDENS, 2012, p. 163), “o desenvolvimento da cidade moderna mudou a maneira como os humanos se sentiam e pensavam em relação ao mundo e as maneiras como interagem uns com os outros”. Portanto, cabe a Sociologia compreender a origem das cidades e as relações sociais que surgem a partir delas, bem como analisar as disputas e os conflitos entre os diferentes grupos sociais que vão determinar a estruturação do espaço urbano.

- **O que o aluno deve aprender? (objetivos)**

No final das aulas espera-se que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- ✓ Compreender o processo de urbanização como um fenômeno social.
- ✓ Identificar por meio de indicadores sociais como ocorreu o processo de urbanização na sociedade brasileira.

- **Duração:** 2 aulas de 50 minutos

- **Conhecimentos prévios:**

SILVA, Afrânio et al. Sociedade e espaço urbano. In: _____ **Sociologia em Movimento**. São Paulo: Moderna, 2013. p. 317-341.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. “Espaços de dor e de esperança”. A questão urbana. In: _____. **Sociologia para jovens do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. p. 318-334.

- **Palavras-chave:** urbanização, sociologia, indicadores sociais.

4. ESTRATÉGIAS E RECURSOS

- **Estratégias e recursos da aula**

Recursos:

- ✓ Computador com acesso a internet e data show para exposição dos gráficos. Se não houver esse recurso gravar os vídeos em DVD para serem reproduzidos em sala de aula;
- ✓ Cartazes com as definições dos conceitos apresentados nos quadros;
- ✓ Papel, lápis colorido para apresentação dos trabalhos dos alunos.

Estratégias:

Para esta aula, a estratégia para a realização do trabalho docente será o estudo de caso. Esse estudo terá como objeto de análise o processo de urbanização da cidade ou o bairro em que os alunos vivem.

1º momento:

É o momento da síncrese. O início do processo de ensino aprendizagem, quando há a mobilização para o conhecimento por meio da articulação entre os conhecimentos não elaborados dos alunos e os conteúdos que serão apresentados. Portanto, a aula deve ser iniciada com a exposição do tema da aula. Em seguida, o professor apresenta o conceito de cidade por meio do dicionário de língua portuguesa e de acordo com o pensamento sociológico. Com isso, constata-se que o significado desse termo não está relacionado apenas ao espaço geográfico, pois envolve relações políticas, econômicas e sociais.

Em seguida, os alunos devem, a partir da exposição de imagens de diversas cidades, refletir a respeito das questões inerentes ao crescente processo de urbanização e como esse fenômeno social afeta as suas vidas.

Cidade: área geograficamente circunscrita com concentração populacional não agrícola, na qual são desenvolvidas atividades culturais, industriais e financeiras. (HOUAISS, 2011, p. 192)

Cidades: são formas relativamente grandes de assentamentos humanos, dentro das quais se realiza uma ampla variedade de atividades, que possibilitam que as cidades se tornem centros de poder em relação às áreas adjacentes e assentamentos menores. (GIDDENS, 2012, p. 157)

Figura 12.Porto Alegre



Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1a/Porto_Alegre_skyline.jpg.
Acesso em: 31 jul. 2017.

Figura 13. Porto Alegre 2



Disponível em:
<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/06/Favelas-portoalegre.jpg/640px-Favelas-portoalegre.jpg>. Acesso em: 31 jul. 2017.

Figura 14.Recife. Praça do Entroncamento



Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c6/Fonte_na_Pra%C3%A7a_do_Entroncamento_-_Recife%2C_Pernambuco%2C_Brasil.jpg. Acesso em: 31 jul. 2017.

Figura 15. Cidade Estrutural. Distrito Federal



Disponível em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/EsgotoCeuAbertoValterCampanatoAgenciaBrasil.jpg>. Acesso em: 30 ago. 2017

Após a apresentação das imagens, os alunos devem expor oralmente, de uma forma não elaborada, como eles enxergam a sua cidade ou o seu bairro. É o momento em que o professor observa os conhecimentos prévios da turma visando à construção de novos conhecimentos a partir da realidade de cada um.

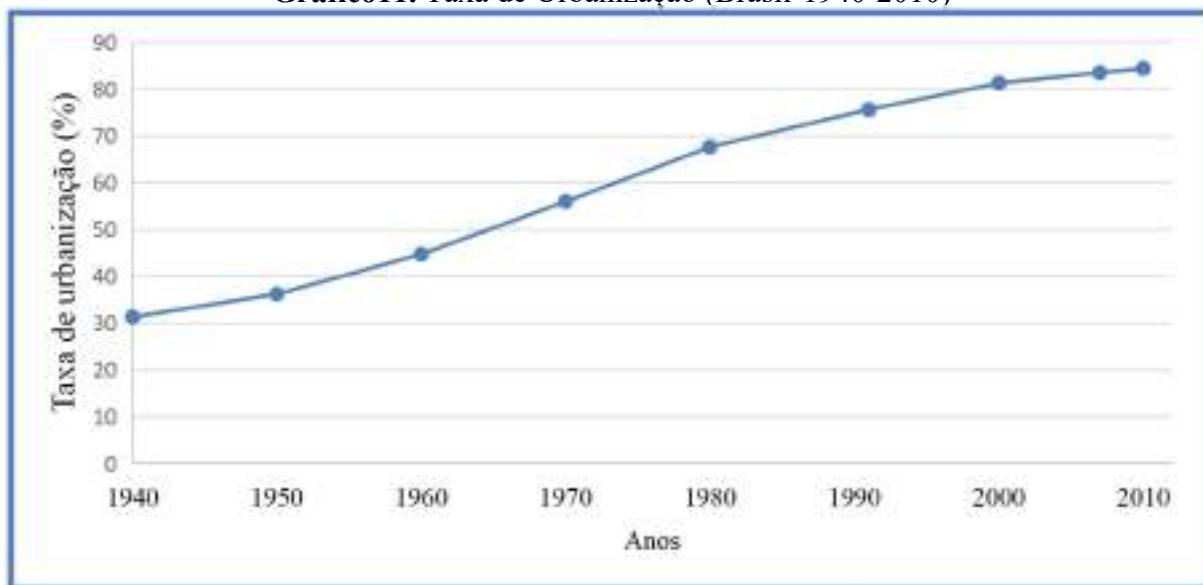
2º Momento:

O professor define as equipes que deverão apresentar os estudos de caso.

Este estudo terá como objeto de investigação a origem da cidade ou do bairro onde residem os alunos. A partir dessa informação deverá ser analisado como este fenômeno social interferiu na configuração física do local a ser estudado.

Portanto, esse trabalho deve ser iniciado com a compreensão do processo de urbanização proveniente da migração da população rural para o meio urbano atraída por novas oportunidades de emprego nas fábricas e/ou no comércio. Com isso, os alunos deverão analisar como e porque a sua cidade surgiu e quais os fatores que possibilitaram esse processo. O resultado dessa análise deverá ser apresentado para a turma em uma data previamente estabelecida em sala de aula.

Gráfico11. Taxa de Urbanização (Brasil-1940-2010)



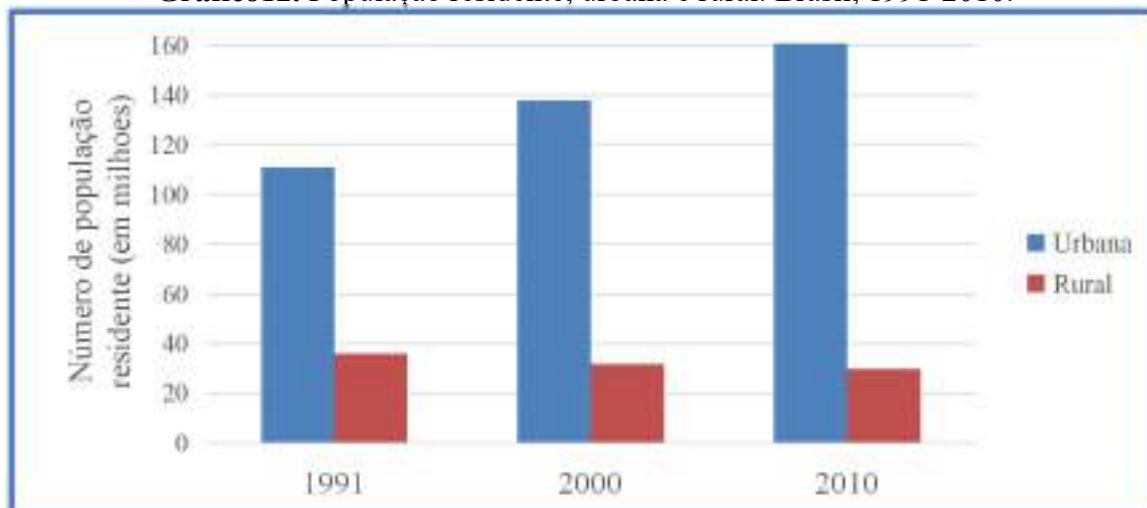
Elaboração própria.

Fonte: IBGE.: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>.

Acesso em: 1 ago. 2017.

SAIBA MAIS!

URBANIZAÇÃO: é o processo de concentração de populações em grandes comunidades de base econômica não agrícola- as cidades. O conceito de urbanização, contudo, ultrapassa essa definição técnica, abrangendo a consequência do fenômeno de migração de grandes proporções das áreas rurais para as cidades, e/ou de maiores crescimento demográfico entre a população urbana do que entre a população rural. Na Sociologia, o crescimento das cidades é analisado também como um processo de profundas transformações socioculturais, que dá margem ao desenvolvimento da noção de “vida urbana” (BOMENY et al., 2013, p. 371)

Gráfico12. População residente, urbana e rural. Brasil, 1991-2010.

Elaboração própria. Fonte: IBGE-TEEN, Censos Demográficos 1991/2010.

Para que se possa compreender o que os gráficos 1 e 2 expressam é importante conhecer o que significa taxa de urbanização, que segundo o IBGE⁵ é a percentagem da população da área urbana em relação à população total. Portanto, de acordo com os gráficos, observa-se que a população urbana no Brasil apresentou um acentuado crescimento nos períodos entre 1940 e o ano 2000, quando, a partir de então, começa a se estabilizar. Este fato é decorrente também das correntes migratórias que ocorrem dentro do próprio país, conforme demonstra o mapa 1.

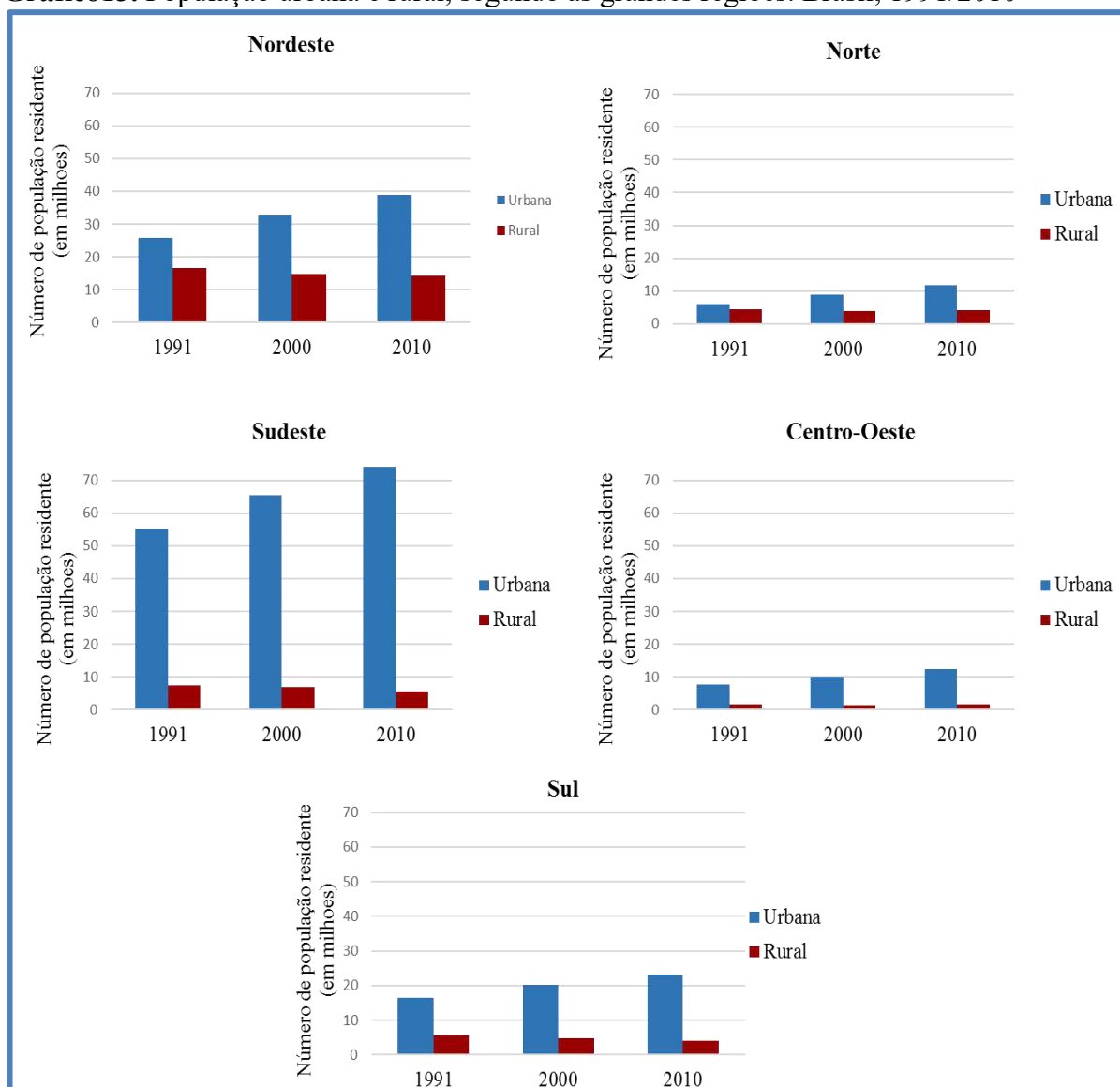
Mapa1. Principais fluxos migratórios na década de 2000

Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/2176/mapas-tematicos-para-avancar-na-interpretacao> >. Acesso em: 29 jul.2017

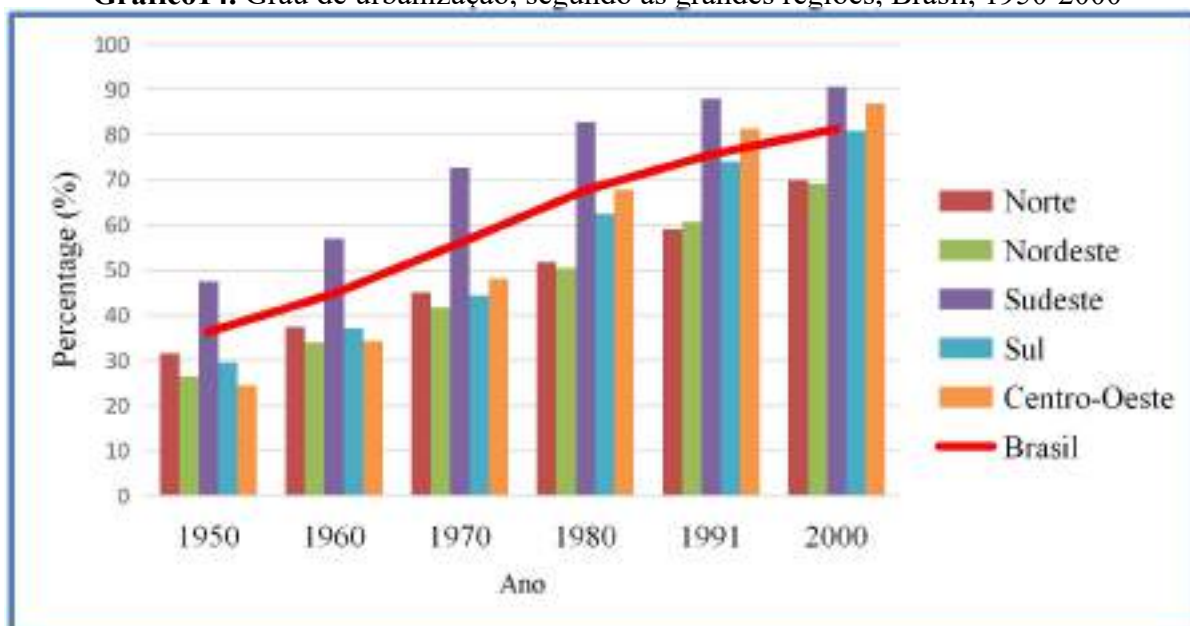
⁵ http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_sociais.pdf

De acordo com os gráficos 3 e 4, observa-se que esse crescimento desproporcional entre a população urbana e rural é repetido quando se analisa essa taxa em relação às diversas regiões do país. Este fato representa um aspecto importante na explicação do desenvolvimento das cidades, uma vez que esse fato tem provocado desigualdades sociais e aumento da pobreza (GIDDENS, 2012).

Gráfico13. População urbana e rural, segundo as grandes regiões. Brasil, 1991/2010



Elaboração própria
Fonte IBGE

Gráfico14. Grau de urbanização, segundo as grandes regiões, Brasil, 1950-2000

Elaboração própria. Fonte:

http://www.geografiaparatodos.com.br/capitulo_5_a_urbanizacao_no_brasil_files/image030.gif.

Acesso em: 30 jul. 2017.

Portanto, é importante verificar que o processo de urbanização não significou apenas o aumento da população urbana e diminuição da população rural. Esse fenômeno social trouxe enormes desafios para a sociedade, uma vez que não houve uma correspondência entre esse crescimento e o desenvolvimento de meios para integrar essa nova população ao seu novo espaço de forma digna. Entre esses desafios estão os relacionados com o meio ambiente (poluição, saneamento), os de ordem econômica (desemprego) e os de caráter social (carência habitacional, violência, aumento da pobreza, aumento da desigualdade social). Para o geógrafo Milton Santos, esses desafios são enormes, genéricos e estão presentes em todas as cidades brasileiras, variando de acordo com o grau de intensidade, uma vez que o processo de urbanização brasileiro revela uma enorme associação com a pobreza. “Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas” (SANTOS, 1998, p. 98).

Além disso, vai produzir outro fenômeno social, também importante para a compreensão das sociedades urbanas, que é o processo de segregação espacial por meio do qual são levantados muros visíveis e invisíveis que dividem a cidade de acordo com o poder aquisitivo da população. Com isso, aumentam-se as desigualdades sociais, uma vez que, além de separar ricos e pobres, separa a população mais carente dos equipamentos culturais, de lazer e dos equipamentos públicos estimulando fortemente as injustiças sociais. Esse fato reflete também a herança colonial marcada pela divisão entre a casa grande e a senzala (OLIVEIRA; COSTA, 2013).

Um dos indicadores sociais utilizados para compreender o desenvolvimento das cidades é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano apresentado pelo município.

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida composta de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em 2 out. 2017.

A Tabela 4 apresenta os 10 municípios brasileiros que apresentam as maiores taxas de IDHM no ano de 2010. Nesse mesmo período, segundo O IBGE, o Brasil apresentava um índice de 0,613.⁶

Tabela 4. Ranking das 10 maiores taxas de IDHM, Brasil. 2010

Ranking IDHM	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1º	São Caetano do Sul-SP	0,862	0,891	0,887	0,811
2º	Águas de São Pedro -SP	0,854	0,849	0,890	0,825
3º	Florianópolis-SC	0,847	0,870	0,873	0,800
4º	Balneário Camboriú-SC	0,845	0,854	0,894	0,789
4º	Vitória-ES	0,845	0,876	0,855	0,805
5º	Santos-SP	0,840	0,861	0,852	0,807
6º	Niterói-RJ	0,837	0,887	0,854	0,773
7º	Joaçaba-SC	0,827	0,823	0,891	0,771
8º	Brasília-DF	0,824	0,863	0,873	0,742
9º	Curitiba-PR	0,823	0,850	0,855	0,768
10	Jundiaí-SP	0,822	0,834	0,866	0,768

Elaboração Própria

Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em 5 out. 2017.

3º momento:

É o momento da síntese, na qual os alunos devem reconstruir os conhecimentos a partir das informações obtidas durante as aulas. Para isso deve ser estimulado o uso da imaginação sociológica, que possibilita a aproximação das teorias utilizadas na explicação dos conteúdos com a realidade de cada aluno. Assim, eles podem desnaturalizar os conceitos reproduzidos pelo senso comum, que justificam a ocupação e o desenvolvimento das cidades de acordo com os aspectos geográficos.

Recursos complementares

⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/brasil-novo/pesquisa/37/0?indicador=30255>

• **Bibliografia complementar**

BOMENY, Helena et al. (Coord.). **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**: ensino médio. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. p. 102-113.

DAMIANI, Amélia Luísa. Teoria da urbanização para os países pobres: elementos da obra de Milton Santos. **Revista do Departamento de Geografia**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, n. 11, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HOLANDA, Frederico de. Urbanidade: arquitetônica e social. In: ENAPARQ,1 Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enaparq/simposios/163/163-307-1-SP.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVEIRA. Dauto. A Sociedade Moderna e as Ciências Sociais, In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 80, jan. 2008, ano VII.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. Disponível em: <<http://docs12.minhateca.com.br/380008188,BR,0,0,Milton-Santos---A-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

Urbanização acelerada provoca impactos ambientais em Caruaru. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2013/08/urbanizacao-acelerada-provoca-impactos-ambientais-em-caruaru.html>>. Acesso em: 26 maio.2017.

▪ Vídeos:

➤ IBGE EXPLICA- cidades sustentáveis. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=am2WOYu4iFc>>. Acesso em: 2 ago.2017.

➤ Vídeo Velho Recife Novo. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=HIYNmG1G3d8>>. Acesso em: 18 jul.2017.

➤ O crescimento das cidades e a periferação| sala de notícias-Canal Futura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pulh8Hr8tX4>>. Acesso em 26/05/2017.

➤ Planejamento Urbano: “Entre Rios”. Disponível em:

<<http://cafecomsociologia.com/2012/02/planejamento-urbano.html>>. Acesso em: 26 maio.2017.

Urbanização.wmv Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=eAzOYkcUpXo>>. Acesso em: 26 maio.2017.

➤ Lenine-lá vem a cidade. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=17tbgGaNeYI>>. Acesso em: 26 maio.2017.

Dinâmica Capitalista, urbanização e migração - EPU/GPDES/UFRJ.mp4. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_gtITn2GoYM. Acesso em: 26 maio.2017.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma processual, a partir do acompanhamento das etapas de organização, análise e síntese dos estudos de caso. Na apresentação dos trabalhos, cada equipe deverá relatar a pesquisa realizada no seu município ou bairro de uma forma sintética, mas que utilize indicadores sociais, como taxa de urbanização, população rural e urbana, IDH entre outros indicadores relacionados ao processo de urbanização, disponíveis no IBGE e em outras fontes que apresentam esses dados.

PLANO DE AULA 5: Educação

1. ESTRUTURA CURRICULAR

- **Nível de ensino:** Ensino Médio
- **Componente curricular:** Sociologia
- **Tema:** Educação

2. DADOS DA AULA:

- **Título:** Sociedade e educação

A educação, presente em todas as sociedades, é um dos temas que mais interessam à Sociologia devido à sua importância no processo de socialização e de transmissão de valores sociais. E é, ao mesmo tempo, um processo social conservador e transformador, que permite aos indivíduos se inserirem na sociedade. Além disso, é abrangente, pois envolve questões políticas, econômicas, culturais e sociais e não se limita ao espaço escolar. Para Giddens (2012), a educação é uma instituição social que promove a aquisição de habilidades e conhecimentos e a ampliação dos horizontes pessoais. Já a escolarização é o processo formal, que ocorre normalmente nas escolas, pelo qual são transmitidos conhecimentos e habilidades.

Para Max Weber, sem sombras de dúvidas, a prática educacional é uma das formas mais férteis para a legitimação da dominação, pois é nela que se constrói a divisão intelectual entre membros de um mesmo grupo social. É, portanto, o meio mais propício para garantir que o dominado aceite pacificamente sua condição e se submeta cordialmente ao domínio burocrático exercido pelo outro ou pela instituição. Melo Júnior (2010, p. 157)

Tornou-se objeto de estudo para a Sociologia, a partir dos trabalhos de Émile Durkheim no final do século XIX. Para ele, segundo Araújo et al. (2013, p.228), “o processo de educação pode ser definido como uma ação que as gerações adultas exercem sobre as gerações ainda não preparadas (...) que molda *o eu individual ao eu social* usando as expressões cunhadas por Durkheim. ”

Atualmente, destacam-se duas correntes na explicação das funções da educação como uma instituição social. A corrente funcionalista, que adota a concepção durkheimiana, que define como função da educação a transmissão e a reprodução dos princípios e valores estabelecidos para a manutenção da sociedade. Porém não consideram as diferenças culturais reforçando, portanto, as desigualdades sociais.

Há também a corrente ligada às teorias do conflito social, para a qual a educação escolar é definida como uma reprodutora das desigualdades sociais. Nessa corrente, destaca-se o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que percebeu que o sistema educacional atende a duas importantes funções para o sistema capitalista, que é a reprodução da cultura e da estrutura de

classes. Com isso, há a reprodução e legitimação das desigualdades sociais, uma vez que a escola não é uma instituição social neutra e contribui para que os grupos dominantes se mantenham no poder ao “transmitir modos de agir, sentir e pensar em conformidade com os interesses objetivos, materiais e simbólicos das elites” (ARAÚJO et al., 2013, p. 233). Uma sociedade desigual leva a educação a reproduzir as desigualdades.

Portanto, cabe à Sociologia compreender a educação como uma instituição social que possibilita a produção ou reprodução dos valores e princípios sociais. É ela que forma as forças produtivas fora do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que mantém e garante as relações de produção requeridas pelo sistema.

No Brasil, somente a partir da década de 1950, devido ao programa desenvolvimentista proposto por Juscelino Kubitschek, é que a educação passou a ser um objeto empírico para a Sociologia. (GOUVEIA, 1989). Segundo essa autora, a partir dessa década, as técnicas estatísticas de análises e as desigualdades sociais passaram a fazer parte das preocupações dos cientistas sociais brasileiros. Com isso verifica-se um predomínio das pesquisas tipo sociodemográficas nas quais se relacionava a origem familiar dos alunos com a repetência, a evasão aos vários níveis de ensino e que mostravam o caráter seletivo e antidemocrático do sistema escolar.

- **O que o aluno deve aprender? (objetivos)**

No final das aulas espera-se que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- ✓ Compreender a educação como um processo social;
- ✓ Compreender as principais características do sistema educacional brasileiro por meio de indicadores sociais.

- **Duração:** 2 aulas de 50 minutos.

- **Conhecimentos prévios:**

ARAÚJO. Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM. Benilde Lenzi. Educação, escola e transformação social. In: _____ **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013, p. 223-246.

1. **Palavras-chave:** educação, socialização, desigualdades sociais.

4. ESTRATÉGIAS E RECURSOS

2. Estratégias e recursos da aula

Recursos:

- ✓ Computador com acesso a internet e data show para exposição dos gráficos. Se não houver esse recurso gravar os vídeos em DVD para serem reproduzidos em sala de aula;
- ✓ Cartazes com as definições dos conceitos apresentados nos quadros.

Estratégias:

Para esta aula, a estratégia para a realização do trabalho docente será a aula expositiva dialogada, na qual o conteúdo deverá ser exposto no início da aula, bem como os objetivos da aula e as ações que serão adotadas para se atingir os objetivos propostos.

1º momento:

É o momento da síncrese, quando se inicia o processo de aprendizagem. É o momento em que os alunos devem trazer as suas experiências pessoais. Nesse momento é importante desenvolver o processo de escuta e de análise das informações passadas pelos alunos para que sejam desenvolvidas estratégias dialogadas que tenham como objetivo a reelaboração dos conhecimentos pré-existentes. Para isso, o professor contextualiza o tema, a partir de uma exposição oral que apresente alguns pontos importantes sem aprofundá-los. Após esta exposição, devem-se expor aos alunos uma charge e fotografias que os motivem a fazer as reflexões iniciais não elaboradas.

Figura 16 Charge: educação



Disponível em:

<https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/8a/82/ef/8a82efb4f7680134a8e7dda47d8ad7d5.jpg>.

Acesso em 28 jul. 2017.

Figura 17. Escola municipal de Barueri-SP



Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b1/Escola_Municipal_em_Barueri.jpg.

Acesso em 28 jul. 2017.

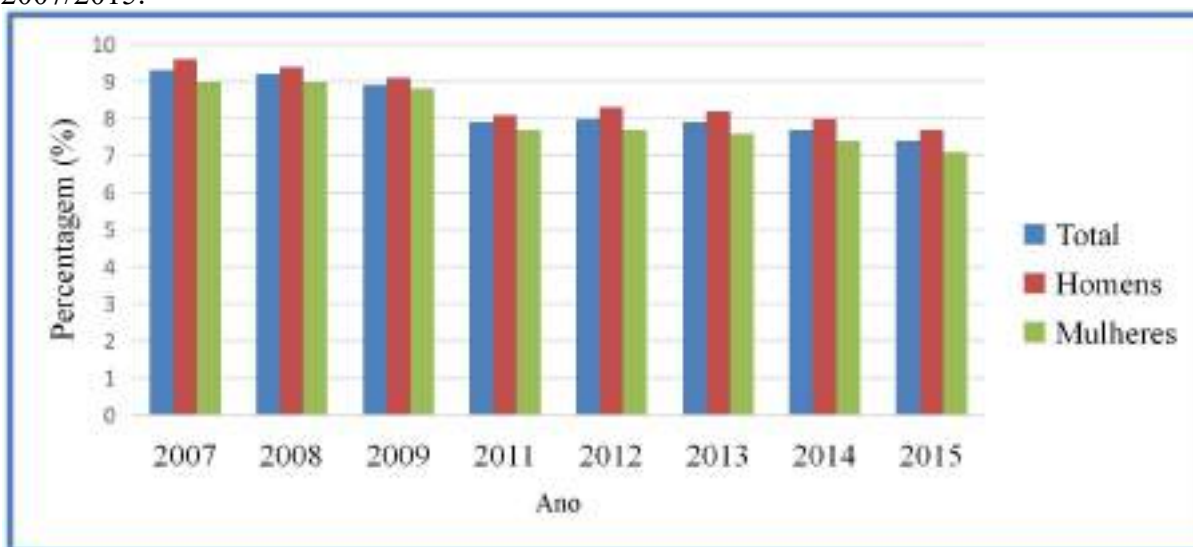
Figura 18. Escola na periferia

Disponível em: <http://www.bahianapolitica.com.br/fotos/p/20625-3.jpg>. Acesso em: 28 jul. 2017.

2º momento:

Após as reflexões a respeito das charges e das figuras, inicia-se o processo de construção dos conhecimentos. É quando vão se mobilizar informações que possibilitem conhecer o sistema educacional brasileiro para que se possa compreender as distorções que ele ainda apresenta. Para isso, alguns dados estatísticos são fundamentais. A educação como um direito de todos, conforme determina a Constituição de 1988, ainda não foi atingida. Conforme os dados do Gráfico 1, que mostra a evolução das taxas de analfabetismo no Brasil nos últimos anos, verifica-se que embora essas taxas tenham apresentado um decréscimo, ainda se encontra em patamares elevados se compararmos a outros países como a Argentina e o Chile, cujas taxas variam entre 2% e 4% (ARAÚJO, 2013, p. 240)

Gráfico 15. Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo. Brasil, 2007/2015.



Elaboração própria

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 2007 a 2015

Com base no Gráfico 16, pode-se verificar que há um crescimento contínuo das taxas de escolarização do país, independentemente da região analisada, embora esteja nas regiões mais ricas as maiores taxas de escolaridade.

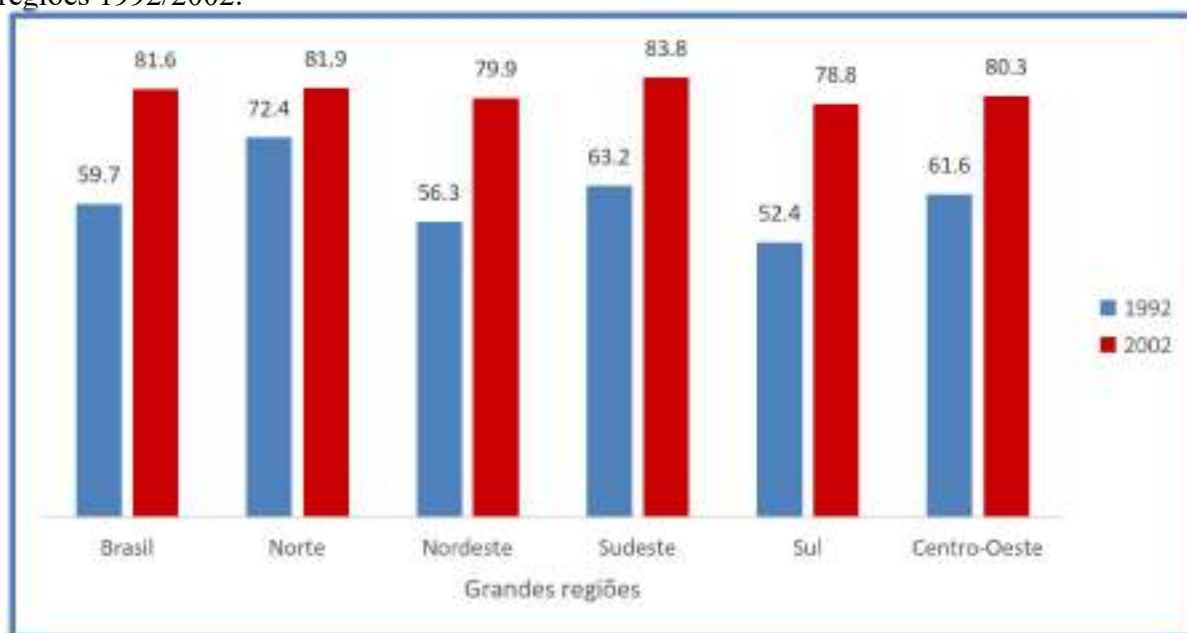
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO: percentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> Acesso em: 30 jun.2017

Taxa de Analfabetismo: percentagem das pessoas analfabetas* de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

*Analfabeta: pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> . Acesso em 30 jun.2017.

Gráfico 16. Taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos de idade. Brasil e grandes regiões 1992/2002.



Elaboração própria.

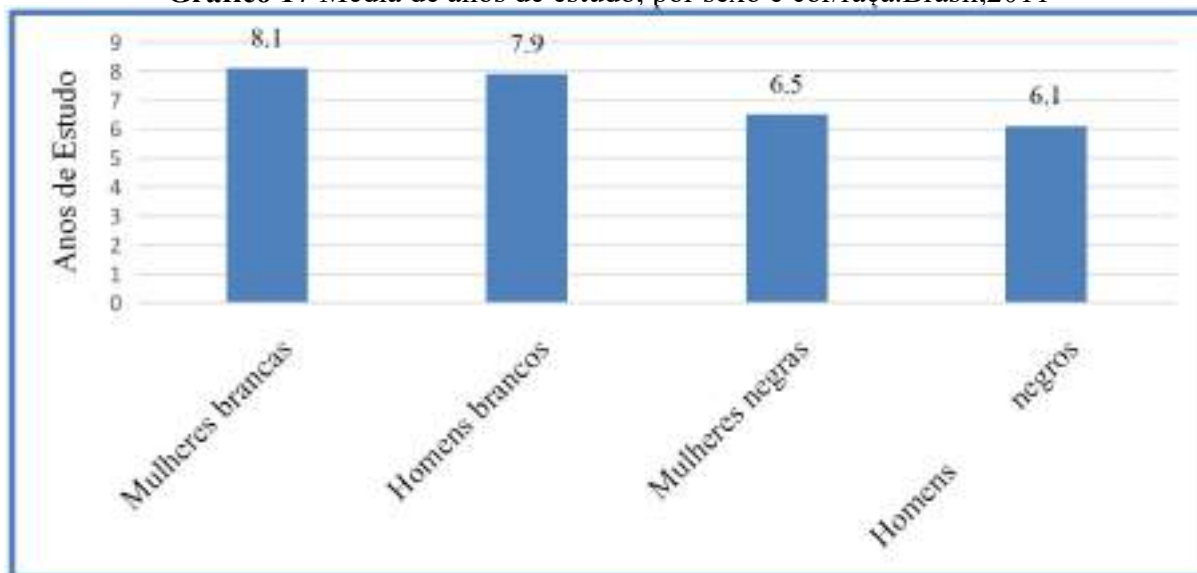
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios, 1992/2002

Os dados apresentados, no Gráfico 17, apresentam outro aspecto de desigualdade social que a escola não conseguiu resolver. As pessoas de cor não brancas (pretos e pardos) possuem menos anos de estudo do que as de cor branca. Portanto, se os indicadores sociais expressam alguns avanços na área de educação, por outro lado também revelam que ainda persistem desafios que precisam ser superados. Segundo Araújo (2013, p. 241), no sistema educacional brasileiro ainda persistem problemas que precisam ser solucionados, como a baixa qualidade do ensino, a falta de capacitação adequada dos professores, a precária

infraestrutura das escolas, as salas superlotadas, os currículos repetitivos e defasados e ainda insuficientes aplicações de verbas no setor.

Esses dados, portanto, mais do que ilustrar, vêm colaborar com a explicação da permanência das desigualdades sociais, que a escola não conseguiu resolver.

Gráfico 17 Média de anos de estudo, por sexo e cor/raça. Brasil, 2011



Elaboração própria

Fonte: PNAD 2009, baseado em Rosenberg & Madsen, 2011

3º.momento:

É o momento da síntese, quando os alunos devem reconstruir os seus conhecimentos, a partir dos debates e informações obtidas durante as aulas. Os alunos devem exercitar a imaginação sociológica comparando os conceitos e os dados apresentados com a sua realidade.

3. Recursos complementares

▪ Citações:

- ❖ A educação e escola tendem a se confundir, embora a educação aconteça também na família, no trabalho e em outros ambientes de escolarização. (ARAÚJO et al., 2013, p. 225).
- ❖ A educação tanto funciona como uma porta de entrada para a sociedade como também funciona como uma espécie de capital ou recurso social que hierarquiza e distribui pessoas e grupos no espaço social. É essencial para a explicação das desigualdades sociais. (BARBOSA et al., 2012, p. 72).
- ❖ O desafio da instituição escolar na “sociedade do conhecimento” é fazer com que as crianças e jovens “aprendam a aprender”, saibam buscar o conhecimento. (ARAÚJO et al., 2013, p. 226).

- ❖ Por sua vez, o sociólogo francês Bernard Lahire (1963-) concluiu que o meio social que cerca a criança tem influência decisiva em sua educação [...] o envolvimento da família e de outras pessoas com as quais a criança e o jovem convivem serve de apoio para dar sentido à experiência escolar (ARAÚJO et al., 2013, p. 233).
- ❖ Aprender a aprender não criou cidadãos porque para exercer a cidadania é preciso saber ler, escrever, ler jornais e compreender, expressar-se oralmente, calcular, etc... (SILVA, 2007, p. 417).
- ❖ A meritocracia não significa que deixam de existir desigualdades. Significa apenas que elas tendem a ser aceitas (BARBOSA et al., 2012, p. 73).
- ❖ Todos os membros da sociedade consideram justo esse princípio (da diferenciação) e aceitam participar do jogo social que estabelece a educação como regra para a distribuição das riquezas, do poder e do prestígio (BARBOSA et al. 2012, p. 73).

▪ **Bibliografia complementar**

BARBOSA, Maria Lígia; QUITANEIRO, Tânia; RIVERO, Patrícia. **Conhecimento e Imaginação: Sociologia para o Ensino Médio**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Práticas Docentes, 4).

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 588-624.

GOUVEIA, Aparecida Joly. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre educação. **Tempo Social. Revista Sociologia**, USP, SP, 1989. p. 71-79.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber. **Pensamento Plural**. Pelotas, v. 6. jan./jun. 2010. p. 147-164.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação & sociedade**. abril, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. A Sociologia da educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. **Em Aberto**, Brasília, ano 9, n. 48, abr. / jun , 1990.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A Sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos**. Natal, RN, v. 8, n. 2, jul./dez. 2007. p. 403-427.

4. Vídeos:

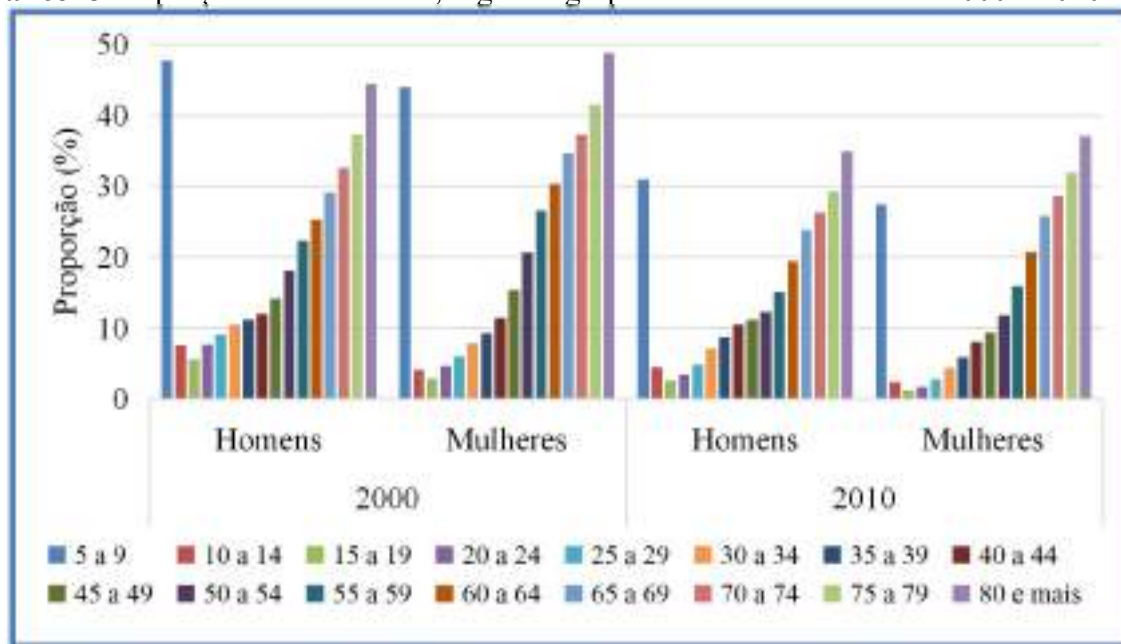
- Sociologia da Educação. Aula 4. Contribuição da Sociologia da Educação para a compreensão da educação escolar. Disponível em:
< <https://www.youtube.com/watch?v=3x0tvb3FNag>> . Acesso em: 18 jun.2017.

- Bourdieu e a Educação. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=nBImhAMslqU&t=8s>> Acesso em: 18 jun. 2017.
- Sociologia da Educação. Aula 2. Clássicos da Sociologia. Educação como processo socializante. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=1A7mbzXp4mw>>. Acesso em: 18 jun.2017.

5. AVALIAÇÃO:

A avaliação será realizada de forma processual, a partir dos questionamentos e da participação dos alunos durante as aulas. Como resultado final, o aluno deverá apresentar um texto escrito em que ele escreva como ele percebe a educação enquanto uma instituição social que diminui ou reproduz as desigualdades sociais. Como recurso facilitador para as suas explicações os alunos devem utilizar o Gráfico 5, que traz informações a respeito da evolução das matrículas no Brasil por etapa e sexo

Gráfico18 Proporção de analfabetos, segundo grupo de idade e sexo. Brasil 2000 e 2010.



Elaboração própria
Fonte: IBGE- Censos Demográficos de 2000 e 2010.

1. ESTRUTURA CURRICULAR

- Nível de ensino: Ensino Médio
- Componente curricular: Sociologia
- Tema: Estado e democracia

2. DADOS DA AULA:

- **Título: Estado, democracia e sociedade**

O Estado é um dos temas importantes para a Sociologia devido ao seu papel nas sociedades modernas como uma instituição reguladora, que torna possível a vida pública apesar de ser ao mesmo tempo foco de contradições decorrentes da forma como as suas ações são compartilhadas com a sociedade. Apresenta uma forte ligação com o poder por ser uma instituição organizada que rege a vida social nos seus aspectos jurídico, econômico e político, através dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para Barbosa et al. (2012), o Estado existe nos atos de cada um de nós.

Portanto, o Estado somos nós e nós somos, em alguma medida, o que o Estado fez e faz conosco ao longo do tempo. Desde o nascimento, quando somos registrados, depois quando pagamos nossos impostos, quando tiramos os nossos documentos oficiais até o registro de falecimento, o Estado está presente em nossas vidas.

Além disso, possui uma estreita vinculação com a democracia e com a cidadania, que envolvem a participação ativa dos indivíduos na vida social e política do país.

Portanto, compreender o funcionamento dessa instituição permanente e ampla é fundamental para compreender a sociedade.

- **O que o aluno deve aprender? (objetivos)**

No final das aulas espera-se que sejam alcançados os seguintes objetivos:

- Compreender a função do Estado nas sociedades democráticas;
- Identificar a participação dos indivíduos no processo democrático por meio de indicadores sociais.

- **Duração:** 2 aulas de 50 minutos

- **Conhecimentos prévios:**

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. “O Estado sou eu.” Estado e Democracia. In: _____ **Sociologia para jovens do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. p. 211-229.

- **Palavras-chave:** Estado, sociedade, democracia.

3. ESTRATÉGIAS E RECURSOS

- **Estratégias e recursos da aula**

Recursos:

- ✓ Computador com acesso a internet e data show para exposição dos gráficos. Se não houver esse recurso gravar os vídeos em DVD para serem reproduzidos em sala de aula;
- ✓ Cartazes com as definições dos conceitos apresentados nos quadros;

Estratégias:

Para esta aula, a estratégia será a aula expositiva dialogada. No início, os objetivos da aula são definidos, bem como as ações que serão adotadas para se atingir os objetivos propostos.

1º momento:

É o momento da síncrese, quando se inicia o processo de aprendizagem por meio da mobilização para o conhecimento tendo como ponto de partida a realidade dos alunos. Para motivá-los será realizado um debate a respeito dos conceitos de governo, Estado e democracia, a partir da exposição de algumas frases e da reprodução de um vídeo. Nesse momento, os alunos deverão fazer uma reflexão não elaborada a respeito do tema possibilitando ao professor ter acesso aos conhecimentos prévios dos alunos e com isso definir uma estratégia dialogada em busca da construção de novos conhecimentos.

- **Vídeo:** A Democracia e o Estado de Direito, por Leandro Karnal (TV São Sapé- corrupção 2016) Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=50Rmfrk9c2g>> Acesso em: 3 ago.2017.
- **Frases:**
 - ❖ Política, religião e futebol não se discutem
 - ❖ Todo político age em benefício próprio;

2º momento:

Após a reflexão a respeito das frases e do vídeo, inicia-se o processo de construção dos conhecimentos. É o momento do diálogo, dos questionamentos, quando são apresentadas as teorias que vão procurar explicar o conceito de Estado Moderno e o seu papel nas sociedades democráticas. Com isso, espera-se superar os conhecimentos prévios apresentados pelos alunos.

Inicialmente apresenta-se o conceito de Estado presente no dicionário de língua portuguesa comparando-o com os conceitos apresentados pelos autores clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx de acordo com Tomazi (2012).

Estado: país soberano, conjunto de instituições públicas de um país. (HOUAISS, 2011, p. 395)

Durkheim

O **Estado** é fundamental em uma sociedade[...] sua função seria eminentemente moral, pois deveria realizar e organizar o ideário do indivíduo e assegurar-lhe o pleno desenvolvimento. O Estado emancipou os indivíduos dos interesses despóticos e imediatos dos grupos como a família, a Igreja e as corporações profissionais.

Weber

O **Estado** é uma relação de dominação entre homens mediante a violência que é considerada legítima. A dominação legal é legitimada por um estatuto de competência funcional e por regras racionalmente estabelecidas. A forma mais visível dessa forma de dominação é a atuação dos “servidores do Estado.”

Marx

Identificou a divisão do trabalho e a propriedade privada, geradoras das classes sociais, como a base do surgimento do **Estado**, que seria a expressão jurídico-política da classe burguesa. [...]. Os dirigentes do Estado moderno funcionariam como um comitê executivo da classe dominante.

Fonte: TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 141-145.

Em seguida, é importante compreender as principais funções do Estado distribuídas entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, descritas no quadro 1 e na figura 19.

Quadro 1

Nível	ENTE	LEI MAIOR	CHEFE DO EXECUTIVO	FORMAÇÃO DO LEGISLATIVO
FEDERAL	União	Constituição Federal	Presidente	Câmara de deputados (513deputados federais) e Senado Federal (81 senadores)
ESTADUAL	Estados Federados	Constituição Estadual	Governador Estadual	Assembleia Legislativa (deputados estaduais)
	Distrito Federal	Lei Orgânica	Governador distrital	Câmara Legislativa (deputados distritais)
MUNICIPAL	Municípios	Lei Orgânica	Prefeito	Câmara Municipal (vereadores)

Elaboração própria

Figura 19. Os poderes da República

Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=os+tres+poderes&client=firefox-b&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj439Kj9b3//VAhXEI5AKHegvBH8Q_AUICigB&](https://www.google.com.br/search?q=os+tres+poderes&client=firefox-b&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj439Kj9b3//VAhXEI5AKHegvBH8Q_AUICigB&acceso=4%20ago.%202017)
Acesso em: 4 ago. 2017.

A partir do conhecimento de como está estruturado o Estado brasileiro e quais são as suas funções na organização social, é importante observar alguns aspectos relacionados ao seu papel na sociedade. Para isso é importante diferenciar o que é Estado do que é governo, uma vez que é comum que estes conceitos sejam confundidos trazendo enormes prejuízos para a formação cidadã. Enquanto o governo está relacionado às ações políticas e administrativas do Poder Executivo e é transitório, o Estado é um conjunto de instituições permanentes, que dá o “suporte” legal para o funcionamento da sociedade (COSTA; OLIVEIRA, 2013). Essas instituições que formam o Estado são resultantes de relações sociais que irão determinar o seu tamanho, o seu peso e o seu funcionamento na sociedade.

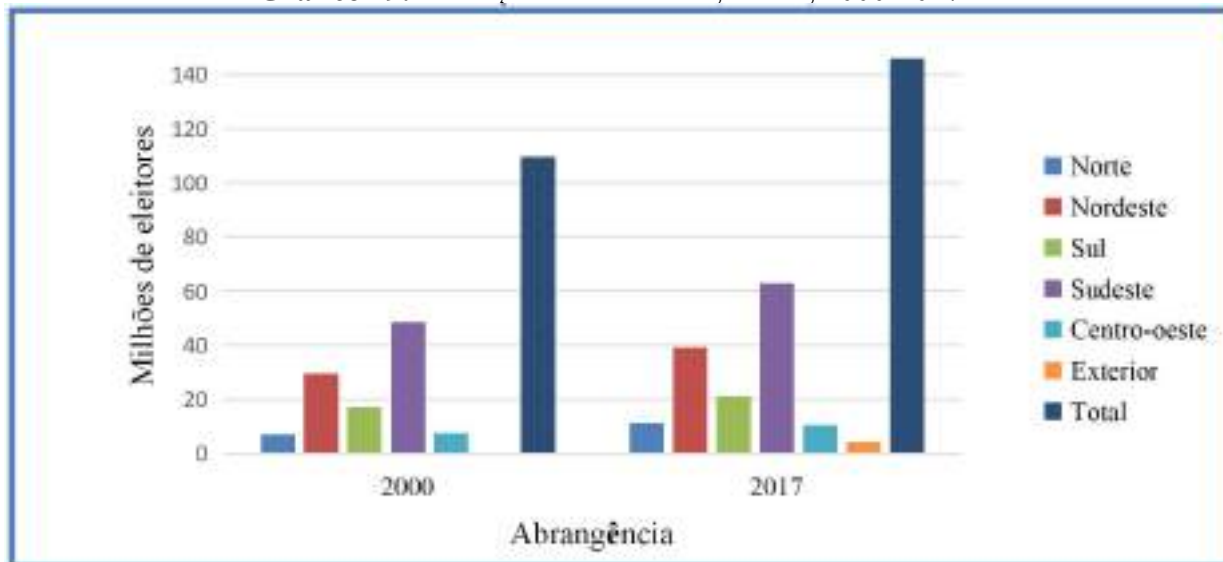
Nesse contexto, a democracia e a cidadania ocupam espaços fundamentais na consolidação do Estado como uma instituição social que promove o desenvolvimento social de uma forma justa e equilibrada por meio de ações compartilhadas com a sociedade. Para isso, é fundamental a participação de todos na definição das ações do governo e do Estado.

Essa participação, em países como o Brasil, fundamenta-se no conceito de representatividade, que se dá por meio de votos em eleições, quando o povo escolhe os seus representantes. Além disso, a separação dos poderes, o respeito às leis, a livre manifestação do pensamento e da cidadania são características essenciais das democracias. (SILVA et al., 2013).

A partir dos Gráficos 19, 20, 21 e das Tabelas 3 e 4 observam-se algumas características do eleitorado brasileiro, segundos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Gráfico 19 mostra que o eleitorado brasileiro apresentou um crescimento significativo nos últimos anos ultrapassando 145 milhões de eleitores, o que pode ser um reflexo não só do aumento populacional, mas da inclusão de eleitores que poderiam estar afastados do sistema eleitoral.

Gráfico 19. Evolução do eleitorado, Brasil, 2000-2017.

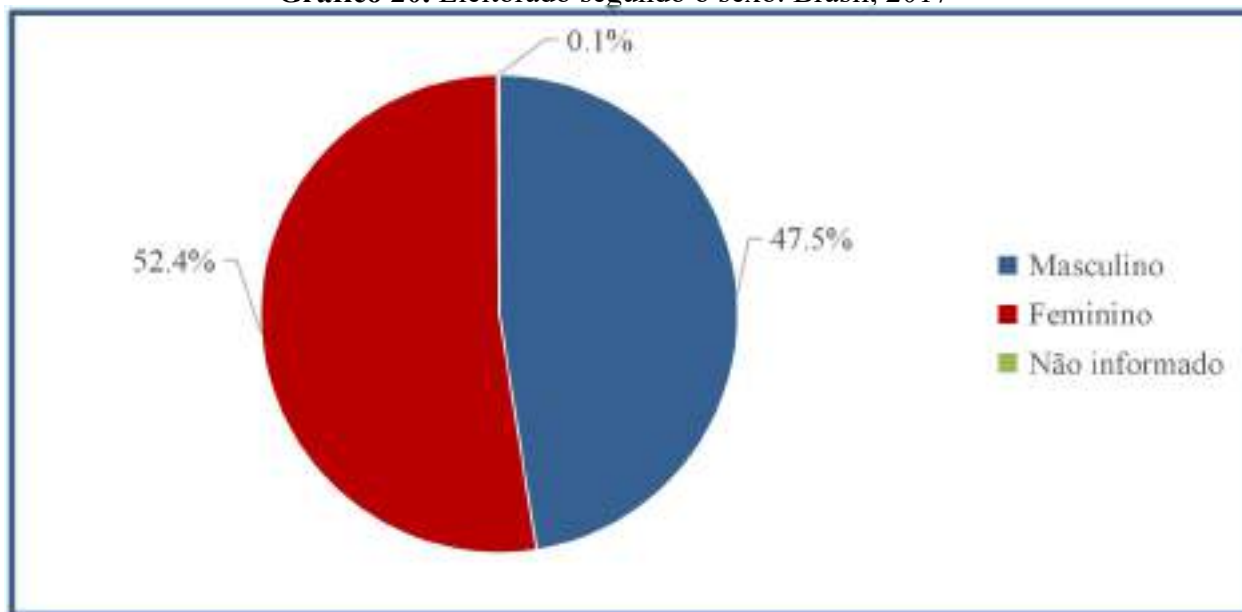


Elaboração própria.

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>.
Acesso em: 2 ago.2017

O Gráfico 20 e a Tabela 4, apresentam dados relativos a composição do eleitorado brasileiro que é formado por uma maioria de mulheres concentradas principalmente na faixa etária de 18 a 44 anos.

Gráfico 20. Eleitorado segundo o sexo. Brasil, 2017



Elaboração própria

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>.

Acesso em: 2 ago.2017

Tabela 5. Número de eleitores por sexo e faixa etária. Brasil. Jul. 2017

Faixa etária	Masculino	Feminino
Inválida	1.745	1.847
16-17 anos	771.010	766.396
18-20 anos	4.016.100	4.120.097
21-24 anos	6.186.985	6.426.034
25-34 anos	15.319.992	16.348.655
35-44 anos	14.286.008	15.585.344
45-59 anos	16.625.570	18.537.501
60-69 anos	6.920.977	8.051.257
70-79 anos	3.428.198	4.241.522
Superior a 79 anos	1.839.446	2.373.261
TOTAL	69.396.031	76.451.914

Elaboração Própria

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatis>

Entretanto, essa maioria de mulheres apresentada tanto na população geral quanto no eleitorado, não é refletida na representatividade no parlamento. No Congresso Nacional, a participação das mulheres é muito baixa. De acordo com os dados do Senado Notícias⁷, a representação feminina no Senado é de apenas 16% e na Câmara de Deputados as mulheres não chegam a ocupar 10% das cadeiras disponíveis. A baixa representatividade também se verifica nas Câmaras de Vereadores e Prefeituras do país. Atualmente, somente 13,5% das cadeiras nas Câmaras de Vereadores são ocupadas por pessoas do sexo feminino e 12% das prefeituras tem uma mulher eleita para administrar o município⁸.

Com isso, comprova-se que o processo de representatividade da população não se restringe apenas ao momento das eleições. Não basta o direito de votar e ser votada. O Estado deve garantir condições para que sejam de fato efetivadas as participações no parlamento, não só das mulheres, mas de todas as representações sociais.

O Gráfico 21 e Tabela 5 também são apresentados outros dados importantes em relação à composição do eleitorado no que se refere ao grau de instrução. Novamente, constata-se que, no Brasil, há uma maior participação no eleitorado também de mulheres com o grau de instrução mais elevado, ou seja, nas categorias ensino médio completo e ensino superior completo. De acordo com os dados apresentados, mais de 70% dos eleitores possuem o Ensino Fundamental e Médio (completo e/ou incompleto) e apenas 10,92% possui nível superior. Segundo Dias e Kerbaui (2015), há uma forte associação entre o nível educacional e a participação política. Os indivíduos mais escolarizados, segundo os autores, são os mais

⁷ <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>

⁸ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/mulheres-representam-13-das-vereadoras-e-12-das-prefeitas-de-todo-o-pais>

dispostos a votar e a participar das campanhas eleitorais. Quanto mais educação formal, maior participação política. Portanto, de acordo com os dados apresentados, as mulheres, por serem em maior número e possuírem um nível de escolaridade superior ao dos homens, são decisivas na escolha dos representantes da população no poder executivo e no poder legislativo. Entretanto, essa superioridade não se reflete nos representantes eleitos, conforme os dados já mencionados.

Gráfico 21. Número de eleitores segundo a escolaridade. Brasil, 2016



Elaboração própria.

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>.

Acesso em: 2 ago. 2017.

Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.

Tabela 6. Número de eleitores por sexo e grau de instrução. Brasil, 2017

Grau de instrução	Masculino	Feminino
Analfabeto	3.294.664 4,75%	3.639.661 4,76%
Ensino Fundamental completo	5.015.455 7,23%	5.089.971 6,66%
Ensino Fundamental incompleto	20.433.693 29,44%	19.784.101 25,88%
Ensino Médio Completo	12.742.351 18,36%	16.761.674 21,93%
Ensino Médio incompleto	13.186.293 19,00%	13.618.781 17,81%
Lê e escreve	7.461.301 10,75%	7.270.038 9,51%
Não informado	36.819 0,05%	40.558 0,05%
Ensino Superior Completo	4.319.627 6,23%	6.645.343 8,69%
Ensino Superior incompleto	2.905.828 4,19%	3.601.787 4,71%
TOTAL	69.396.031 100,00%	76.451.914 100,00%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>. Acesso em: 4 ago. 2017.

Portanto, compreender como é constituído o eleitorado brasileiro em relação à participação de homens e mulheres e em relação a outros segmentos sociais é importante para compreender como é constituída a democracia representativa no Brasil. É essa democracia que permite aos eleitores escolher os seus representantes no legislativo e no poder executivo, cujas ações terão uma interferência direta na vida da sociedade e na constituição do Estado democrático.

3º momento:

É o momento da síntese, quando devem ser reconstruídos os conhecimentos adquiridos por meio das análises apresentadas no segundo momento do processo de ensino aprendizagem. Essa síntese deve permitir aos alunos perceberem a questão da constituição do Estado brasileiro, bem como refletirem a respeito da importância da democracia para que se possa ter uma sociedade mais justa. A questão da representatividade das mulheres, discutida no segundo momento do processo pedagógico, deve ser ampliada para a compreensão da representatividade de todos os segmentos sociais, não só no poder legislativo e executivo, mas no judiciário. Para contribuir com essa síntese deve ser reproduzido o vídeo *o que é democracia* disponível em:

< <https://www.youtube.com/watch?v=MLQkIDxyCcQ>>. Acesso em: 20. ago.2017.

- **Recursos complementares**
- **Bibliografia complementar**

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013. p. 171-198.

BAQUERO, Marcelo. **Democracia, cultura e comportamento: uma análise da situação brasileira**, In: PERISSIONOTTO, Renato; FUNKS, Mario (Org.), *Democracia, teoria e prática*, Rio de Janeiro: Remule Dumará, 2002.

BARBOSA, Maria Lígia; QUITANEIRO, Tânia; RIVERO, Patrícia. **Conhecimento e Imaginação: Sociologia para o Ensino Médio**. Belo Horizonte: Autêntica 2012. (Coleção Práticas Docentes, 4). p. 167-178.

BOMENY, Helena et al., (Coord.). **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia: ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013. p. 54-69.

BOBBIO, Norberto. **O significado da política**. In: *Curso de Introdução à Ciência Política*. Un. I, 2. ed., Brasília: UnB, 1984.

COSTA, Cristina. **Introdução à ciência da sociedade**, 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

DAGNINO, Evelina. *Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil*. In PERISSIONOTTO, Renato; FUNKS, Mario. (Org.), *Democracia, teoria e prática*. Rio de Janeiro: Remule Dumará, 2002.

DIAS, André Luiz Vieira; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros.

Revista de Sociologia e Política. Curitiba-PR, vol. 23, n. 56, dez.2015.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 697-724.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. São Paulo, Saraiva, 2013. cap. 9, p. 141-193.

Lugar de mulher também é na política.

Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica>. Acesso em: 3 ago. 2017.

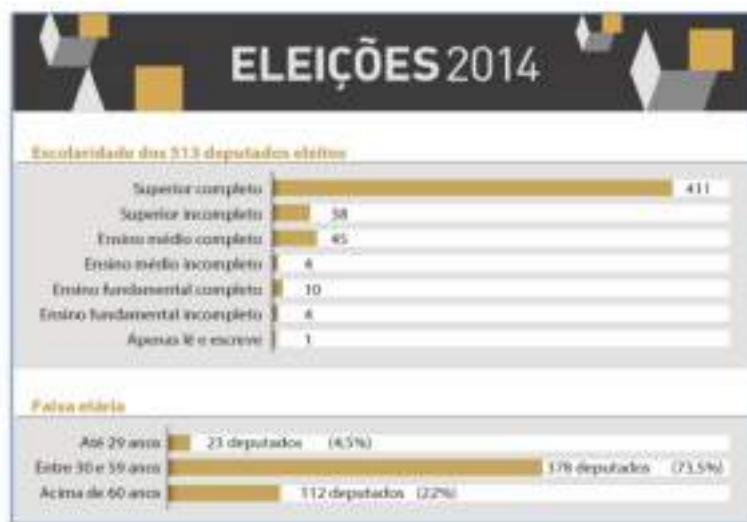
Mulheres representam 13% das vereadoras e 12% das prefeitas de todo país. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/mulheres-representam-13-das-vereadoras-e-12-das-prefeitas-de-todo-o-pais> Acesso em: 3 ago. 2017.

Conheça o perfil do eleitorado brasileiro. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/07/conheca-o-perfil-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 3 ago. 2017.

5. Avaliação

A avaliação será realizada de forma processual, a partir da participação de cada aluno em sala de aula. Como resultado final, o aluno deverá produzir um texto escrito com uma análise de como é constituído o Estado brasileiro a partir das suas instituições e como ele avalia a importância da democracia no funcionamento da sociedade. O trabalho deverá abordar também a questão da democracia representativa no Brasil, a partir de indicadores sociais que reflitam o processo de representatividade. Para isso, pode ser analisada a participação, nas três instâncias do poder, dos índios, dos negros, das mulheres ou de qualquer outro segmento que se constitua um grupo social, independente do tamanho, mas que precisa ter a sua representatividade.

Como recurso auxiliar, poderá ser analisada a Figura 20 e a Tabela 3, que mostram um aspecto importante em relação à democracia representativa no Brasil: enquanto 80% dos parlamentares possuem curso superior, apenas 7.52% do eleitorado possuem esse nível de formação. Além disso, conforme foi apresentado no segundo momento desse plano de aula, quanto maior o grau de instrução, maior a participação política. Portanto, é importante que seja feita uma reflexão de como essa camada significativa da população que possui um baixo grau de instrução (52,17% dos homens e 46,81% das mulheres) se faz representar na Câmara dos Deputados. Segundo Araújo et al. (2013, p. 178), “os direitos devem estar incorporados às conquistas sociais, em função da capacidade política da sociedade se organizar para reivindicar, cabendo ao Estado zelar por isso.”

Figura.20. Escolaridade e faixa etária dos deputados eleitos. Brasil, 2014

Fonte: Câmara Notícias.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/475472-80-DOS-DEPUTADOS-FEDERAIS-ELEIROS-TEM-NIVEL-SUPERIOR.html>. Acesso em: 5 ago.2017.

Tabela 7 .Números absolutos e percentuais de eleitores segundo grau de instrução.
Brasil, 2017

GRAU DE INSTRUÇÃO	TOTAL
Analfabeto	6.934.325 4,75%
Ensino Fundamental completo	10.105.426 6,93%
Ensino Fundamental incompleto	40.217.794 27,58%
Ensino Médio Completo	29.504.025 20,23%
Ensino Médio incompleto	26.805.074 18,38%
Lê e escreve	14.731.339 10,10%
Não informado	77.377 0,05%
Ensino Superior Completo	10.964.970 7,52%
Ensino Superior incompleto	6.507.615 4,46%
TOTAL	145.847.945 100%

Elaboração própria

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>. Acesso em: 4 ago.2017.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo construir uma coleção de aulas que utilize indicadores sociais como um recurso facilitador para as aulas de Sociologia do Ensino Médio contribuindo, com sua consolidação nessa modalidade de ensino.

A escolha desse recurso, apresentado por meio de gráficos, tabelas e mapas, deve-se ao fato que os indicadores sociais contribuem para a desnaturalização e o estranhamento dos temas abordados por essa disciplina tornando-se com isso um importante instrumento de mediação pedagógica.

A mensuração de dados relacionados ao desenvolvimento social passou a fazer parte da vida das pessoas devido a crescente divulgação de informações, que utilizam indicadores sociais como uma forma de explicar diversos fenômenos sociológicos.

Por isso, atualmente, a importância de tais dados não se restringe apenas para os órgãos de planejamento e para a universidade. Hoje temas como pobreza, educação, violência, distribuição de renda, urbanismo e família, passaram a fazer parte das discussões cotidianas devido a uma maior divulgação desses indicadores sociais pelos meios de comunicação social.

Portanto, possibilitar aos alunos do Ensino Médio compreender o significado desse tipo de informação em relação a sua dimensão social e política, é mais uma forma de estender para a sociedade informações que antes restritas apenas a uma pequena parcela da população.

Para Jannuzzi (2002, p. 69-70):

Contudo, não se deve superestimar o papel e a função dos Sistemas de Indicadores Sociais [...] os diagnósticos, por mais abrangentes que sejam, são retratos parciais e enviesados da realidade, espelham aquilo que a visão de mundo e a formação teórica dos técnicos de planejamento permitem ver ou priorizam enxergar.

Assim, os indicadores sociais precisam ser vistos dentro das suas limitações, uma vez que não são neutros e captam parte da realidade e não a sua totalidade. Compreender as dimensões técnicas e políticas na construção e divulgação dos indicadores sociais é fundamental para que se possa interpretá-los.

A partir desses pressupostos, iniciou-se a construção de planos de aulas. O primeiro passo foi observar a descrição do papel dessa disciplina nos currículos, a partir da compreensão do seu sentido, que é o desenvolvimento do raciocínio sociológico ou imaginação sociológica. A partir dessa reflexão é que pode ser respondida a pergunta que muitos alunos fazem: para que estudar Sociologia?

Em seguida foi necessário identificar um processo pedagógico que possibilitasse a utilização dos indicadores sociais em consonância com o que propõe a legislação educacional.

Esse foi o primeiro desafio. Embora constasse o curso de Licenciatura em Ciências Sociais em minha formação, não tive nenhuma experiência com a atividade docente. As

minhas atividades profissionais foram exercidas inicialmente na área de planejamento no Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) e no Serviço Social da Indústria (SESI), quando eu tive os primeiros contatos com os dados estatísticos.

Posteriormente, há quase 24 anos, ingressei na Escola Técnica de Pernambuco, Unidade de Ensino Descentralizada de Pesqueira, hoje transformada em Instituto Federal de Educação, *Campus* Pesqueira, no qual exerço atividades administrativas. Portanto, elaborar uma coleção de aulas sem a prática docente foi o primeiro obstáculo a ser vencido, que não obstante proporcionou-me enorme satisfação por aproximar-me de dois conhecimentos fundamentais para a formação daqueles que buscam compreender a dinâmica social: a Sociologia e a Educação.

A formação que recebi nas aulas do MPCPS promovida pela Fundaj foi fundamental para suprir essa lacuna proveniente da minha inexperiência docente. A forma na qual foi planejado esse programa de formação profissional possibilitou a construção desse trabalho, a partir dos conhecimentos construídos em cada disciplina oferecida.

Esta dissertação reflete, portanto, as atividades desenvolvidas na terceira turma do MPCPS, uma vez que retomei todas as aulas assistidas durante o curso de forma a direcioná-las para a construção do produto final, que são os planos de aulas. Também contribuíram para a construção desse trabalho, as dissertações já aprovadas pelo referido programa de mestrado.

A minha participação no MPCPS colocou-me numa posição curiosa: no final do mestrado, eu era a única discente do sexo feminino, a única aluna que não é professora e a única pessoa que exerce as suas atividades profissionais em um Instituto Federal de Educação. Sendo assim, o meu perfil se enquadra nas conclusões apresentadas por Zarias, Fusco e Gomes (2017) na pesquisa a respeito do perfil sócio-ocupacional dos docentes com formação em Ciências Sociais. Naquela produção, os autores confirmam, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 produzidos pelo IBGE, que a maioria dos cientistas sociais e das cientistas sociais no Brasil nesse período, “[...] são mulheres brancas, que exercem atividades não diretamente ligadas ao campo das Ciências Sociais, seja no serviço público ou privado, em ‘demais ocupações’ e ‘ocupações mal definidas’”. (ZARIAS; FUSCO; GOMES, 2017, p. 189). As estatísticas apresentadas naquele trabalho expressam uma realidade social da qual eu fiz parte como aluna do MPCPS e que podem ser explicadas sociologicamente.

Com o aprofundamento teórico nas aulas do mestrado pude não apenas compreender o papel da Sociologia como uma disciplina escolar, bem como os obstáculos que essa disciplina precisa ultrapassar para se consolidar como um componente curricular essencial na formação dos jovens do Ensino Médio.

Um dos obstáculos a ser superado é a adoção de metodologias de ensino que incluam a imaginação sociológica, a desnaturalização e o estranhamento na compreensão dos temas, teorias e conteúdos desse componente curricular, a partir de um processo de ensino e aprendizagem que permita o desenvolvimento desses princípios. De acordo com a OCNEM (2006, p.108), “um dos grandes problemas que se encontram no ensino da Sociologia tem sido a transposição de conteúdos e práticas do Ensino Superior-tal como se dá nos cursos de Ciências Sociais para o nível médio.”

Assim, foi feita a opção pelo processo de ensinagem proposto por Anastasiou (2015) como pressuposto pedagógico na construção da coleção didática. Esta escolha se deve ao fato desse processo possibilitar que sejam ultrapassadas as formas tradicionais do trabalho docente, além de atender às três fases do processo de ensinagem: o da síntese, o da análise e o da síncrese. Embora seja crescente a utilização desses dados no meio acadêmico, no planejamento público e na mídia há uma carência de informações que indiquem como interpretá-los. Também foi observado que essa forma de abordar os conteúdos disciplinares é pouco utilizada nos livros didáticos, o que limita o seu uso no ambiente escolar.

Com isso, é importante que os professores, alunos e a comunidade sejam informados da natureza dos indicadores sociais, rompendo, portanto, com a pretensão de neutralidade do senso comum. Temas como desigualdades sociais, violência, trabalho, entre outros, quando quantificados e confrontados com uma teoria e a realidade dos alunos, podem ser melhor compreendidos. Essa compreensão possibilita aos alunos intervirem na sociedade de uma forma consciente e transformadora, ou seja, a partir da apropriação do seu papel como cidadão. De acordo com Giddens (2012, p. 21):

Sua decisão privada reflete sua posição dentro da sociedade. [...] É trabalho da Sociologia investigar as conexões entre o que a sociedade faz de nós e o que fazemos de nós mesmos e da sociedade. Nossas atividades estruturam o mundo social que nos rodeia e, ao mesmo tempo, são estruturadas por esse mundo social.

Perceber o papel do individualismo na interpretação dos fenômenos sociais por meio da compreensão das estruturas sociais e como elas interagem com os indivíduos permite que seja ampliada e diversificada a interpretação da realidade social. O olhar sociológico é uma forma de compreender e transformar o mundo que nos cerca. Daí a sua importância para o ensino da Sociologia, o que justifica o objetivo deste trabalho em apresentar uma coleção de aulas que possibilite o desenvolvimento desse olhar por meio dos indicadores sociais.

Para construir os planos de aulas, utilizou-se o modelo proposto pelo Portal do Professor do site do Ministério da Educação para que, posteriormente, fosse possível submetê-los a esse portal. Isso possibilitará que um maior número de professores possa

acessar a proposta desta obra, que pretende contribuir para o fortalecimento de uma metodologia de ensino voltada para o ensino da Sociologia e consequentemente para a consolidação desse componente curricular.

Os temas escolhidos tiveram como parâmetro os livros didáticos aprovados pelo PNLD (2015). Esta opção foi decorrente do fato de tais livros apresentarem assuntos essenciais para o ensino da Sociologia, cujos conteúdos assumem, em muitos casos, a função de currículo, de programa de curso.

O que e como ensinar, em consonância com o tipo de educação que se deseja, são princípios que devem nortear o ensino da Sociologia no seu esforço constante de estimular a compreender e transformar a realidade em confronto com as concepções educacionais que buscam o imediatismo em detrimento de uma formação cidadã.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5. ed. Joinville, SC: Univille, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/124590/mod_resource/content/1/Txt%2B13_Anastasiou_e_strategias%20de%20ensino.pdf>. Acesso em: 29 maio 2016.
- _____. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: _____. **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10. ed. Joinville, SC: Univille, 2015. p. 15-43. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547831/mod_resource/content/1/Processos%20de%20Ensinagem.pdf>. Acesso em: 29 maio 2016.
- ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo, educandos e educadores:** seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- ARREGUI, Carola C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, jun./set. 2012.
- BARBOSA, Maria Lígia; QUITANEIRO, Tânia; RIVERO, Patrícia. **Conhecimento e imaginação:** sociologia para o ensino médio. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Coleção Práticas Docentes, 4).
- BAQUERO, Marcelo. Democracia, cultura e comportamento: uma análise da situação brasileira. In: PERISSIONOTTO, Renato; FUNKS, Mario (Org.). **Democracia, teoria e prática**. Rio de Janeiro: Remule Dumará, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. **Para que serve a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BOBBIO, Norberto. O significado da política. In: **Curso de introdução à ciência política**. Un. I, 2. ed. Brasília: UnB, 1984.
- BODART, Cristiano das Neves. Que sociologia queremos no ensino médio? **Blog Café com Sociologia**. 2016. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2016/12/que-sociologia-queremos-no-ensino-medio.html>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

- _____. Família, alteridade e etnocentrismo. **Blog Café com Sociologia**. 2015. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2015/05/familia-alteridade-e-etnocentrismo.html>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Conceito sociológico: socialização. **Blog Café com Sociologia**. 2015. Disponível em: <<http://cafecomsociologia.com/2015/12/conceito-sociologico-socializacao.html>>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- BOMENY, Helena et al. (Coord.). **Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.
- BOUDON, Raymond et al. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAW-AAB/dicionario-sociologia#>>. Acesso em: 24 maio. 2017.
- BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B4UG_F2QeFUIRl9DZIVwQ2otMGM/edit>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- BRANDÃO, Zaia. Os jogos de escalas na sociologia da educação. **Educ. Soc.** Campinas, v. 29, n. 103, p. 607-620, maio / ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 6 maio 2016.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Direito à juventude: fronteira da democracia no Brasil. **Revista Coletiva**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, n. 17, set./out./nov./dez. 2015.
- BRASIL. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 9 jun. 2017.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016**. Brasília, DF: Inep, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ciências Humanas e suas Tecnologias. **Sociologia**. Brasília, 2006. (Orientações curriculares para o Ensino Médio. v. 3).

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_3_internet.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC, 2000.

CANCIAN, Renato. **Religião**: o papel que as crenças religiosas desempenham na vida social. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/religiao-o-papel-que-as-crencas-religiosas-desempenham-na-vida-social.htm>>. Acesso em: 2 maio 2017.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **Ensino Médio**: recall à vista. Disponível em: <<http://paraibaonline.com.br/coluna-de-moaci-alves-carneiro-ensino-medio-recall>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

CAVALCANTE, Thayene Gomes. **Adoção do livro didático de Sociologia na Educação Básica**: estudo com docentes da rede pública da primeira gerência regional de ensino da Paraíba. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências para o Ensino Médio) – Fundação Joaquim Nabuco-FUNDAJ, Recife, 2015.

COSTA, Cristina. **Introdução à ciência da sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

DIAS, André Luiz Vieira; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 23, n. 56, dez. 2015.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: Almeida, Ângela Mendes de (Org.). **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / Editora da UFRRJ, 1987. p. 115-136.

DAGNINO, Evelina. Democracia, teoria e prática: a participação da sociedade civil. In: PERISSIOTTO, Renato; FUNKS, Mario (Org.). **Democracia, teoria e prática**. Rio de Janeiro: Remule Dumará, 2002.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. Campinas: Papirus, 1997.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

DAMIANI, Amélia Luísa. Teoria da urbanização para os países pobres: elementos da obra de Milton Santos. **Revista do Departamento de Geografia**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, n. 11, 1997.

FERREIRA, Fabiana. A Sociologia no Ensino Médio: concepções de professores sobre a formação crítica para a cidadania. **Estudos de Sociologia**. Recife, mar. 2013. Disponível em : <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/73/57>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 481. ed. rev. São Paulo: Global, 2003. p. 14-31.
- GALDINO, Marcelo Sales. **O ensino de sociologia nas escolas: entre o prescrito e o feito**. Dissertação de Mestrado. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2015.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre educação. **Tempo Social, Rev. Sociol.** USP, São Paulo, v.1, n. 1, p. 71-79, 1989.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Entrevista com Carlos Hasenbalg. Dossiê Sociologia das Desigualdades. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200013>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- GUIA de livros didáticos: PNLD 2015: Sociologia. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?Download=9011>>; PNLD-2015-sociologia>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- HOLANDA, Frederico de. Urbanidade: arquitetônica e social. In: ENANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/163/163-307-1-SP.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2017.
- HOLANDA, Liliam Camilo Sousa. **A pesquisa como ferramenta para o ensino de sociologia no ensino médio**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências para o Ensino Médio) – Fundação Joaquim Nabuco-FUNDAJ, Recife, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 4. ed. revista pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 1963. p. 71-92.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nélson do Vale. Notas sobre desigualdades racial e política no Brasil. In: _____. **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999. p. 35-57.
- JANNUZZI, Paulo. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**. Rio de Janeiro, 36(1), 51-72. Jan./fev. 2002
- _____. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2012.

LINHARES, Luciano Lempek; MESQUITA, Peri; SOUZA, Laertes. **L. Althusser: a escola como aparelho ideológico do Estado.** Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-204-05.pdf>>.

Acesso em: 5 abr. 2017.

MACHADO, Igor José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia hoje.** São Paulo: Ática, 2013. p.168-183.

MAIOR, Heraldo Pessoa Souto. Durkheim e a família: Da “Introdução à Sociologia da Família” à “Família Conjugal”. In: **Revista ANTHROPOLÓGICAS.** Recife, UFPE, v.16, n.1, 2005. Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/about>>. Acesso em: 9 jun. 2017.

MARTIM, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVIII-XX). **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza; SILVA, Ileizil Fiorelli. Ciências Sociais e o ensino da Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia.** v. 2, n. 3, jan./jun. 2014.

MOURA, Tatiane Oliveira de Carvalho. **Espiral do ensino:** percursos possíveis para a mediação didática de Sociologia. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências para o Ensino Médio) – Fundação Joaquim Nabuco-FUNDAJ, Recife, 2015.

MEDEIROS, Marcelo. Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil. **Textos para discussão:** Brasília>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).984,out 2003,p 7 a 22.

MELO, Patrícia Bandeira; ASSIS, Rodrigo Vieira. A imprensa como espaço dos discursos de poder. In: DOURADO, Jaqueline Lima; LOPES, Denise Maria da S.; MARQUES, Renan da Silva (Org). **Economia Política do Jornalismo.** Terezina: EDUFPI, 2016.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber. **Pensamento Plural.** Pelotas, v. 6, p. 147-164, jan./jun. 2010.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. Juventude e religião: notas a partir dos sentidos de pertencimentos e experiências religiosas. In: **Revista Coletiva.** Recife: FUNDAJ, nº17, set/out/nov/dez 2015. Disponível em: <<http://www.coletiva.org/index.php/artigo/juventude-e-religiao-notas-a-partir-dos-sentidos-de-pertencimentos-e-experiencias-religiosas/>>Acesso em: 28 jul.2017.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia.** v. 2, n. 3, jan./jun. 2014.

- MEUCCI, Simone; BEZERRA, Rafael Ginane. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.45,n.1,2017,p.97-107.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MONTERO. Paula. **Religião**: sistema de crenças, feitiçaria e magia. In: Amaury Cesar Moraes (Org.). *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC/SEB, 2010, v. 15, p. 123-138.
- MORAES, Amaury César, GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. **Metodologia de Ensino de Ciências Sociais**: relendo as OCEM. In: Amaury Cesar Moraes (Org.). *Sociologia: ensino médio*. Brasília: MEC/SEB, 2010, v. 15, p. 45-62.
- NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Revista Educação & sociedade**, ano 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo César Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. p. 300-317.
- PENA, Rodrigo Antônio Simões da Silva. P. Bourdieu, Sociologia e teoria da reprodução. As contribuições à discussão curricular. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão-SE, 20-22 set. 2012, Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_17/PDF/45.pdf. Acesso em 20 abr.2017.
- PEREIRA, André; FUSCO, Wilson. A cidadania e a sociologia no ensino médio. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 31, n. 2, jul./dez. 2016.
- PERRENOUD. Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed,1999.
- PINHEIRO, Amanda Sotero. A intolerância religiosa e as religiões afro-brasileiras. Disponível em: <http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/AMANDA-SOTEROPINHEIRO.pdf>. Acesso em: 2 maio 2017.
- QUEIROZ, Jorge José Lins de. **O ensino de sociologia hoje: práticas docentes e o livro didático**. 2015. 97f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciências Sociais) - Fundação Joaquim Nabuco-Fundaj, Recife, 2015.
- RIBEIRO, Mônica Dias. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Revista eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais-UEL**, Londrina, v.1, n. 2, p. 1-21, jul./dez. 2012.
- ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SANTAGADA, Salvadore. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**. Pelotas, n.1, p. 113-142, jul./dez., 2007.

- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. Disponível em: <http://docs12.minhateca.com.br/380008188,BR,0,0,Milton-Santos---A-Urbaniza%C3%A7%C3%A3o-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.
- SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano I, n. 5, out. 2001.
- SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Revista Contemporânea**. São Carlos, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2011.
- SCHMIDT, Jéssica Josiane. Estatística aplicada às Ciências Sociais na formação docente e nas aulas de sociologia no ensino médio. **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais-UEL**, Londrina, v.1, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2012.
- SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.
- SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. **Cronos**. Natal, v. 8, n.2, p. 403-427 jul./dez. 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A sociologia da educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. **Em Aberto**, Brasília, ano 9, n. 48, p. 3-12, abr./jun. 1990.
- SILVEIRA, Dauto. A sociedade moderna e as ciências sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 7, n. 80, jan. 2008.
- SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não formal. **Revista Educação e Realidade**. Faculdade de Educação da UFRS, v. 33, n. 2, p. 83-98, jul./dez., 2008.
- TAKAGI, Cassiana Tremi Tedesco. Ensinar Sociologia: análise de recursos na escola média. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2017.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ZARIAS, Alexandre. **Das leis ao avesso**: desigualdade social, direito da família e intervenção judicial. Tese de doutorado. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24072009-153717/pt-br.php>>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- ZARIAS, Alexandre; FERREIRA, Fabiana; FUSCO, Wilson. Profissionalidade e formação continuada em sociologia: desafios para o ensino médio em Pernambuco. **Revista Teoria e Cultura**. UFJF, Juiz de Fora, v.12, n.1, jan./jul. 2017.

ZARIAS, Alexandre; MONTEIRO, Allan; VELHO BARRETO, Túlio. Mestrado profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio: a experiência da formação continuada para professores. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 2, n. 3, jan./jul. 2014.

ZARIAS, Alexandre; FUSCO, Wilson; GOMES, Darcilene. Perfil sócio ocupacional de docentes com formação em Ciências Sociais no Brasil (2010). In: Bomeny, Helena (Org.). **Ensino de sociologia na graduação: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume.2017. p. 187-203.